

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 01/2020

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 5.ª Sessão Ordinária  
20 de dezembro de 2019** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Ata da 3.ª Sessão Extraordinária  
21 de dezembro de 2019** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:**
- *Orlando Ferreira Pires*
  - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
  - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
  - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
  - *José Miguel Romão Cunha*
  - *Sílvio António dos Santos*

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

### **Informações da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Dado já haver quórum, começo por cumprimentar todos os Senhores Deputados presentes, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, ao mesmo tempo endereçar um cumprimento especial ao Senhor Vereador *Sílvio Santos*, que neste mandato pela primeira vez nos faz companhia, bem como aos Senhores membros do público. Muito bom dia a todos, vamos então dar início à nossa Sessão.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente, bom dia.

Antes mesmo da chamada passo à ordem das restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Sandra Cristina Bento Gomes* é substituída por *Paulo Jorge Pereira Afonso*;

O Senhor Deputado *José Manuel Trovisco* é substituído por *Graciete Cláudia Alves dos Ramos*;

O Senhor Deputado *António Joaquim Pereira Figueiredo* é substituído por *José Domingos Carneiro*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído por *Hélder Armando Ruivo Castelo*.

### **Registo de Faltas.**

*Sandra Cristina Bento Gomes, José Manuel Trovisco, António Joaquim Pereira Figueiredo, José Manuel Lemos Pavão, Isabel Maria Branco Barreira, Joaquim António Morais Clemente e Marlene Margarida Grifo Baptista.*

### **Apresentaram justificação de Faltas:**

- *Sandra Cristina Bento Gomes*: Sessão de 28 de fevereiro de 2020.

- *José Manuel Trovisco*: Sessão de 28 de fevereiro de 2020.

- *António Joaquim Pereira Figueiredo*: Sessão de 28 de fevereiro de 2020.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 28 de fevereiro de 2020.
- *José Manuel Lemos Pavão*: Sessão de 28 de fevereiro de 2020.
- *Isabel Maria Branco Barreira*: Sessão de 28 de fevereiro de 2020.
- *Marlene Margarida Grifo Baptista*: Sessão de 28 de fevereiro de 2020.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

**1 - Atas - Leitura, discussão e votação das Atas da 5.ª Sessão Ordinária de 20 de dezembro de 2019 e da 3.ª Sessão Extraordinária de 21 de dezembro de 2019.**

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este Ponto, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu solicitei a intervenção, apenas para referir e dar conhecimento a toda a Assembleia Municipal, que não fiz nenhuma declaração de dependência ou independência face ao Partido Político em cuja Bancada estou, nesse sentido, desejava que as Atas passassem a repor a verdade que sempre foi, *Faustino da Cunha* (CDS/PP), não sou Independente, penso até que nesta sala não há ninguém que seja verdadeiramente Independente.

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha intervenção é apenas para uma correção muito breve e simples, em virtude de na Ata estar escrito na página 5, linhas 27 e 28, aquilo que não corresponde exatamente ao que eu disse, é apenas uma correção, porque poderá eventualmente, conforme aqui está escrito ser interpretado de outra maneira.

Na última frase da minha intervenção, a certa altura diz-se: “Deste modo, solicito uma preocupação especial, para este tipo de problemas que eu tive conhecimento através de conversas de café...”, eu pedia que corrigissem isto, porque não foi exatamente aquilo que eu disse, embora se fale em conversas de café, eu não foi através de conversas de café que tomei conhecimento. Tomei conhecimento através de fundamentação e de várias entrevistas a várias pessoas.

Peço apenas esta correção, é muito pequena, mas que poderá levar a interpretações erróneas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Nós vamos analisar essa correção, é justificável, mas de facto na gravação que lhe podemos remeter, há essa alusão às conversas de café... naturalmente que tem toda a razão em solicitar a alteração, que só irá valorizar a nossa Ata. Pode considerar retificada.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Venho fazer aqui uma chamada de atenção referente à Ata, tenho verificado que nas minhas intervenções, quando mencionam Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, à frente aparece (Independente PS), eu nada tenho a ver com o PS, nem o PS tem nada a ver comigo, não sei se é uma norma, se é um lapso, agradecia que fosse corrigido.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, de facto tem razão. Isto é um erro nosso. Estava “PS”, colocamos “Independente”, mas não retiramos o “PS”. Vamos fazer a retificação e corrigir o erro.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É também para pedir uma pequena correção. Na página 15, na minha intervenção, no último parágrafo onde se lê “ledores” deverá ser corrigido para “zeladores da ordem pública”. Também na página 16, no primeiro parágrafo onde se lê “medidas poupadas em combate” deverá ser corrigido para “vidas poupadas em combate”.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a estas correções, como já referiu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vamos proceder às mesmas.

Já constatamos o lapso da designação partidária ou independente dos Senhores Deputados Municipais e prende-se realmente com um lapso de redação.

Em relação a estas dúvidas no que toca às palavras que por vezes os Senhores Deputados Municipais referem em que sem querer cometemos alguns lapsos de dicção, torna-se muito importante que entreguem um *draft*, como tenho vindo a solicitar, das intervenções efetuadas. Não custava nada e este tipo de situações era resolvido.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Municipal *Otilia Lima*, também tenho a ideia que de facto essa expressão está na gravação, mas iremos fazer essa correção, ficando supridas as correções solicitadas.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 5.ª Sessão Ordinária de 20 de dezembro de 2019.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 3.ª Sessão Extraordinária de 21 de dezembro de 2019.

## 1.º Período de Intervenção do Público

### 2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo uma inscrição do público.

----- O Senhor Município *JOÃO PEREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Venho aqui, depois de ter ido várias vezes à Câmara para que resolvam um problema que me prejudica há mais de 20 anos.

Moro no Largo São João Bosco, n.º 85, que fica nas costas da estátua de São João Bosco, junto ao campo de futebol da congregação.

Junto à minha casa fica um espaço que inicialmente estava reservado para alargar o jardim ali existente. Aos poucos, a Câmara Municipal foi depositando, provisoriamente, vários materiais (manilhas, blocos, guias dos passeios, etc.). Mais tarde, depositou escombros e entulhos das obras (terra, pedras, lenha seca e outro material) e por fim acabou por transformar aquele espaço num estaleiro, onde, por dentro guarda algum material e por fora, do lado virado para minha casa, acumula montes de lixo, e sobrantes de aterros e de obras demolidas, servindo de abrigo a cobras, ratos e bicharada de quase toda a espécie.

O pó provocado, pelo vaivém dos carros e máquinas nas cargas e descargas dos materiais e do lixo; o cheiro que suporta da ETAR e do desinfetante das travessas depositadas no estaleiro, para além de me terem provocado enormes prejuízos, com várias pinturas que já tive que fazer à minha casa, começo a ter problemas respiratórios na família e, a mim em particular, a ter problemas psicológicos, que me levam a situações de algum desespero sempre que vejo ali nuvens de pó e cheiros tóxicos que nem com portas e janelas bem fechadas se conseguem evitar.

Lembro que mesmo ao lado existe o complexo desportivo da congregação frequentado por dezenas de jovens.

Senhora Presidente da Câmara,

Em nome de vários moradores daquele bairro, venho por este meio pedir à Senhora Presidente que mandasse vedar os acessos ao trânsito fora do asfalto, obrigando os condutores das viaturas a circular pela estrada asfaltada;

Mandasse retirar as travessas do comboio que estão dentro do estaleiro provisório, que contaminam toda aquela zona com produtos tóxicos;

Mandasse retirar e deixar de depositar lixo dos escombros (terra, madeira podre, pedras, paralelos, inertes, etc., etc.) e se possível dessem alguma dignidade aquele espaço, como inicialmente estava previsto, até porque está junto a um complexo desportivo muito concorrido, quer pela juventude ligada ao desporto, quer por pessoas que muitas vezes utilizam o restaurante para os “comes e bebes” em casamentos e batizados e está a 50 metros da Igreja de São João Bosco.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Este problema já existe há mais de 20 anos, como foi referido. Temos realmente um estaleiro provisório naquela área, junto também aos viveiros da Câmara Municipal. É uma situação que vamos ter de deslocalizar ou, pelo menos, melhorar relativamente a toda a questão ambiental daquele bairro.

Esta localização dos estaleiros próximos de zonas residenciais é sempre complicada. Juntamente com a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais e com os moradores, vamos encontrar alternativas para a limpeza do espaço e para que possa ter dignidade, como referiu, relativamente às moradias adjacentes a esta mesma localização.

É um problema que está identificado e que vamos ter de resolver o quanto antes.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes de entrarmos no Período de Antes da Ordem do Dia, quero informar que tenho duas solicitações. Uma delas é para a apresentação de uma Moção e outra para apresentação de uma Recomendação.

Para a Moção termos de fazer uma votação de aceitação.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Conforme disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa recebeu a informação de que existe a intenção de apresentar uma Moção, bem como uma proposta de Recomendação.

Quero referir, como é prática da Assembleia Municipal, a proposta de Recomendação é votada diretamente, sem qualquer necessidade de aceitação. Quanto à Moção, como sempre foi prática, vamos proceder primeiro à votação da aceitação e posteriormente, sendo aceite, à respetiva votação.

A Moção que vai ser apresentada é por parte do Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

Senhor Deputado *Jorge Humberto*, vamos proceder primeiro à votação da aceitação da Moção e posteriormente, sendo aceite, terá a oportunidade de a expor à Assembleia Municipal. É a prática que sempre se fez. Contudo, o Plenário está sempre a tempo de mudar a circunstância em que isto aconteceu. Basta recorrer às Atas, temos aqui membros que pertenceram à Mesa, sempre se procedeu à aceitação e depois de ter sido aceite é lida e apresentada à votação. Estou a seguir uma prática cimentada ao longo dos anos da Assembleia Municipal, mas o Plenário está sempre a tempo de alterar essa prática.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

De facto essa é a prática, se bem que concordo que para votarmos ou não devemos saber do que se trata.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu iria solicitar a Moção ao Senhor Deputado para revelar à Assembleia Municipal qual o conteúdo e o tema da respetiva Moção.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Tem muito mais fundamento. Sendo assim, invertemos imediatamente o assunto.

Senhor Deputado *Jorge Humberto* pode ler, a sua Moção, por favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A Moção que a CDU apresenta é “Pela criação das Regiões Administrativas”.

“Instruir as Regiões Administrativas, mais do que um imperativo constitucional, é uma necessidade reconhecida para promover o desenvolvimento regional, aprofundar a democracia e reorganizar a administração do Estado.

Esmagar a autonomia e a capacidade de realização das autarquias locais sob o peso de múltiplas tarefas e encargos para execução de políticas centralmente decididas ou eleger, por um colégio restrito, titulares de órgãos de direção de organismos desconcentrados da administração (que estão vinculados a executar as opções do governo e submetidos à sua tutela integrativa) não promove nenhum daqueles objetivos essenciais.

O agendamento do Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP que definia um calendário e metodologia visando a instituição em concreto das Regiões Administrativas até às eleições para as autarquias locais em 2021, constituía uma oportunidade para efetuar a descentralização que o País carece.

Não se pode deixar de assinalar que aqueles que ciclicamente reiteram o seu apego à Regionalização e os que repetidamente lamentam a desertificação, o abandono do interior e as assimetrias territoriais, tenham na Assembleia da República contribuído com o seu voto para impedir que se desse realização ao que a Constituição da República Portuguesa consagra há mais de quatro décadas.

A posição assumida pelo PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal, Chega e PAN só pode ser merecedora de crítica pelo que representa de negação de um avanço indispensável ao desenvolvimento regional e à própria afirmação da autonomia do poder local.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Mirandela delibera:

- 1 - Manifestar o seu protesto face ao resultado que impôs novo adiamento ao processo da Regionalização e reiterar o empenho desta autarquia em prosseguir a sua ação para a concretizar;
- 2 - Denunciar o propósito de, mais uma vez, atrasar o processo de regionalização como pretexto da pretensa democratização das CCDR;
- 3 - Reafirmar a necessidade urgente de instituir, em concreto, as Regiões Administrativas no Continente.
- 4 - Manifestar a sua preocupação com o chamado processo de descentralização pelo que contende com a autonomia das autarquias locais (principalmente ao transferir competências para concretizar atribuições do Estado e da administração central), com a

universalidade de direitos sociais fundamentais (como a saúde e a educação), e por transferir, de facto, encargos incomportáveis.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como acabamos de ouvir, a Moção trata-se da defesa da instituição e respetivo processo da instituição das regiões administrativas.

Pergunto à Assembleia Municipal se alguém obsta a que esta Moção seja votada aqui em Plenário?

Não havendo nenhum Deputado que obste, nem nenhuma Bancada que obste a apresentação da Moção para votação, vamos proceder à respetiva votação da Moção que tem por título “Pela criação das Regiões Administrativas” apresentada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto* da CDU.

Dos 53 membros presentes, a Mesa regista 13 votos contra, 35 abstenções e 5 votos a favor.

Pelo que, a Moção não foi aprovada.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

A Bancada do Partido Socialista votou maioritariamente contra esta proposta, não pela proposta ou não pelo conteúdo da proposta, mas por considerarmos que dadas as circunstâncias, dado o calendário e dada a discussão que vem da Assembleia da República, neste momento estar não neste sentido de avançar, achamos que não é a altura certa para fazer este tipo de solicitação.

Não tem nada a ver com o facto de ser a favor ou contra a Regionalização em si, mas sim pelo *timing* da proposta apresentada, aqui, hoje.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

O PSD maioritariamente, até porque o nosso Partido a nível nacional não é contra a Regionalização, simplesmente, o nosso sentido de voto sobre a abstenção tem a ver essencialmente por estarmos num processo de descentralização. Somos a favor do princípio da Regionalização e não votamos a favor, porque não nos foi apresentado um modelo, sob pena de este ser mais despesista e criar, porventura, novas clientelas políticas que nós na hora de votar, em outras circunstâncias, poderemos votar contra.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

A nossa posição de abstenção prende-se essencialmente pelo facto de referir na Moção o projeto do PCP do qual desconhecemos. Portanto, não estamos em condições de votar uma Moção que refere o projeto que desconhecemos. Por outro lado, concordamos com o que foi dito aqui, uma vez que este tema terá de ser, em seu tempo, no seu lugar, debatido de outra forma.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos passar à Recomendação que pretende ser apresentada pelo Senhor Deputado Municipal *Humberto Cordeiro*.

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Proposta de Recomendação à Unidade Local de Saúde do Nordeste.

Tendo em consideração os legítimos e elementares direitos dos utentes das Unidades Hospitalares: Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Bragança e de todos os Centros de Saúde da área da ULS, recomenda-se ao Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste, que as salas de consultas externas e sobretudo as de urgências sejam dotadas de equipamento apropriado com água potável disponibilizada gratuitamente a todos os utentes e seus acompanhantes.

Não é admissível que na Unidade Hospitalar de Mirandela, por exemplo, que serve milhares de utentes do Distrito de Bragança, os doentes urgentes, se necessitarem de beber água, têm que percorrer cerca de 60/70 metros para o exterior do hospital, onde vai suportar mais um custo com a aquisição de água e saindo do ambiente climatizado da sala de espera submetendo-se às mudanças de temperatura adversas/contrárias do exterior. Isto é desumano.”

Peço à Senhora Presidente que interceda junto da Administração da ULS para colocar essas máquinas de água.

Estive a fazer uma consulta no mercado e cada ponto custa cerca de 20,00 € por mês. Acho que é um valor ridículo, digamos assim, para o Orçamento que a ULS tem.



## Antes da Ordem do Dia

### 3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Suponho que uma boa parte, senão mesmo a maior parte, dos Srs. Membros desta Assembleia Municipal terão lido, ou pelo menos tomado conhecimento da excelente reportagem que a prestigiada revista *National Geographic* publicou no passado mês de Outubro sobre o nosso vizinho concelho de Valpaços.

Atendendo ao secular e tradicional abandono que o Poder Central sempre teve pelo Nordeste Transmontano, fiquei curioso de ver o que mereceu honra de espaço e visibilidade dum concelho do interior numa tão conhecida e apreciada revista.

Vi então que dentro das páginas vinha um bem concebido mapa-suplemento, que indicava ao leitor estradas, rios, pontes, montanhas, lugares, aldeias, monumentos, etc., etc., etc. Também vi e li que o Município de Valpaços vai aplicar uma verba de cerca de 2,5 milhões de euros numa eco via de 60Kms, entre Chaves e Mirandela, vai construir passadiços, ciclovias, pontos de pesca, espaços para prática de canoagem e praias fluviais, com equipamentos dedicados ao bem-estar das famílias e das crianças, tendo como objetivo atrair turistas, promover o comércio, dar a conhecer os produtos regionais, dinamizar a hotelaria, divulgar a restauração, enfim numa palavra só, criar empregos e fixar as populações dando-lhes oportunidades e bem-estar.

O rio Rabaçal, referência constante na referida peça da revista e que é também nosso, foi incluído numa lista das nove praias fluviais mais bonitas de Portugal. Claro está que ainda não era conhecido o recente crime ambiental que no Lugar de Leirós que emporcalhou as águas do rio e envenenou centenas de peixes sem sabermos ainda os autores e extensão deste atentado ambiental.

Do que vi e li na margem direita do rio Rabaçal, deduzi assim que há dinamismo, empenho, eficácia, avidez de progresso, procura da modernidade e respeito pelas populações residentes.

Do que vi e refleti, em lógico e natural confronto com o que se passa na margem esquerda do rio, no espaço que coincide com os lugares em que se localiza o investimento do município de Valpaços, ou seja, na parte que nos pertence, excetuando a zona verde, quer de uma margem quer de outra e em toda a extensão do rio, nas Aguieiras, na Bouça em Vale de Telhas e em Vale de Salgueiro existem espaços públicos e privados de lazer pouco apropriados, sem água canalizada e sem adequados apoios sanitários. Existem também caminhos térreos, poeirentos no verão, lamacentos no inverno, solos desnudados, silvedos e matagais exuberantes, paredes caídas a testemunhar descuido, displicência e a desafiar obrigações do poder político local.

E não têm faltado chamadas de atenção, pedidos de intervenção, sugestões que, ou não têm tido resposta, ou são projetos de promessas, promessas e demais promessas até agora não cumpridas.

Feito este contraponto face a esta realidade, que sendo dececionante, é também para nós Mirandenses muito preocupante, porque evidencia apatia, indiferença e menor capacidade para o desenvolvimento do concelho, com óbvios prejuízos para as populações locais, resta recuperar dum passado recente, as promessas anunciadas de que havia outros caminhos, que decorridos dois anos e meio, ainda não foram encontrados e se eclipsaram no tempo.

Finalmente, no rio Tuela e das suas margens, Torre, Mosteiró, Vale de Gouvinhas, Abambres e Carvalhais, nem é bom falar. Todavia, não me faltarão oportunidades para versar sobre esta lindíssima linha de água que rompe e divide o longo espaço norte do nosso amado concelho.

Afinal, os propalados “novos caminhos” vão seguindo um passo para frente e dois passos para trás sem engenho e sem arte, consumindo recursos de todos nós, muitos!!!! Muitos dos quais degastados em futilidades. Muito obrigado.”

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Registo com agrado a presença do Governo na nossa região, mas essencialmente o facto de, como sabemos, o Conselho de Ministros ter ocorrido no Distrito com o tema central da Valorização do Interior.

Foram dois dias desta iniciativa - “Governo mais Próximo” - em que diferentes Ministros, Secretários de Estado e Diretores Gerais andaram numa roda-viva e se desdobraram em inaugurações, palestras, encontros, tertúlias e outros eventos, um pouco por toda a região!

Penso que podemos ficar com a ideia de nos terem trazido uma palavra de esperança - afinal o Governo da Nação está atento e não esqueceu o interior do País!

A meu ver, as grandes preocupações que foram transmitidas aos membros do Governo, pelos autarcas e pelas forças vivas do distrito, serão certamente objeto da maior atenção em futuras decisões relativas a estas terras.

Desde logo, porque se assim não fosse, para quê semelhante operação?

Portanto, acredito que a presença de tantos Ministros, Secretários de Estado, Diretoras Gerais, Assessores e Adjuntos, em quase todos os centros mais urbanos ou mais rurais, trouxe algum otimismo...

Pessoalmente tive oportunidade de participar em duas ações - uma em Carvalhais, na Escola Profissional de Agricultura e outra em Carrzeda de Ansiães, numa empresa de referência, produtora-engarrafadora de vinho de superior qualidade.

Não vos vou maçar com muitas considerações sobre o que se terá passado nas restantes... até porque tudo já estará devidamente noticiado, mas penso valer a pena realçar algumas medidas anunciadas que podem permitir pensar o Concelho e a Região de modo positivo para o futuro:

- A Mobilidade do Tua;

- Portagens com preços reduzidos;
- Contratação de novos médicos;
- O Programa “Regressar”, que se conjuga com outros Incentivos para quem pretenda fixar-se no Interior [só espero que não sejam ignorados os que sempre cá estiveram].

Voltando à Escola Agrícola, que muito me orgulho de ter frequentado na década de 1970-80 e onde muito aprendi... quero partilhar o sentimento de, mais uma vez, ficar bem patente a enorme importância da existência de uma Escola Agrícola e do Ensino Profissional em Mirandela e o seu importante contributo para a fixação de pessoas no Concelho.

E, pela voz no nosso estimado conterrâneo, Prof. Dr. *João Sobrinho Teixeira*, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, foi apresentado um novo Programa de Acesso ao Ensino Superior a partir do Ensino Profissional...

Em Carrazeda de Ansiães, com a presença de empresários agrícolas locais, autarcas, Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr.ª *Berta Nunes* e a Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Dr.ª *Cláudia Pereira*, acompanhadas de alguns assessores, teve lugar um interessante debate e partilha de ideias relativamente à falta de mão-de-obra para colheita das importantes produções agrícolas do Concelho e da região.

Percebeu-se que é possível fixar população para satisfazer as necessidades de toda esta fileira produtiva, dinamizando a economia local e a vida social.

Para tanto, conclui-se que, com os incentivos já previstos e as propostas ali recolhidas, não será difícil repovoar algumas aldeias, proporcionando transportes, habitação e alojamento condigno aos migrantes (estrangeiros e não só...) que agora demandam estas terras... e constituem já comunidades residentes.

A terminar... considero que devem ser convocadas, então, as vontades, o conhecimento e a boa-fé de intenções, pensando que o futuro desta nossa região já não será tão ruim como nos tem parecido até agora...”

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Enquanto não me forem dadas respostas completas a problemas que aqui tenho trazido, nunca deixarei de os continuar a colocar.

Em primeiro lugar, quero publicamente manifestar um lamento à Câmara Municipal de Mirandela, ainda não tinha tido outra oportunidade. No dia 22 de dezembro, como sempre acontece desde que sou Presidente de Junta, pela altura do Natal fazemos um almoço comunitário, o Almoço de Natal. Foi convidado o Executivo da Câmara Municipal de Mirandela e ninguém compareceu. Não foi por isso que se deixou de fazer o almoço. Lamento, sim, que no dia 28 de dezembro, no mesmo mês, tenha havido uma manifestação cultural, que um Festival da Francesinha apoiado pela Junta de Freguesia e aí a Câmara Municipal - não sei se é a Câmara ou a título profissional, posso estar errado - já tenha comparecido.

Depois, quero continuar a perguntar ao Executivo: O que é feito do Orçamento que foi feito para a remodelação total do sistema elétrico da Igreja Matriz do Franco? Já tinha sido realizado um levantamento no anterior Executivo, está feito o apuramento dos custos, já foi trazido aqui esse problema e a Senhora Presidente disse que ia ver e resolver o assunto. Já se passaram dois anos e continuamos na mesma.

Em relação aos pontos de luz, por iniciativa da Câmara foi pedido que apresentássemos uma listagem das deficiências de iluminação pública existentes nas Freguesias. Essa listagem foi apresentada por todos, presumo eu, e ainda não nos foi dada uma resposta. Aquilo quero saber é o que a Câmara fez com esse pedido? Se o encaminhou e aprovou, digamos assim, e então está com a EDP e a EDP terá que resolver ou a Câmara simplesmente ignorou os pedidos e os colocou na gaveta? Enquanto não me for dada essa resposta concreta, não desistirei de continuar a perguntar.

Também quero perguntar, o que é feito relativamente ao pedido de mudança de postes na via pública? Em Vila Boa há postes de iluminação pública que estão no meio das ruas em consequência do alargamento que foi feito em vários locais.

Perguntar, também, ao Município o que é feito dos compromissos assumidos relativamente à União de Freguesias de Franco e Vila Boa? Foi realizado, como em todas as Freguesias, o Protocolo de atribuição de um subsídio mensal, digamos assim, mas que esse subsídio nada iria “colidir” com obras de fundo que houvesse necessidade de fazer nessas Freguesias. Foi feito um levantamento na União de Freguesias de Franco e Vila Boa.

No Franco fez-se em dois locais, que seria o levantamento da calceta toda à entrada do Franco e reposta novamente, porque está em mau estado. Neste momento, nesse local já há sítios que não tem paralelos, os camiões continuam a ir lá e fazemos todo o gosto que continuem a ir lá, mas o certo é que daqui a pouco a rua a que chamamos “avenida” está em terra batida. Também assumido pelo Executivo que alguma alteração, alguma remodelação, alguma requalificação ou alguma construção iria ser feita no polidesportivo do Franco - que não é polidesportivo, nós é que costumamos chamar de polidesportivo, porque nunca foi polidesportivo. Nada foi feito, presumo eu, pelo menos nada me foi dado a conhecer de que tenha sido feita alguma coisa.

Em relação a Vila Boa, o compromisso assumido era a resolução do problema da falta de água.

Enquanto não tiver estas respostas de forma muito clara, principalmente da questão da iluminação elétrica não desistirei de vir cá colocar sempre as mesmas questões.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“O executivo entendeu, e muito bem, promover o azeite novo. E, simultaneamente, divulgar a existência de um museu encurralado num verdadeiro beco sem saída.

Assim, abriu concurso para a presença de produtores e empresários da fileira olivícola para exporem e comercializarem os seus produtos, gratuitamente, em frente ao Museu do Azeite, nos próximos dias 29 de fevereiro e 1 de março (amanhã e domingo).

Não sei bem que tipo de feira será, mas talvez um pouco diferente da costumada feira do jardim com assalto aos visitantes à saída das camionetas, tipo Marrocos.

Esqueceu a Vereação que o museu está localizado (muito mal até) no meio de estabelecimentos comerciais que comercializam produtos da fileira do azeite!

Estes comerciantes pagam os seus impostos, disponibilizam produtos certificados e são fiscalizados pela ASAE no sentido da garantia de qualidade, prestigiando a cidade e dinamizando o mercado!

Se o que se pretende é a promoção do Azeite Novo, porque não se recorreu a um concurso de montras, compensando as iniciativas individuais, e se caiu em provocar a concorrência desleal, juntos às suas portas?

Quem pode garantir a qualidade dos produtos apresentados ou que se não consegue comprar um azeite sem rótulo nem análise, ou umas alheiras especiais de que me abstenho de fazer referências?!

Esta será pois uma feira sinistra socialista, por sinal, medieval não!

Se fora medieval, seria em Lamas de Orelhão e da nossa condessa *Vanda* teria que ter a mão!"

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha intervenção é muito curta e objetiva, penso eu.

Gostava de saber quais foram os critérios para a demolição da casa onde viveu o Dr. *Álvaro Soares*?

Relativamente aos veículos em final de vida, quando entramos em Mirandela oeste os resíduos e reciclagem de metais, a importância para o meio ambiente e o valor da reciclagem estão ali no monte que mete impressão. Qual a solução para isto?

Que sensibilidade tem a Câmara, na medida em que estamos a falar de um património particular, para o património dos pobres?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *VITOR CORREIA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha intervenção vem no sentido de dar um manifesto positivo naquilo que se tem passado, nomeadamente, aos eventos.

Desde a última Assembleia Municipal ainda não tínhamos estado aqui, de forma a poder dar este testemunho daquilo que foi o evento da passagem de ano, que foi um evento que em Mirandela, que me lembre, é único e que teve uma entrada gratuita com acesso a toda a gente que quis participar, onde houve grande festa.

Dar os parabéns à Confraria, por acaso hoje está aqui presente o Sr. Juiz, que colaborou também no evento, que estiveram a trabalhar e que contribuíram também para melhorar a sua tesouraria. Dar também uma palavra de apreço à PSP que montou um posto avançado, onde garantiu a segurança de todos.

Este evento foi de grande sucesso, todos deverão ter tido conhecimento, só os mais distraídos não terão tido, naturalmente, mas foi um grande evento. Dou os parabéns, que continue, pois este Executivo, nomeadamente a Senhora Vereadora da Cultura se tem esforçado para que isso aconteça.

Da mesma forma também felicito, agora mais recentemente, o Festival do Rancho. Este é um evento de anteriores Executivos, e muito bem, que este Executivo soube apanhar e desenvolver. Ano após ano tem-se verificado um incremento de participação das pessoas e tem sido um evento de grande registo aqui na nossa Cidade e no nosso Concelho.

Fazer também uma nota de referência ao Carnaval Trapalhão que pela segunda vez consecutiva veio à rua e esperemos que continue. Já agora, fazer aqui um pedido para que as Juntas de Freguesia, porque é um Carnaval Trapalhão e tem uma característica muito própria que procura envolver as Juntas de Freguesia, pudessem também colaborar e participar para engrandecer este evento.

Posto isto, tenho uma palavra a dirigir aos meus colegas das Juntas de Freguesia. Nós, quando digo nós, refiro que faço parte da distrital da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesia e temos verificado que temos feito um trabalho que tem dado frutos e que quem colhe frutos são todas as Freguesias. Para 2020, vai haver um incremento na ordem de 5.800,00 €. Naturalmente que nem todas as Freguesias são sócias, mas era importante que nos associássemos para sermos mais fortes, para conseguirmos ainda mais.

O desafio que lançava era precisamente este. Era que todos se associassem à ANAFRE. Vai haver formações e estas formações promovidas pela ANAFRE - uma em Bragança e outra em Mogadouro - vão ser para todas as Freguesias sejam sócias ou não sócias. Vamos fazer chegar a convocatória por intermédio do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e gostaríamos que todos participassem, quer fossem Presidentes, quer fossem membros do Executivo ou os seus colaboradores, caso assim os tenham.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhora Presidente da Câmara, registamos igualmente com agrado esta iniciativa do Governo de Portugal em vir ao Distrito de Bragança promover uma ação descentralizada do Conselho de Ministros e também sobre o *slogan* "Governo mais próximo" tentar contactar diretamente com a região e com a população no sentido de privilegiar a auscultação e a resolução dos problemas e os desafios desta região.

Com cerca de seis Ministros e três Secretários de Estado, Senhora Presidente, gostava que a esta Assembleia dissesse de sua justiça o que disse a cada um deles, quais as preocupações deste concelho e se, porventura, manifestou interesse que o Governo de Portugal fizesse benfeitorias nesta região.



Não vou mencionar os Ministérios, mas sobretudo o da Educação, da Saúde, do Ensino Superior, da Cultura e do Território, certamente que teria muita coisa para lhe dizer e gostaríamos que transmitisse a esta Assembleia todo o empenho que teve na relação pessoal e também institucional com estas altas entidades do Governo de Portugal.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais, quero felicitar todos os comentadores do programa de dia 11 de fevereiro do “Politicamente Falando”, o Senhor *Luís Pereira*, o Senhor *Sérgio Casado* e o Senhor *Jorge Humberto* e lamentar a forma arrogante e prepotente com que o Senhor Deputado *Rui Pacheco* criticou, mentiu e levantou calúnias sobre o Presidente da Junta de Frechas, que me atrevo mesmo a dizer que nem um terço da sua bancada se revê na sua postura e isso ficou bem patente na última eleição na Assembleia Municipal de setembro de 2019. Isso só mostra que alguns dos elementos da sua Bancada estão ressabiados e raivosos contra o Presidente da Junta de Freguesia de Frechas.

Senhor Deputado, quando for para um programa de rádio para falar do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas vá bem documentado, não leve meia dúzia de cábulas envenenadas. O resultado disso é cometer lacunas e fazer o que faz a Senhora Presidente da Câmara - não chega a falar a verdade do Presidente da Junta.

Senhor Deputado *Rui Pacheco*, hoje vou-lhe gastar o nome, quantas vezes me ouviu falar da Rua Manga do Prado desde que sou Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, tirando a Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2019? Quem o falou foi a Senhora Presidente da Câmara. A mim sempre me ouviu falar da abertura do Mini GAM na Assembleia Municipal de dezembro de 2018, do alargamento do cemitério de Frechas na Assembleia Municipal de 26 de janeiro de 2018, da Praia Fluvial, do Parque Infantil, das lombas do Cachão, da Estrada de Vale da Sancha.

Depois, vem o Senhor Deputado dizer que eu deixei de estar alinhado? O Senhor Deputado é que me parece que tem andado distraído.

Senhor Deputado, nunca me ouviu dizer que vim para a Política para resolver assuntos particulares. Nem sei onde foi buscar esse assunto. Não tenho nenhum assunto particular para resolver na Política. Foi descobrir esse assunto onde? Diga-me! Agradecia que me dissesse aqui nesta Assembleia. Não sou Político, sou uma pessoa do povo que assumi este cargo para servir a população e, ao contrário do que diz, abdiqueei do telemóvel da Junta e utilizo o meu particular, entre outras coisas.

Quem me deve favores a mim é o PS de Mirandela ao qual o Senhor Deputado preside. Vou explicar porquê. Depois da campanha das autárquicas em 2017, pediram-me para guardar no meu armazém todas as estruturas metálicas. A partir de agora, desta hora, você, o seu Partido ou quem quiser, tem 24 horas para retirar isso do meu armazém, senão vai tudo para a sucata. E mais, na sua Bancada há um Senhor Presidente de Junta que estaciona o seu carro na zona de parquímetros e em diferentes dias e horas a que passei nessa rua, para meu espanto vejo essa viatura que não tinha o recibo do parquímetro, mas sim um cartão do Município que diz “veículo autorizado”. Presumo que não faça em outros dias, porque se assim fosse estaríamos perante um caso grave, que mesmo assim no meu entender, Senhora Presidente, já entendo que é grave, porque se um Presidente de Junta tem porque é que os outros 29 não hão de ter? Presumo eu que não devem ter, porque eu também não tenho.

Como a Senhora Presidente da Câmara já me disse no dia 03 de outubro de 2019, “o Presidente da Junta de Freguesia de Frechas não merece nada, quem merece é a população”, Senhora Presidente, nunca lhe pedi nada, nem um copo de água. Nem peço, até teria algum receio em pedir à sua Bancada algum favor, ficaria com ele eternamente. Sabe porquê? Porque há um Deputado da sua Bancada que fez o favor de há mais de 30 anos me deixar pernoitar na casa dele, por motivos profissionais, do qual estou grato, mas há meia dúzia de meses numa reunião “atirou-me com isso à cara”, humilhou-me. Fiquei triste.

Senhor Deputado *Rui Pacheco*, quando diz que “nem uma linha consta no folheto dos compromissos assumidos pelo *José Carlos Teixeira* e o PS de Mirandela”, isto é mentira. Vou repetir, é mentira! Mais à frente vou ler o que diz o folheto que me foi entregue pelo PS de Mirandela e que foi posteriormente distribuído à população da minha Freguesia aquando da minha candidatura. O folheto diz: “Pavimentação de todas as ruas em falta”. A Rua Manga do Prado é uma rua de Frechas e consequentemente da Freguesia, portanto está em falta. Está aqui o folheto que vou anexar. Eu é que uso óculos e o Senhor Deputado *Rui Pacheco* parece que vê mal.

Relativamente ao folheto 2018 que levou para o programa de rádio, só lamento que quem lhe deu o de 2018 não lhe tenha dado também o de 2019, mas vou distribuir um a cada representante de cada Bancada. No de 2019 está bem patente a pavimentação de mais de 1.000m<sup>2</sup> de calçada (na Rua de Santo António e junto ao parque de merendas em Frechas) que podia muito bem ter começado a pavimentar a Rua Manga do Prado, ao contrário do que diz o Senhor Deputado *Rui Pacheco* que a Rua do Prado não é uma prioridade, muito menos um tema que traga o Presidente da Junta impaciente.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Da mesma forma, venho falar da reunião do Governo e do Conselho de Ministros no nosso Distrito e dizer que não vejo as coisas com tanto positivismo como vê o Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

Efetivamente aquilo que nos vieram apresentar parece-me algo muito curto para aquilo que são as nossas necessidades. Obviamente que foi uma passagem importante, um momento de assinalar, um momento para descerrar placas, um momento para justificar a descentralização da Secretaria de Estado para o nosso Distrito e um momento, também, para lançar medidas.

A Ministra da Coesão Territorial, *Ana Abrunhosa*, tive a felicidade de ser aluno dela na Universidade de Coimbra, onde me deu Macroeconomia e Organização Industrial, onde nos ensinou a gerir e a valorizar aquilo que é a produção e os fatores de produção e felizmente que não me deu Gestão dos Territórios, porque senão estaríamos aqui hoje a falar sobre a gestão do declínio, como ela gostou de apontar e como fez no seu artigo de opinião.

No entanto, ainda estamos nós à procura das 167 medidas da Unidade de Missão e já estamos aqui outra vez a falar em mais medidas e que lançamos aqui no nosso Distrito, como a questão do desconto nas portagens e os subsídios para quem venha morar e trabalhar para o Interior. A pergunta que fica é: Aqueles que cá estão, a que vão ter direito?

Ficou, sem dúvida, um vazio em muitas questões que são importantes para o nosso Distrito e principalmente para o nosso concelho que ficaram por responder naquelas medidas que foram lançadas.

Relativamente à questão da natalidade, é sempre importante e não há nada que nos espelhe essa questão do crescimento da natalidade. Aquilo que é o investimento em Ferrovia, falou-se na mobilidade do Tua, mas não só é necessário haver mais investimento na mobilidade e mesmo até na mobilidade urbana, como é o caso de Mirandela, mas também no crescimento da economia, do emprego e das empresas. Parece-me muito pouco aquilo que veio aqui a Ministra apresentar.

Gostava de saber com o que é que nós poderemos contar relativamente a estas medidas para estes temas que aqui fomos lançando. Da mesma forma, também perceber qual foi o caderno reivindicativo que Mirandela pediu aos Ministros e aproveitando a sua visita, uma vez que temos o caso de Carrazeda de Ansiães que falou muito na questão da mobilidade do Tua, temos a questão de Vimioso que falou na Ponte de Vimioso-Carçã, nós gostávamos de perceber quais foram as prioridades que apontou ao Governo e quais foram os investimentos que solicitou para o nosso concelho.

----- O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *HÉLDER CASTELO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“A minha intervenção, hoje, prende-se com o facto de se estar a aproximar o nosso Evento “Serra a Belha” em Vale de Telhas.

Este ano decidimos antecipar a data para o dia 14 de março, 20 dias após o Domingo Gordo, no primeiro sábado e, no futuro, será sempre esta a data.

O ano anterior foi de experiência, tendo acontecido no dia de Aleluia, o que não é o dia certo do “Serrar a Belha”, conforme a tradição.

O ponto alto do Evento é a encenação teatral, com atores principais e voluntários da Freguesia. Retrata a história de uma velha má e avarenta que, perante o aproximar da sua morte e com medo de ir parar às profundas do Inferno, resolve procurar a redenção.

Além da animação de rua, cujas personagens são, na maioria, habitantes da aldeia, o evento conta com outra animação, nomeadamente um Festival musical para vários gostos.

Assim, convidamos todos a estarem presentes, a visitar a nossa aldeia no dia 14 de março, a participar na tertúlia “Tradição do Serrar a Belha” durante a tarde, a jantar nas nossas tascas e tabernas da aldeia, na encenação de Teatro à noite e a estarem presentes no nosso Festival.

Esperamos por vós e desejamos que todos se divirtam revivendo tradições ancestrais.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Hoje vou fugir um pouco à rotina, vou deixar a minha Freguesia de lado e vou assumir o papel de cidadão desta terra para questionar o Executivo sobre uma situação.

Interesse Público. Na Política, como na vida, acompanhamos situações de tragédia pessoal que nos revoltam. Nestes casos devem ser apuradas, de forma isenta e imparcial, as responsabilidades. Ninguém fica indiferente a um acidente rodoviário, a um acidente de trabalho, nem a quaisquer tragédias que envolvam momentos de dor e sofrimento, quaisquer que sejam as circunstâncias. A resolução dos problemas deve ser imediata e as respostas públicas devem traduzir-se na colocação emergente de medidas definitivas assegurando, de forma preventiva, problemas futuros.

Não foi assim há cinco anos atrás na derrocada do Lidl que causou problemas graves a famílias mirandelenses. Hoje decorrem, e bem, processos judiciais querendo apurar e determinar os responsáveis. Contudo, há dois aspetos importantes e inadiáveis que convém esclarecer:

- 1- O prioritário é a recolocação da segurança definitiva dos imóveis e habitações próximas. Esse apesar de ter sido, erradamente, consecutivamente adiado deve ser realizado em nome da segurança pública.
- 2- Apuramento das responsabilidades sobre a tragédia que desencadeia os respetivos processos de indemnização às famílias desalojadas. Esse, sim, um processo que deve ser apurado entre os intervenientes nas condições, desde logo os construtores e técnicos responsáveis.

O Setor Público, dinheiro dos contribuintes, não pode suportar custos que podem ser de privados, que por força de possíveis situações várias não foram profissionais competentes. Por isso, hoje mantemos a convicção de que a Autarquia deve resolver o problema de reconstrução definitiva dos muros de suporte, como devia ter feito há cinco anos, e depois de apurados, por quem de direito, os responsáveis, esses sim, devem pagar um valor fixado como justo pela justiça.

Partilho em jeito de reflexão que a situação que vivemos hoje teria sido evitada se no momento de emergência tivessem sido realizadas obras definitivas de resolução imediata.

“Primeiro as situações resolvem-se, depois os processos ditarão as responsabilidades.” Isto é uma citação da Senhora Presidente de Câmara do dia 28 de março de 2019, referente ao assunto do Lidl.

Aquilo que lhe queria perguntar é o seguinte:

- Como é que está esse processo em Tribunal?
- As obras que estão a decorrer são provisórias?
- Qual o prazo de execução?

- Qual o objetivo delas e qual o valor dessas obras?
- O que se segue e qual é o plano de ação?
- Qual o valor da indemnização que está a ser julgado no Tribunal?

São as perguntas que lhe faço.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *MANUEL FIGUEIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha intervenção vai resumir-se apenas à apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento de um Ex-Presidente de Junta da Freguesia de Fradizela e Ex-Deputado Municipal.

Passo a ler o Voto de Pesar.

“*José Agripino Sousa* desempenhou com empenho e brilhantismo as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela, durante 12 anos (de 1989 a 2001) e por inerência do cargo as funções de Deputado Municipal. Trabalhou incansavelmente para implementar as mudanças necessárias ao maior bem-estar das populações na Freguesia e no Concelho, conseguindo obter, tanto por si próprio, como pelo indispensável apoio, que conseguiu mobilizar dos Órgãos do Município de Mirandela, as infraestruturas que ainda hoje servem com elevado grau de eficácia as populações que representou.

Entendo, assim, ser-lhe devido o público reconhecimento do seu concelho, pelo que solicito seja submetido à consideração desta Assembleia Municipal um Voto de Pesar pelo seu falecimento, ocorrido em 29 de dezembro de 2019, aos oitenta anos de idade.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação às questões colocadas, tentarei responder a todas de forma sucinta.

Relativamente ao Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, a Câmara Municipal de Valpaços fez uma promoção na revista *National Geographic*, não conheço os contornos da contratação, suponho ser uma revista de custos elevados de publicação e também saliento o facto de que nós, a nível do Parque Natural Regional do Vale do Tua, temos feito inúmeras publicações e eventos de promoção dos cinco Municípios do Parque Natural. É com gosto que temos Municípios nossos vizinhos que promovem o território como nós também promovemos e saliento o trabalho que tem sido feito aqui em Mirandela com outros Municípios no âmbito do Parque Natural Regional do Vale do Tua.

Quanto à questão de no concelho de Mirandela está tudo por fazer, há muito por fazer, como sabe. Não conseguimos em dois anos resolver problemas que existem há décadas, como imaginará. De qualquer forma, valorizo também todos os promotores turísticos que temos no concelho, que têm feito um trabalho de excelência, temos vários pontos que são visitáveis por turistas estrangeiros e, neste momento, com a Mobilidade do Tua teremos também uma oportunidade turística assinalável.

No que diz respeito às zonas balneares, o Senhor Deputado referiu-se à zona banhar de Miradese e ao trabalho que a Câmara Municipal de Valpaços está a fazer no Rio Rabaçal, de facto nesta praia vai haver a qualificação do açude que é uma obra participada também a 50% pela Câmara Municipal de Mirandela e relativamente à área banhar, Valpaços tem uma praia considerada como tal e mais espaço banhar do que nós. Vamos fazer a qualificação dessa zona banhar, essencialmente na questão do Bar de Praia que existe na nossa margem. Valpaços tem uma área superior, mais ampla, com mais zona banhar e nós vamos fazer aquilo que é possível fazer do lado da nossa margem.

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado *Agostinho Beça*, valorizando também a presença do Governo no Interior do País, uma iniciativa “Governo mais Próximo”, dizer que tivemos dois dias de várias visitas, quer ao Concelho de Mirandela, quer aos concelhos do Distrito de Bragança. Posso referir que tivemos uma reunião com o Senhor Primeiro-Ministro e com quatro Ministros no sentido de todos nós apresentarmos as nossas preocupações.

A Câmara Municipal elaborou um documento, um documento que para além dos problemas, também, apontava algumas soluções. Mais à frente, na questão colocada pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, passarei a dar nota de todas as preocupações que, em nome da Câmara Municipal de Mirandela e deste Executivo, foram levantadas junto do Senhor Primeiro-Ministro. Algumas são problemas transversais a todos os Municípios, nomeadamente a questão da desertificação do nosso território, a Mobilidade do Tua e o Complexo Agroindustrial do Cachão que é uma questão supramunicipal, regional e nacional. Também outras preocupações foram levantadas como a questão das acessibilidades e das estradas nacionais que precisam de ser qualificadas. Todas essas questões que passarei depois a apontar.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, quanto à presença do Executivo, naturalmente que tentamos estar presentes em todo o território, muitas vezes é difícil marcarmos essa presença, mas estou certa que todos nós fazemos um esforço para que a Câmara Municipal esteja representada. Nem sempre é possível, é verdade, porque existem vários compromissos, até foram do concelho e apesar de privilegiarmos sempre os eventos no concelho, em períodos como o Natal que são sempre períodos de muitos almoços e jantares, acredite que por vezes é difícil estarmos presentes em todos. Sei que correu bastante bem, foi um almoço participado, no ano passado tive o gosto de estar presente e de partilhar este espírito natalício.

O problema da iluminação da Igreja Matriz do Franco é um problema que temos em várias Igrejas. Para além da Arte Sacra, que estamos a fazer um esforço para poder minorar o estado muito complicado dos Altares-Mores de muitas Igrejas do concelho, temos um património religioso assinalável, os custos destas intervenções são altíssimos, tem havido um esforço da parte da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia e também das Comissões Fabriqueiras com o apoio dos Senhores Párocos, com a presença do Senhor Bispo assinalando o facto de nós, Câmaras Municipais, estarmos a fazer este esforço, porque são obras muito caras que têm de ser bem-feitas, pois temos de preservar o património. Já temos um orçamento para a remodelação total da parte elétrica da Igreja Matriz, é um esforço que teremos de fazer o quanto antes para que seja uma realidade.

No que diz respeito aos pontos de luz, todas estas situações de iluminação pública foram feitas chegar por prioridades, assinaladas também pelos Senhores Presidentes de Junta, à EDP. Sabemos que a EDP tem tido dificuldades, porque eles subempregam a outras

*[Handwritten initials and marks]*

empresas, em de forma rápida fazer a colocação de postes e também a alteração e mudança de postes na via pública. A Câmara Municipal, por parte dos serviços, tem feito um esforço para que, sempre que é prioritário e esteja em causa a segurança das pessoas, sejam rápidos a executar as medidas que solicitamos.

Quanto aos compromissos assumidos e por ter referido o polidesportivo do Franco, estava a ser desenvolvido um projeto por parte da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, far-lhe-ei chegar essa informação relativamente ao ponto de situação do projeto.

Quanto à calçada do Franco, existe também um orçamento, cerca de 50 mil euros. Muitas vezes não é por falta de boa vontade, mas por falta de disponibilidade orçamental para poder executar obras em todas as Juntas de Freguesia. Acreditem que tem de haver também da vossa parte alguma compreensão em relação à concretização de todas as obras.

Relativamente ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, referiu-se a uma Feira, dizer que trata-se mais de uma exposição de produtores de azeite. Neste momento, temos quatro inscrições para fazer uma pequena mostra de produtores de azeite. Estando já agendada a Feira da Alheira de Mirandela no próximo fim-de-semana, seria mais para assinalar a importância da produção de azeite no concelho e envolver os produtores de azeite certificado, essencialmente marcas de qualidade, no sentido de promover o Museu da Oliveira e do Azeite e também a produção, juntamente com os produtores de excelência.

Relativamente ao Senhor Deputado *Pedro Beato*, de facto houve uma demolição na Rua do Tanque, julgo que será essa a situação a que se referiu. Este era um imóvel que estava em alto estado de degradação e que colocava em causa a segurança de pessoas e bens daquela área, uma vez que é uma zona muito movimentada da cidade, com estacionamento automóvel.

Houve um relatório da Proteção Civil que indicava deficiências graves, até porque quando tivemos a intempérie houve a queda de várias telhas daquele imóvel e foi solicitado ao proprietário o escoramento devido que colocava em risco a segurança. Da parte do proprietário houve a apresentação de um parecer técnico da dificuldade de escoramento das paredes. Também como existe em várias Freguesias, muitas vezes os pareceres técnicos não têm outra solução que não a demolição, pelo risco que tem na execução do escoramento e a realização da obra. Houve também um parecer da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo e houve a apresentação de um termo de responsabilidade dando nota da perigosidade que aquele imóvel representava para a via.

Assim, foi feita a demolição com todos os cuidados inerentes à passagem automóvel e de pessoas. Pena é que cheguem a um estado de tal degradação, que não é de agora, é um estado que se vem arrastando ao longo das últimas décadas, em que não há outra solução que não a demolição. Temos de prevenir de uma forma atempada estes imóveis do risco de degradação. Muitas vezes os proprietários não têm condições para fazer estas obras, são obras avultadas, obras caras, mas tem de se fazer um esforço, especialmente na zona mais nobre da cidade, na zona antiga, em que temos imóveis de alto valor patrimonial, emocional e até do ponto de vista histórico, mas não podemos deixá-los degradar tanto. Muitas vezes estamos a falar de heranças de vários herdeiros em que não há um entendimento. Por isso, não depende só da Câmara Municipal, terá sempre de haver um investimento privado associado à recuperação destes imóveis.

Neste momento, a nível da ARU – Área de Reabilitação Urbana, estamos a tentar encontrar formas muito benéficas para os proprietários investirem e também penalizadoras através do agravamento do IMI para que haja um investimento nos imóveis e que quem invista seja beneficiado relativamente ao pagamento de taxas, áreas de cedência, à Câmara Municipal. Aqueles que não investirem devem promover a venda dos imóveis, uma vez que coloca em causa o nosso bem-estar e a nossa qualidade de vida nas áreas mais antigas da cidade.

Quanto à outra questão colocada, julgo que se estaria a referir à Empresa Mirapapel na entrada de Mirandela. É uma situação complicada. Tínhamos, na altura, como objetivo integrar a retirada destes lixos, essencialmente plásticos e pneus, deste local juntamente com o Cachão. Não foi aprovado pelo Fundo Ambiental, foi só a questão do Cachão. Neste momento, existe uma situação de insolvência da empresa e quem está a gerir aquele espaço é uma empresa de insolvência, este e um outro, que foi também já visitado pela SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR, na Freguesia de Frechas que é uma lixeira ao ar livre que tem causado muitos problemas. Não é visível da estrada, mas estamos a fazer todos os possíveis, juntamente com as autoridades, no caso de Frechas com a SEPNA e aqui em Mirandela com a PSP, no sentido de serem obrigados à retirada efetiva do lixo que aí se encontra depositado.

Próximo dessa instalação existe uma Unidade Industrial de Fabrico de enchidos e alheiras e que tem reclamado dos graves problemas ambientais que tem com aquele depósito. Já existe há alguns anos, a situação, como sabem, tem-se agravado e não tem havido soluções do proprietário, neste caso da empresa de insolvência, para a retirada completa daquele passivo ambiental que, no fundo, é um passivo ambiental que a Câmara Municipal só por si não consegue resolver, tem de haver uma intervenção direta das autoridades e também do Governo.

Em relação ao bairro dos pobres, existiu desde sempre a questão da propriedade daquele bairro. Aquele bairro – já tivemos uma reunião com a paróquia – é da paróquia. Algumas das casas ainda não estão registadas, outras foram registadas por usucapião por parte de quem vive lá. Solicitei também, em reunião com a Junta de Freguesia, que fosse feito o registo dos imóveis para que pudéssemos intervir de uma forma positiva naquele bairro. Não existindo registos, não há qualquer possibilidade de a Câmara Municipal fazer qualquer tipo de qualificação daquele bairro. É um bairro que necessita urgentemente de uma qualificação.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, *Vitor Correia*, referiu a qualidade dos eventos que temos realizado e com a participação dos mirandenses e de todos aqueles que nos visitaram, como a Passagem do Ano, o Festival do Rancho, o Carnaval em que as Freguesias tiveram um papel fundamental, diria único, pois sem elas não era possível fazer o desfile, tivemos até Presidentes de Junta de Freguesia que estiveram muito bem no desfile. Acho que foi um momento agradável para todos. Solicitava aos restantes que caso pudessem vir, vão ver que vale bem a pena.

Quanto à ANAFRE, tal como a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Assembleias Municipais, a ANAFRE é muito importante no apoio à nossa atividade. Julgo que este apelo para que todos estejamos unidos em volta destas Associações Nacionais é importante.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, em relação à Câmara Municipal de Mirandela, foi feito até coligido e elaborado pelo Senhor Vice-Presidente *José Cunha* um documento para necessidades e propostas para o Concelho de Mirandela. É um documento que ainda está em revisão, foi enviado para o Gabinete do Primeiro-Ministro e vai ser também enviado para a Ministra da Coesão Territorial que aponta algumas situações que nos preocupam e para as quais precisamos de apoio do Governo.



*Handwritten initials and marks:*  
AB.  
7/12

Um dos primeiros pontos é a Desertificação do Interior e aponta algumas soluções, designadamente medidas de incentivos por parte da Administração Central. A questão da natalidade e da qualidade de vida.

Falamos em algumas soluções. Dissemos que relativamente ao acesso a redes móveis, tanto de voz como de dados, é uma preocupação do nosso Mundo Rural, pois temos aldeias que não têm qualquer tipo de cobertura. Esta foi uma preocupação que também tive oportunidade de referir ao Senhor Primeiro-Ministro. É impossível atrair pessoas para o interior se não têm no mínimo rede de comunicação. Por isso, deveria haver da parte da ANACOM, é o nosso regulador, uma determinação legal da obrigatoriedade de instalação de antenas de dados e voz em todas as aldeias. Esta é uma preocupação que tem sido sentida em muitas comunidades para situações de emergência e para qualquer tipo de situação, temos de ter rede em todas as aldeias.

Falamos também da deslocação dos nossos jovens para outros territórios relativamente ao Ensino Superior pela criação de uma propina mais reduzida.

Referimos a nossa preocupação em relação ao Ensino Pré-Escolar, especialmente Berçários e Infantários. É uma necessidade que temos aqui no concelho pelas poucas vagas que temos disponíveis, em particular em Berçário.

A captação de quadros qualificados para estes territórios também é uma situação que nos preocupa.

Quanto à captação de investimentos, porque não existe pessoas se não houver emprego e para haver emprego tem de haver empresas, temos de conseguir captar investimentos para o interior do País e concretamente para o nosso concelho.

Em relação à saúde, foi uma das preocupações essenciais. Pedimos ao Senhor Primeiro-Ministro, mas também à Ministra da Saúde, que teve a ocasião de nos visitar no Centro de Saúde I, uma VMER – Viatura Médica de Emergência e Reanimação. É urgente e inadiável o sul do Distrito ter uma VMER. Foi-nos dito que era também uma das preocupações da ULSNE – Unidade Local de Saúde do Nordeste. Portanto, julgo que serão feitos todos os esforços para que a VMER venha para Mirandela.

Falamos também do Centro de Saúde da Torre de Dona Chama e a preocupação com os Médicos. Neste momento, temos uma Médica residente e mais um Médico que faz duas manhãs. Não é suficiente, é até de uma forma inaceitável que isto se mantém. É nossa grande preocupação a presença de Médicos no nosso Distrito, em concreto nos nossos Centros de Saúde e Hospitais, sente-se em todo o País, mas no Interior mais ainda. Neste momento, julgo que a Ministra da Saúde trouxe uma boa notícia, disse que vinham mais cinco Médicos, é pouco para as nossas necessidades, mas segundo a ULSNE já ajuda em algumas situações.

Também pedimos o aumento das redes de cuidados de saúde paliativos e tudo aquilo que diz respeito ao apoio a idosos.

Outra situação que falamos foi acerca do projeto piloto da Unidade Móvel de Saúde. É previsível que no próximo mês chegue a Unidade móvel. A Senhora Ministra disse que a Unidade Móvel em alguns concelhos não é um projeto que esteja a funcionar muito bem, mas solicitamos à Administração Regional de Saúde do Norte, para que em conjunto connosco e com os nossos serviços de saúde pudéssemos arrancar com um projeto piloto para que se façam campanhas e ações de sensibilização, nomeadamente na Diabetes, Pé-Diabético, nas questões de glicémia e também situações de diagnósticos de podologia, diagnósticos de dentária, uma vez que muitos dos problemas relacionados com a mastigação geram também problemas gastrointestinais tão comuns na nossa população mais idosa.

Em relação à Educação e Formação, falamos novamente nos Berçários e Infantários. A obra urgente é a renovação da Escola Preparatória Luciano Cordeiro e também a Escola Profissional de Arte de Mirandela que é apesar de já estar localizada no Ex-Instituto Piaget, precisamos de obras de qualificação de algumas salas para as classes de sopro. Esta é uma obra que está assinalada com um custo de 1 milhão de euros e precisamos de financiamento para ela.

Outra preocupação é a Residência de Estudantes. A DGEstE comprometeu-se a fazer obras nos períodos de pausa letiva no próximo verão, no entanto é inadiável fazer obras nesta residência.

Relativamente ao Ensino Superior, falamos da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança. A captação de jovens tem sido conseguida.

A Mobilidade da Barragem do Tua tem dois problemas que têm de ter uma solução política do Governo. Por um lado, é a venda de duas automotoras à Agência para a promoção da mobilidade quotidiana e, por outro lado, a questão relacionada com a transferência da CP para a Agência que ainda não ocorreu. Estamos a falar num valor total de obra de cerca de 6 milhões de euros que está agora em execução até finais de abril de 2020 para conseguirmos ter a mobilidade em funcionamento pelo operador privado.

Quanto às vias de comunicação, aí sim, precisamos urgentemente de uma qualificação das estradas, especialmente as estradas nacionais, mas também estradas municipais. Falamos na Estrada Municipal 578 e na Estrada Municipal 2061 em que o Município não tem condições financeiras para suportar o custo total deste investimento. A Estrada Municipal 578 é uma via que liga a autoestrada, a A4, em Mirandela a duas das principais vias da nossa região, que é o IP2 e o IC5. A Estrada Municipal 2061, que liga as duas principais povoações do nosso concelho, a Cidade de Mirandela e a Vila da Torre de Dona Chama, tem uma extensão de praticamente 20 km e a previsão de custos é cerca de 4 milhões de euros.

Falamos também na questão das pontes. Temos obras de arte de difícil monitorização por parte do Município e de facto o Governo deveria assumir através da IP, custear estas obras de manutenção das próprias obras de arte.

Outra estrada que se mantém ainda está em alto estado de degradação é a Estrada Nacional 315 entre Mirandela e Alfândega da Fé. Fomos informados que seria feita uma intervenção nesta via, mas ainda estamos a aguardar. Julgo que o projeto foi finalizado no final do ano passado, ainda estamos a aguardar o início desta obra que é muito importante para todas as nossas Freguesias.

Em relação ao Cachão, como disse, é uma das nossas preocupações. Está a ser concluído o Plano Estratégico para o Complexo. Ainda ontem abordamos esta questão na Reunião de Câmara.

Também posso dizer que em relação ao Plano Nacional de Regadio, estamos agora com o regadio de Contins e também do Navalho, mas precisamos de mais zonas de regadio, mais redes de rega e até solicitamos também, em conjunto com o Município de Macedo de Cavaleiros, algum alargamento da rede de rega do Azibo que iria poder regar aldeias contíguas, até porque está nos Cortiços, portanto, bastava que houvesse um alargamento da rede de rega para regar aqueles terrenos agrícolas.

Quanto à questão ambiental e transição energética, apresentamos as questões das empresas da extração de óleo de bagaço e azeitona, como uma das preocupações centrais da nossa atividade agrícola, especialmente no olival e também na questão dos lagares que tem sido feito um esforço muito grande para não penalizar o Agricultor. Esta questão também foi levantada com o



*[Handwritten initials and marks]*

Senhor Primeiro-Ministro que já conhecia o problema. Temos que encontrar soluções rapidamente para que a próxima campanha não venha a penalizar tanto os lagares, os produtores e os nossos Agricultores na aquisição da azeitona.

Em relação à concessão para a instalação do Parque Eólico na Serra dos Passos, já há muitos anos que existe esta concessão, o certo é que ainda não teve desenvolvimento e também falamos na questão da exploração do minério em muitas Freguesias do concelho que têm sido solicitados pareceres à Câmara Municipal. A Câmara Municipal não tem Engenheiros de Minas, temos que pedir pareceres, pedido de apoio ao Instituto Politécnico de Bragança, portanto é um assunto que nos preocupa e em que devia haver uma maior comunicação, quer às Autarquias, à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, quer também às populações.

No que diz respeito à Administração Interna, pedimos mais meios, pedimos também obras no Quartel da GNR de Mirandela uma vez que o Quartel da GNR de Torre de Dona Chama teve intervenção há pouco tempo, mas o Quartel da GNR de Mirandela está de facto com deficiências graves.

Quanto à Proteção Civil, solicitamos que fosse aqui decidida a instalação em Mirandela da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Temos quase a garantia que o Centro de Meios Aéreos vai permanecer em Mirandela. Apesar do custo que tem para Mirandela, julgo que o benefício que temos relativamente à rapidez dos meios sobrepõe-se muito ao custo que temos com as obras que já executamos no aeródromo.

Depois do documento estar pronto, podemos fazer chegar à Mesa da Assembleia Municipal para, de uma forma geral, terem também conhecimento de quais são as nossas preocupações, pelo menos daquilo que diz respeito à questão do Governo.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, *José Carlos Teixeira*, quanto às questões que mencionou, sob pena de lhe referir que o tom e a forma como se refere às pessoas, especialmente aos Senhores Deputados em que usou os termos “ressabiados” e “raivosos”, não me parece que sejam termos que façam parte do seu vocabulário. Julgo que resolveremos todos os problemas.

Falar a verdade também é falar a verdade na Comunicação Social. Quando faz a referência à minha pessoa, coisa que eu também não dei nota de pedido de esclarecimento à Comunicação Social, de facto nunca dei, mas aproveito a ocasião e já que refere essa situação, eu nunca fiz qualquer tipo de assistência veterinária à exploração do Senhor *José Carlos Teixeira* e aqui na qualidade de Empresário. Dizer-lhe que aquilo que eu fazia era, como Veterinário Oficial dos Serviços Oficiais, ir emitir certificados, porque fazia trocas comunitárias com Espanha, portanto os coelhos iam para Espanha e eu ia lá emitir certificados. Nunca dei qualquer tipo de assistência, até porque estava em exclusividade nos Serviços Oficiais. Essa é uma ressalva que quero dar aqui, uma vez que não o fiz na Comunicação Social.

Em relação às questões que refere de forma partidária, de facto lamento que seja assim. A atitude e os comportamentos ficam com quem os toma. Obviamente que as questões pessoais, julgo eu, não são para aqui chamadas, mas compreendo a preocupação que tem com a Freguesia que é partilhada por mim, obviamente. Contudo, não me revejo no tom, nas palavras e na forma como são ditas algumas situações.

Quanto a não precisar de favores, não se trata de favores, trata-se de princípios e de valores que têm de assistir à nossa conduta como responsáveis políticos.

Relativamente ao Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, julgo que respondi às questões na anterior resposta que efetuei.

Relativamente ao Senhor Deputado *Hélder Castelo*, em representação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas, obviamente que vamos todos ao “Serrar a Belha”, é um evento que tem ganho adeptos. Estaremos presentes e agradecemos o convite.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, *António Martins*, quanto à questão da derrocada do Lidl, dizer que possivelmente este é o assunto mais difícil que temos neste momento em Tribunal, até porque estamos a falar de pessoas, de um acidente que houve já no anterior Mandato, mas que passou para nós. Este era um assunto que poderia ter sido, numa situação de emergência, tratado de forma diferente, estamos a falar de seguros, estamos a falar de responsabilidades. Na altura foram ultrapassados todos os prazos e neste momento existem dois processos em Tribunal, um que está a decorrer e outro que a Câmara Municipal está como assistente do processo dos moradores que se opõem, também a empreiteiros, construtores, julgo que também o loteador.

Aqui em Mirandela temos um problema grave. Quando foram elaborados os loteamentos foram previstas zonas de construção em declive, sem termos assegurado que a construção em declive seria em escada, como temos, por exemplo, os socalcos do Douro, evitando a construção de taludes de tão grande dimensão que têm de ter cuidados especiais na sua construção, porque se forem feitos em tijolo normal podem entrar em derrocada, pois o peso da água é enorme e eles não aguentam, até porque temos terras xistosas e o xisto desliza. Todos os Engenheiros que têm vindo a Mirandela, até já tivemos uma visita de Engenheiros do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil que dizem que de facto não houve essa atenção quando se planearam os loteamentos e quando se permitiu a construção de casas em altura quando devia ter sido em socalcos, de forma a não termos muros tão altos. Até sob o ponto de vista estético não é tão bonito.

Em relação a esta obra, foi o terceiro concurso, os outros ficaram desertos. Por ordem do Tribunal temos a reconstrução provisória. Pedimos para a Câmara Municipal fazer a reconstrução definitiva dos muros, os moradores na altura não aceitaram, uma vez que nós reconstruíamos de forma definitiva os muros e o processo de indemnização continuaria. Estamos a falar de processos de indemnização de danos morais, de ausência de utilização da moradia, de viaturas e estamos a falar de valores acima de 1 milhão de euros que são reclamados à Câmara Municipal.

Estamos a falar de cinco moradores, não estamos a falar de um morador, julgo que se estivéssemos a falar de um ou dois moradores conseguíamos chegar a um consenso, mas estamos a falar de cinco moradores, cada um com as suas opiniões e com as suas ideias legítimas. Contudo, estamos a falar de valores muito complicados para a Câmara Municipal poder suportar, até porque quem somos nós para saber os danos morais que foram executados, a não ser uma ordem em Tribunal.

Entendemos que sob o ponto de vista emocional das famílias são situações muito complicadas e quanto mais se arrasta no tempo pior é para a Câmara Municipal.

Este terceiro concurso quem ganhou foi a “Amydra Construções”, a obra foi adjudicada dia 27 de dezembro por um valor de 118.714,08 €. A conclusão da obra está prevista ser no dia 17 de março e eles apresentaram como justificação para a prorrogação

do prazo a “dificuldade de mobilização de equipamentos para a execução das microestacas e a possível alteração de cotas, onde será implementado um muro de fundação para a uniformização de tensões e proteção da fundação existente – lote 57, a qual vai obrigar a equipa de projetistas a reformular a geometria da estrutura preconizada”. Foi concedida uma prorrogação do prazo até ao dia 17 de março, sem penalização ao Empreiteiro.

Neste momento, a segurança definitiva, apesar de proposta pela Câmara Municipal, não foi aceite, uma vez que a Câmara proponha a construção de um muro definitivo para toda a encosta, podem ver que há cedência de alguns muros naquela zona, como há em outras zonas, não é caso único. Foram visitados pelos Engenheiros da LNEC 24 taludes e alguns, sob o ponto de vista técnico, estão com dificuldades de sustentação das terras. Foi o que aconteceu ali, por isso é que houve a derrocada.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela, *Manuel Figueira*, acerca do Voto de Pesar, dizer que também sentimos a perda da Freguesia e do concelho em relação ao falecimento do Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela e também membro desta Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostava de pedir à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal um esclarecimento, porque me pareceu estarmos a falar de outra Feira ou ser uma desvalorização, na medida em que chamou “Feira da Alheira”. Não, não. O que estava na *internet* colocado pela Câmara era a “I Feira do Azeite Novo”.

A questão que está em concreto é que não é admissível que haja concorrência desleal e que não tenham sido contactados sequer os estabelecimentos comerciais da fileira do azeite. Contactei-os e todos os comerciantes disseram que não tinham conhecimento de nada, alguns só tinham chegado ao conhecimento, como eu, através da informática.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, se registamos com agrado a vinda do Governo de Portugal ao Distrito de Bragança, já não registamos com muito agrado as suas reivindicações.

Este “Governo mais Próximo” das populações nós não vimos, mas é um problema do Governo. Problema seu é os desafios de cada região e a Senhora Presidente vai falar em pequenas estradas ainda que sejam muito importantes para as Juntas de Freguesia e para as populações?

Pensei que a Senhora Presidente ia falar de grandes causas do ambiente, da economia circular, da verdadeira economia local e a criação de emprego, porque vemos todos os dias a locação de empresas em determinadas regiões que criam muito emprego e aqui não criam emprego nenhum. Estamos a falar de grandes causas e eram essas causas que eram importantes serem defendidas junto do Senhor Primeiro-Ministro.

Vou dar um exemplo: A Senhora Presidente disse à Ministra da Saúde que temos no nosso Hospital urgências médico-cirúrgicas, mas que depois lá não existe absolutamente nada? É só o *slogan*, que nos compromete a todos e em especial à Política, porque continua-se a deixar lá um chavão e nós próprios nesta Assembleia, a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia, temos dificuldade para dizer à população. Mas porque é que existe este chavão das urgências médico-cirúrgicas? Falta de quê? De capacidade política em desclassificar e classificá-lo como ele está hoje? É que o Hospital de Mirandela vive uma perfeita agonia.

A Senhora Ministra da Justiça, até porque houve a desclassificação do nosso Tribunal, não teve a preocupação de que ela viesse ao nosso concelho de Mirandela? Acha que a Justiça, porventura, os transmontanos estarão privados dela com a mesma qualidade e proximidade conjuntamente a outros concelhos e a outros Distritos?

A Ministra da Agricultura que já veio tantas vezes a Mirandela... Vou parar aqui na Ministra da Agricultura, porque a grande questão é esta. Vindo a Ministra da Saúde, da Agricultura e os outros, afinal que compromissos é que o Senhor Primeiro-Ministro...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Terminaram os dois minutos, Senhor Deputado.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fiquei com umas dúvidas depois da aula de geotécnica e geologia que é sempre imprevisível essas aulas, mas a Senhora Presidente não respondeu às questões que coloquei e queria que me elucidasse, porque é muito importante.

Fala em mais de 1 milhão de euros. Qual é o valor exato? É importante saber isso.

Depois, diz que o muro não foi aceite. Não foi aceite por quem? A Câmara não pode evocar o interesse público e fazer o muro?

Julgo que a Câmara foi condenada em janeiro de 2018, a executar num prazo de 120 dias as obras que agora estão a ser executadas. Ou seja, decorridos dois anos houve um agravamento do estado do terreno e estamos aqui a despender cerca de 120 mil euros do erário público que vão para o lixo, porque são obras provisórias, pelo que percebi, que de alguma forma, dois anos depois, podem não ser as obras ideais para serem feitas naquele local. Por isso, queria que me respondesse, qual é o plano de ação que se segue? Perceber o que é que está em causa.

O objetivo destas obras provisórias, pelo que percebi e estou a falar um pouco de quando passo por ali, é unicamente para estabilizar dois pontos soltos que lá estão, que é para que eles não escorreguem para as construções que estão mais abaixo.

Relativamente ao outro processo de que fala, em que se constituiu assistente, envolve funcionários municipais ou algum processo interno que está a decorrer?

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para informar que cada Senhor Deputado teria direito a três minutos e não dois. Alguém deseja continuar? Faça o favor Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A interpeleção à Câmara Municipal é apenas de três minutos. Como é que o desenvolvimento do Concelho de Mirandela e discutido com o Governo pode ser apenas em três minutos? Tudo bem, são as regras do “jogo”.

Na Educação nem falo Senhora Presidente, espero que tenha dito ao Senhor Ministro da Educação que ontem inaugurou uma Escola que foi feita pelos homens construtores do passado. Que o Governo de *José Sócrates* concebeu um projeto de 15 milhões de euros e que teve de ser o Anterior Executivo a gastar lá 3 milhões de euros, sob pena dos jovens estudantes de Mirandela não terem um ensino de qualidade ou umas instalações condignas à semelhança do que tem o resto do País.

Espero que lhe tenha falado também da Escola do IPB ali ao lado, onde o Executivo da Câmara Municipal de Mirandela gastou lá 5 milhões de euros para garantir o Ensino Superior em Mirandela e quando o Governo PS pela mão de um Ministro, já falecido que me escuso de dizer o nome, chumbou duas candidaturas da Câmara Municipal de Mirandela. Isto é que deve ser dito.

Em relação às portagens, somos o único Distrito que não paga portagens e porque não temos mesmo que pagar, porque há uma A4 construída sobre uma IP4, que não temos alternativas e estamos a falar de estradas que são portajadas, que são pagas pelos nossos impostos, porque já estão pagas ou serão pagas tendo em conta o calendário de pagamentos e sob pena de o Governo continuar através das portagens a fazer negócio e em especial com os gestores e as empresas do Interior que muito precisávamos de discriminações positivas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Sobre esta questão da passagem do Governo pela nossa região, não posso deixar de fazer aqui duas críticas.

Uma, possivelmente ao Executivo, pelo facto de não ter divulgado devidamente o programa para a nossa terra. Tenho feito esse apelo, não é uma reivindicação, é um apelo, no sentido de que a Assembleia Municipal, que é o Poder Político mais alargado da nossa terra, seja convidada a intervir nestes processos. De facto, o protocolo, não será a Senhora Presidente, tem falhado nesse sentido.

A outra crítica, aos Senhores Deputados, porque eu também não sei disso ou sei por outras vias e estou presente. Naturalmente que a Escola não me convidou para estar e eu estive. O IPB não me convidou, a Escola Agrícola não me convidou e eu estive.

Acho que temos de nos empenhar em estar, porque nos momentos em que estive constatei uma coisa. Se há Ministros que nos ouvem são estes. Ouviram toda a gente, ouviram todos os apelos... Se agora vão ou não dar cumprimento ou atenção ao que ouvirem, não sei, mas estiveram recetivos.

Só houve uma pessoa a solicitar e a fazer queixas, foi a Senhora Presidente da Câmara, daquilo que ouvi. Faltaram os Partidos, faltaram os elementos da Assembleia...

Acho que num futuro próximo nos devemos imiscuir mais nestas questões para podermos depois ter mais razão naquilo que dizemos.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão é rápida.

Relativamente aos compromissos de que falamos aqui e às reivindicações que a Senhora Presidente fez, a pergunta que importa fazer é: Tudo isso, embora concordemos ou não com alguns deles, quais é que foram os compromissos que ficaram firmados com o Governo e quais foram as garantias que eles nos deixaram para o futuro?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, agradeço as suas palavras. É verdade que o protocolo possivelmente não funcionou bem. Parece-me a mim que os convites a endereçar às entidades não era por parte das Instituições, mas sim por parte da Câmara Municipal e, se calhar, do Governo. Quem é que fez os convites para o jantar? Foram as Bodas de Caná? Penso que não.

Sobre as portagens que não existem no Distrito de Bragança foi um Governo PSD que assim determinou. Temos de ficar em silêncio, sob pena de os outros concelhos e os outros Distritos saberem que não pagamos portagens e a partir de agora também não querem pagar eles. Isto foi uma Política de discriminação positiva e vamo-nos manter assim.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Estas respostas à Mesa, normalmente, são um direito a quem intervém. Já quebramos aqui essa regra e vou continuar a quebrá-la.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas uma pequeníssima retificação ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

Há uma portagem, quem se desloca de Bragança ou de Mirandela para Quintanilha. Eu pago portagem sempre que me desloco à aldeia da família, há muito tempo.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assuntos pessoais? Então eu, Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, fui humilhado, levantaram calúnias e mentiras num programa da rádio e agora a Senhora Presidente é que se sente ofendida?

A Senhora Presidente anda distraída. Leia a Ata do dia 20 de dezembro, quando citei aquilo que a Dr.<sup>a</sup> *Júlia Rodrigues* escreveu na página do *Facebook* no dia 09 de março de 2017: “A cada 40 dias, como médica veterinária oficial, visitava esta exploração de coelhos”. Nunca afirmei que ia trabalhar ou particularmente ou pelos serviços. Só disse que visitava, que prestava serviço. Toda a gente sabe que sendo Veterinária da DGAV – Direção-Geral de Alimentação e Veterinária era pela DGAV. Certo? Não? Então, escreveu no *Facebook*. Tinha que colocar lá “DGAV” e não colocou, só colocou “como Médica Veterinária”.

Continuo admirado, a sua inteligência política, é aquilo que mais lhe admiro é que continua a fugir às perguntas. Perguntei-lhe porque é que um Presidente de Junta tem um cartão da Câmara Municipal em que está isento de pagar parquímetros. Porque é que os outros não têm? Gostava que me respondesse.

Visto que a Senhora Presidente parece que ignorou esse assunto, que acho ser importante, reconheço a situação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como órgão fiscalizador e com o bom trabalho que tem feito nesta Assembleia, que se inteire desta situação e tome as devidas precauções.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, eu não desvalorizei. Pedi informação relativamente a esta exposição de produtores de azeite. Sei que não foram contactados os comerciantes, foram só contactados os produtores de azeite numa mostra de produtos, não era uma Feira. Somente afirmei que a Feira da Alheira de Mirandela é no momento a seguir. Neste momento está a decorrer a instalação dos expositores da Feira da Alheira de Mirandela.

Solicitarei aos serviços dos eventos que me façam um ponto de situação relativamente a esta exposição/mostra de produtos de azeite, uma vez que estando neste momento a decorrer a colocação dos espaços de exposição da Feira da Alheira de Mirandela, não sei se terá oportunidade desta exposição de produtos, pois estamos a falar de um espaço temporal de uma semana em relação à Feira.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer-lhe que não ouviu a intervenção que foi feita, baseada na solicitação que o Senhor Primeiro-Ministro fez relativamente aos problemas do Concelho de Mirandela. Aquilo que foi respondido ao Senhor Primeiro-Ministro foi os problemas do Concelho de Mirandela e para nós os problemas do Concelho de Mirandela são os maiores problemas que temos, Senhor Deputado.

Grandes causas, grandes soluções também passam por resolver os problemas das estradas, de todas as estradas que temos de acesso. São Pedro Velho a Vilar de Ouro, Alvites, Cobro-Rego de Vide. Portanto, todos os problemas das estradas são o maior problema para as pessoas que vivem lá, são grandes causas. Para nós as grandes causas são os problemas do nosso concelho. Não sei ao que se está a referir a grandes causas, porque grandes causas são as nossas causas.

Quando nos é solicitado os problemas, obviamente que não vamos falar de grandes acessos. Precisamos dos nossos acessos que são aqueles que estão no nosso concelho.

Referiu a economia circular, a economia circular é realmente uma questão que nos preocupa. Agora, o que é que nós vamos dizer ao Senhor Primeiro-Ministro? Precisamos de ajuda para estradas, precisamos de ajuda para levar os saneamentos às aldeias, precisamos de ajuda para que o saneamento e a água de abastecimento seja de qualidade. Para nós essas são as grandes causas, essas são as principais causas.

A Agricultura é também uma nossa causa, por isso é que levantamos problemas do Concelho de Mirandela, alguns partilhados com outros concelhos. Esses são as nossas grandes causas, esses são os problemas que temos. Precisamos de apoios que não há neste momento em fundos comunitários para a qualificação de estradas, para redes de água e saneamento.

Quando um Governo do PSD retira e desclassifica os serviços públicos, por exemplo, em relação à Justiça, a desclassificação do Tribunal... E repare, há uma coisa que lhe posso dizer, falei também à Senhora Ministra da Saúde da urgência médico-cirúrgica, falei também da questão da maternidade e de outras situações que nos preocupam que julgamos terem sido más decisões do passado. Em relação à questão da Ministra da Justiça, de facto foi solicitado que pudéssemos ter aqui julgamentos que neste momento são realizados em Bragança. Bragança não tem salas suficientes para fazer os julgamentos que neste momento está a fazer. Os Advogados, as pessoas vão todas a Bragança fazer os julgamentos e solicitamos que fossem deslocalizados aqui alguns julgamentos, até porque é uma reivindicação nossa há algum tempo. Na altura, o anterior Executivo nada fez para que pudessem ficar cá.

Quanto à Educação, referir que quem pagou as obras foi a Câmara Municipal. Iniciaram-se no anterior Mandato, mas quem pagou é o Executivo. As obras não são dos Executivos, são das Câmaras, são das pessoas, essencialmente das pessoas, são da comunidade educativa. Agora, estarem sempre a colocar as obras nos Executivos? As obras, as dívidas são da Câmara Municipal. Ficamos com compromissos que tivemos de assumir, como é óbvio.

Sinceramente, não consigo ver onde é que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* quer fazer Política Partidária desta visita do Governo. Aquilo que foi dito ao Senhor Primeiro-Ministro e aos Ministros foram as preocupações que são partilhadas por todos os Senhores Presidentes de Junta e também pela Câmara Municipal. As nossas estradas municipais, as nossas estradas nacionais estão degradadas, precisam de investimento. A Câmara Municipal não pode fazer estradas nacionais nem tem orçamento para tal, mesmo nas estradas municipais.

Todos os problemas que aqui vêm são de abastecimento de água de qualidade. Falamos há pouco em Vila Boa, no abastecimento de água, vamos ter de fazer furos de água, porque é incomportável levar a água do Franco para lá, até porque não sabemos se

*[Handwritten initials and marks]*

viríamos mais tarde a ter problemas de abastecimento da aldeia do Franco. Portanto, a solução que encontramos foi fazer a prospeção em alguns locais para fazermos furos de água para que a água seja de qualidade.

Grandes causas? Falamos de economia circular quando as pessoas não têm saneamento, nem água de abastecimento de qualidade? Por amor de Deus...

A Política ainda é feita com qualidade e seriedade que deve ser. Acho que os nossos problemas são mais profundos do que aquilo que nós estamos a falar.

Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Presidente da Junta de Cedães, *António Martins*, quanto ao valor exato das indemnizações, não lhe sei dizer neste momento o valor exato, pois o valor exato está sempre a aumentar, porque é calculado do valor da indemnização por deixar de utilizar o carro, a viatura, a casa, mais os juros de mora que são calculados.

Quanto às questões da decisão do Tribunal até à execução da obra, fiz a referência que foi o terceiro concurso, porque os outros ficaram desertos, ou seja, foi aberto o procedimento, as empresas não concorreram pelo valor que foi feito e foi sendo aumentado progressivamente o valor. Iniciamos, julgo, com 60 mil euros e foi aumentado até agora aos cerca de 120 mil euros.

Em relação à outra ação, faz referência essencialmente aos empreiteiros, construtores. Relativamente aos funcionários municipais que estavam à data em funções e estão neste momento, são testemunhas do processo que já foram ouvidos no processo que está atualmente a decorrer.

No que diz respeito ao muro que não foi aceite, são as questões de obras definitivas, ou seja, aquilo que foi decretado pelo Tribunal foi a realização de obras provisórias e foi isso que a Câmara Municipal, ao longo destes três concursos, foi fazendo, isto é, aumentando o preço da obra para que pudesse haver concorrentes.

Relativamente aos convites, posso dizer que a divulgação da presença do Governo foi feita pelos vários gabinetes de apoio aos vários Ministros.

Quanto ao protocolo, foi definido pelo gabinete do Primeiro-Ministro relativamente ao jantar. Os convites foram de âmbito distrital e foram definidos pelo protocolo.

Em relação à divulgação da presença do Governo, existem aqui questões relativamente ao equilíbrio entre a divulgação e a segurança que é feita quando se deslocam aos locais, por isso, da nossa parte, Câmara Municipal de Mirandela, foi-nos só solicitada a divulgação, junto do protocolo, relativamente à Escola Profissional de Agricultura e Ministério da Educação. Estava convencida até que a Senhora Ministra da Saúde iria visitar o Hospital, depois houve uma alteração da agenda e foram visitar o Centro de Saúde do qual não deram conhecimento à Câmara Municipal.

Foi o primeiro “Governo mais Próximo” descentralizado. Houve algumas falhas de comunicação assumidas pelo protocolo e pelos gabinetes. De qualquer forma, das Câmaras Municipais, todas elas do nosso Distrito, estivemos a receber como pudemos todos os membros do Governo. Sei que estão sensibilizados para as nossas questões, mas não há um documento escrito que assegure que os compromissos foram tidos em conta e vão ser concretizados.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não queria dar aso a prolongarmos mais a questão política deste debate, porque tenho mais dois pedidos. Foram esgotados os três minutos de resposta e já aqui referi anteriormente que não iria haver contrarrespostas, caso contrário isto alonga-se demasiado.

Dizer aos Senhores Deputados que no período de “Outros Assuntos” poderão ter a oportunidade de debater estas questões.

No entanto, sendo uma interpelação à Mesa, os Senhores Deputados têm dois minutos para o efeito.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fiz uma questão que a Senhora Presidente não respondeu. Não quero levantar mais questões, só gostava de ver respondida a minha questão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Isto é uma interpelação diretamente à Senhora Presidente, não é à Mesa, por isso, não lhe consigo responder nem posso obrigar a que se dê resposta. Como sabemos, a Mesa não pode assegurar este tipo de respostas.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Penso que temos de votar ainda o Voto de Pesar do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela, *Manuel Figueira*.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não coloquei à votação, porque o próprio não a submeteu à aprovação da Assembleia Municipal, apenas a expressou.

Se agora o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela, *Manuel Figueira*, desejar que o mesmo seja votado, expressa essa vontade à Mesa e a Mesa submete a votação. Não foi expressada essa vontade, foi apenas lida e apresentada.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A partir do momento em que está apresentado, penso que é da responsabilidade da Mesa decidir.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:



Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Voto de Pesar foi expresso pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela e foi entregue à Mesa. Ficou registado. Se o Senhor Presidente entender ou desejar que o Voto de Pesar seja votado, a Mesa coloca à consideração da Assembleia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixe-me acrescentar que foi articulado com o Senhor Presidente da Junta manifestar apenas esse Voto de Pesar e não votá-lo. Contudo, o Senhor Presidente da Junta pode acrescentar mais alguma coisa.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *MANUEL FIGUEIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pode estar formulado incorretamente, mas a ideia era votar e que a Assembleia se pronunciasse, e não apenas eu, sobre o Voto de Pesar.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Formulado esse desejo de ver o Voto de Pesar submetido a aprovação por parte da Assembleia Municipal, apresentamos o Voto de Pesar em honra de *José Agripino Sousa*, Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela.

Quem vota contra este Voto de Pesar?

Quem se abstém?

O Voto de Pesar foi aprovado por Unanimidade.

## Ordem do Dia

### 4 - Período da Ordem do Dia.

#### 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, aqui nas Informações da Senhora Presidente posso incluir a correspondência recebida? É uma informação que prestam à Assembleia Municipal.

Este parecer da CCDR-N sobre a mobilidade de um colaborador Técnico Superior da Direção Regional para a Câmara Municipal... Como é que a Senhora Presidente diz na primeira página do parecer: “Perante a situação concreta em que um trabalhador manifestou o interesse e ambas as entidades entraram em acordo, considerando que a publicação de uma oferta de emprego podia criar apenas falsas expectativas (...)” – Falsas expectativas a quem? A terceiros que também queriam concorrer a esta oferta de emprego? Porquê? Já era garantida a mobilidade deste colaborador? Era por ser Diretor Financeiro da Campanha Eleitoral da Dr.ª *Júlia Rodrigues*? – “(...) e tornar o processo mais demoroso, não foi publicada esta oferta de emprego na BEP.”

Conclusão: isto correu tão mal que o colaborador, depois de aberta a oferta de emprego na BEP – Bolsa de Emprego Público, nem sequer concorreu.

Isto não é nada contra o colaborador, os meus respetos, simplesmente é um procedimento da Câmara Municipal de Mirandela que entenderam mal, com tanta assessoria jurídica e depois da contratação do Dr. *Aguilar*, sob pena de acontecerem estas coisas. Pergunto: O Dr. *Aguilar* vai continuar na Câmara Municipal ou vai haver alguma reestruturação nos Serviços Jurídicos?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, pela parte que me cabe, sou eu que divulgo a correspondência recebida, tenho que lhe dizer que juntamente com esse parecer está uma nota de imprensa da Senhora Presidente, onde esclarece que houve um lapso. Emendou a mão, que é o correto, e de certo modo justificou esse erro. Isso faz parte da correspondência que os Senhores Deputados receberam.

Quanto ao resto só a Senhora Presidente lhe poderá responder, naturalmente.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer aqui uma breve apreciação à Informação da Senhora Presidente.

Há dois pontos que merecem da parte da CDU mais importância do que aquilo que a breve menção na Informação da Presidente dá.

Gostaríamos que nos informasse e à Câmara que assuntos e conclusões saíram das reuniões que manteve, a primeira reunião com o plenário trabalhador do Matadouro Industrial do Cachão, a 07 de fevereiro, e logo passado sete dias uma segunda reunião com os representantes dos trabalhadores do Matadouro Industrial do Cachão, a 14 de fevereiro. Portanto, requeria à Senhora Presidente que nos informasse, que nos desse mais informação sobre que conclusões e assuntos foram estes tratados com estes trabalhadores.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

*[Handwritten initials and marks]*

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É uma questão muito rápida.

Sobre a apreciação da Informação da Senhora Presidente não há muito a dizer. Festas de fim de ano, festas de início de ano, por isso, também não tenho muita coisa a acrescentar.

Apenas dar aqui um reparo. Logo no início, na página 2, no ponto do Gabinete de Apoio está presente “Cantares dos Reis em Torre de Dona Chama e Festa dos Reis de Vale de Salgueiro em Vale de Salgueiro, a 05 de janeiro.” Ou seja, são duas iniciativas praticamente da mesma índole a realizarem-se em sítios diferentes.

Estive a conversar há pouco com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro que me transmitiu que esta decisão dos Cantares dos Reis serem em Torre de Dona Chama tinha sido uma decisão do Executivo.

Estamos constantemente a falar que as nossas Freguesias estão cada vez mais desertificadas, temos cada vez menos gente e no momento em que podíamos agregar todos os esforços para que uma das Feiras fosse grande, que toda a gente lá estivesse, basicamente bipolarizamos a situação e colocamos um pouco gente em cada lado. Penso que é uma decisão estratégica que a meu ver não é bem tomada e que se podíamos concentrar todos os esforços para que a Feira de Vale de Salgueiro, que é já tradicional e toda a gente a conhece, tivesse também os Cantares dos Reis lá, penso que seria mais benéfico. Por isso, queria dar esse reparo.

Se estrategicamente temos um Gabinete de Apoio tanto ao Executivo, como às Juntas de Freguesia, também serviria para coordenar este tipo de iniciativas para que não haja sobreposições, para que depois as pessoas não tenham como se dividir para estarem em todos os sítios ao mesmo tempo.

Deixo aqui esta nota para que nos expliquem o porquê desta tomada de decisão e para que no futuro se pense melhor na organização destes eventos.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Penso que estamos a tratar ao mesmo tempo as respostas da Senhora Presidente em relação ao ponto anterior, grande parte delas podiam ser incluídas neste ponto em apreciação, uma vez que é o trabalho da Câmara.

De qualquer forma, em relação ao ponto específico que está aqui apresentado, já numa intervenção anterior me referi à situação do Balcão Móvel. Penso que não é de desvalorizar o trabalho do Balcão Móvel, temos que o valorizar.

Aparece aqui uma estatística, um gráfico muito bonito com duas torres gémeas muito altas em que uma diz “Informações, Atendimentos Diversos, Câmara Municipal de Mirandela – 718 questões”. A outra torre gémea diz “Informações, Atendimentos Diversos, EDC Móvel – 718”. Isto é coincidência? É a mesma coisa? O que está presente neste gráfico?

Penso que se deve dar um incentivo próprio de criar, talvez, uma espécie de autocolante ou uma base plástica de forma a que as Juntas de Freguesia possam nos locais onde o Balcão Móvel costuma parar e colocar lá “próxima sexta-feira às x horas” e no mês seguinte “próxima quinta-feira às x horas” para as populações estarem esclarecidas. Qual é a população que se vai lembrar que no dia 02 do x mês ou no dia 23 do x mês vai lá estar o Balcão Móvel? Não vai! Ou fazemos alguma coisa de facto ou não vale a pena. Estamos aqui a brincar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto* colocou a questão da mobilidade de um colaborador na questão da Informação da Senhora Presidente, não sei se isso constava na ordem da informação. De qualquer forma, dizer-lhe que foi feito um comunicado de imprensa relativamente à mobilidade. Saliento que o facto de não ter havido má-fé, quer por parte dos serviços municipais, quer por parte do Executivo, deixando também aqui uma referência ao profissional que soube sempre interpretar com lealdade e total compromisso, para com o serviço público e para com o Município de Mirandela, a sua missão.

Relativamente a toda a questão da mobilidade, apesar de não estar referida na Informação da Presidente e não estar neste ponto da Ordem de Trabalhos, dizer que ficou tudo esclarecido. Houve uma irregularidade e, como foi dito em todo o comunicado, o ato é válido e é existente. Portanto, todos os atos administrativos são válidos conforme parecer da CCDD-N.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer-lhe que quanto aos trabalhadores do Complexo Agroindustrial do Cachão, houve de facto uma reunião com o Conselho de Administração, porque há um problema de base. Isto é, com o aumento do salário mínimo nacional os colaboradores do Complexo com 20 anos de trabalho, neste momento, e pelo aumento do salário mínimo, têm um salário igual aos que entraram mais recentemente. Por isso, houve uma reunião geral com os colaboradores, foram designados representantes de cada uma das categorias e das funções, estamos a falar dos distribuidores, dos magarefes, da coordenação e aquilo que se está a tentar fazer é equilibrar os salários de forma a haver equidade nos vencimentos dos colaboradores.

Neste momento, estamos a trabalhar com representantes de cada uma das funções e julgamos até ao próximo mês ter definidos os prémios, porque o Cachão funciona com prémios de função e também prémios de assiduidade, ou seja, todo o colaborador que é assíduo e não falta ao trabalho – isto já vinha da Administração anterior – tem um prémio. Em relação aos prémios de função, foi unanime que deveriam ser retirados.

De qualquer forma, ainda é um processo em evolução. Já houve uma segunda reunião com os representantes e estamos a tentar equilibrar e criar alguma justiça na atribuição dos vencimentos dos colaboradores.

Relativamente ao Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, dizer que todos os eventos são coordenados pela Divisão da Cultura. Temos alguma dificuldade em coordenar alguns eventos com as Juntas de Freguesia, recordo ainda recentemente a Feira do Tordo e a Matança do Porco que foi exatamente no mesmo fim-de-semana. A data já tinha sido agendada há algum tempo com a Feira do Tordo, entretanto houve a iniciativa de promover no mesmo fim-de-semana a Matança do Porco, sendo que não houve oportunidade para as Juntas de Freguesia alterarem as datas.

Aquilo que lhe posso dizer é que apesar de todos os esforços para coordenar a realização de eventos e do sucesso que os eventos têm tido, por vezes é difícil articular as agendas e as iniciativas que são da Câmara Municipal e também das Juntas de Freguesia.

Relativamente ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, quanto ao Balcão Móvel, a nossa primeira ideia era termos um dia certo para ir a todas as Freguesias, mas tem sido difícil de coordenar com todas as situações. Temos feito alguma divulgação junto das Juntas de Freguesia, também partilhamos nas redes sociais, obviamente que nem toda a gente tem acesso às redes sociais, mas têm dito que o nosso Balcão Móvel é um Balcão Móvel que melhor está a funcionar em todos os Municípios integrados na Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, apesar de termos noção que podemos e devemos melhorar a divulgação junto das pessoas.

O mais fácil seria termos um dia certo, mas com alguns feriados, criaria alguma dificuldade de reagendar novos dias de atendimento. É certo que o serviço está a ser executado, o número que o Senhor Deputado mencionou são atendimentos, às vezes são informações várias e que dizem respeito a diferentes serviços. De qualquer forma, quando fizermos o intervalo poderemos trocar algumas impressões sobre esses dados estatísticos que foram apresentados pelo Balcão Móvel.

#### **4.2 - Proposta de Transmissão das Sessões da Assembleia Municipal em direto (online).**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Isto é uma iniciativa nossa e que teve a ver com alguns apelos de várias Bancadas e inclusivamente da minha parte de analisarmos a possibilidade das nossas Assembleias Municipais serem transmitidas em direto. Perante esses apelos houve sensibilidade por parte do Executivo de analisar o assunto e estudar a viabilidade de tal.

Foi-nos comunicado pela Senhora Presidente que nos poderia proporcionar isso e a custo zero para a Assembleia Municipal, em termos de orçamento para a Assembleia e também a custo zero para o próprio Executivo, dado que na reformulação do contrato que tem com o canal isso não teria efeitos graves em termos de custos.

O assunto foi levado à Comissão Permanente que decidiu trazer-se aqui para deliberação da Assembleia Municipal. Ou seja, até aqui a possibilidade era não haver, agora temos, a partir de hoje, a possibilidade do sim o do não dessas transmissões, conforme a decisão da Assembleia Municipal.

Associado a isso também queria deixar já bem patente o seguinte: se for aprovado, permitirem que a Mesa possa terminar com estas emissões *online* e devidamente justificado quando ocorrerem essencialmente, como já ocorreram nestas Assembleias Municipais, palavões, ofensas pessoais, descer-se demasiado o nível do debate, isto porque passamos a ser observado por toda a gente. Quando fica entre nós é menos grave, mas levarmos lá para foram momentos, como já existiram, que não abonam em nada o prestígio que uma Assembleia Municipal deve ter... Portanto, conjuntamente com essa proposta ficar patente a possibilidade de, se for necessário, terminar com as emissões.

Fico à disposição para responder a qualquer questão sobre o assunto.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Toda a gente sabe que estas intervenções são públicas, não podem ser secretas. Portanto, são registadas e são públicas.

Não estou tão pouco preocupado sobre se as pessoas sentem que estão a ouvir o que elas dizem, porque os americanos se quiserem também sabem o que a gente está aqui a tratar.

Também há uma coisa que temos de saber. É que não pode a Câmara pensar que há uma rádio qualquer ou um canal qualquer que vai transmitir durante um dia inteiro aquilo que aqueles “chatos” na Assembleia Municipal estão a dizer, porque essa rádio ia à falência imediatamente com a falta de audiência.

Não podemos estar à espera que as pessoas estejam todas ávidas a ouvir aquilo que se vá dizer aqui. Não é isso. Agora, as pessoas têm o direito de saber o que é que se diz aqui. Qualquer entidade pública ou privada tem o direito de usar o todo ou as partes do que se diz aqui e que a partir daqui ninguém pode ficar surpreendido, porque se ouviu um Senhor ou uma Senhora a chamar algo a outro Senhor ou a outra Senhora. Disse-o! É responsável! Temos que assumir a responsabilidade pelo que dizemos com ou sem gravação.

Como tal, sou favorável a que as gravações sejam feitas e sejam facultadas à Comunicação Social.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Estou um pouco perplexo com a forma como esta proposta é aqui apresentada.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa,

Quem é o proponente da proposta inscrita no ponto 4.2 na ordem de trabalhos do dia de hoje?

É a Mesa que apresenta a proposta ou é o Executivo Municipal?

Sendo uma proposta para um serviço completamente novo, sem nunca ele ter existido nesta assembleia, pergunto: Não há nenhum tipo de fundamentação para esta proposta?

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, no nosso Regimento da Assembleia Municipal, no seu Art.º 65, na alínea f) diz e passo a citar: Receber através da Mesa “todos os documentos respeitantes aos assuntos agendados”.

É certamente, por distração minha, mas não encontrei nada na documentação enviada. Porquê Senhor Presidente?

Como não encontrei nada, tenho algumas questões que deixo já aqui:

- Qual o custo deste serviço?

- Quem vai pagar o serviço? A Câmara Municipal de Mirandela, o Executivo, ou a Mesa, Assembleia Municipal?
- Vai haver alguma consulta prévia ou até algum concurso para a contratação deste serviço? Se sim, quais os critérios de seleção para adjudicar este serviço? Se não, porque é que não há Senhor Presidente?

Continuo a perguntar:

- Não deveria haver, no mínimo, um *layout* de regulamento para este serviço?
- Não deveriam, as partes, ter conhecimento prévio dos seus direitos e dos seus deveres?
- Não há regras que regulem este serviço?
- Ou primeiro entregam-se os serviços a quem queremos e depois é que criamos os regulamentos?

Permitam-me dizer que, tendo sido a transparência uma das bandeiras da campanha eleitoral que elegeu este Executivo, parece-nos que esta transparência é demasiado opaca para tão grande bandeira.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não tenho qualquer tipo de problema com este serviço, não sou contra, mas não deixa de nos levar a pensar sobre a filmagem das nossas intervenções.

Quando comecei a ler e a pensar, lembrei-me daquilo que toda a gente sabe e que faz parte da Assembleia Municipal, como por exemplo, algo que encontramos em qualquer artigo com alguma qualidade na internet e passei algumas frases: “Para efeitos jurídicos o que é deliberado é assegurado unicamente pelas Atas. Nelas está tudo o que é relevante para a apreciação e legalidade das deliberações. Não há outra forma que tenha o mesmo valor. As Atas das Assembleias Municipais são acessíveis posteriormente a todos os cidadãos. Isto concretiza o direito fundamental dos cidadãos à informação dos assuntos, discussões, decisões, deliberações tomadas na Assembleia Municipal.” São coisas que todos nós sabemos de certo modo.

Ao longo dos anos e relativamente ao nosso concelho, fui encontrar um aspeto que me levou a gostar de partilhar, porque “a imagem vale mais que mil palavras”. Muitas vezes, a imagem é usada de formas que não conseguimos compreender até onde podem ir. Por exemplo, ao longo dos anos na Política, há épocas em que a descrição dos intervenientes nas Assembleias foram muito mais importantes os aspetos físicos do que o conteúdo das mensagens. Isto só por uma questão de curiosidade, porque a imagem é um poço sem fundo e achei muito interessante.

Tivemos aqui a viver em Carvalhais um Político notável, *Francisco António de Almeida Morais Pessanha*. Um destemido Político, Deputado transmontano que logo na sequência do liberalismo em 1821 fez um texto brilhante, das coisas mais fantástica que li e gostei de ler até hoje, sobre um transmontano no contexto da economia regional. É fantástico, está no livro de Carvalhais, sendo um livro que se pode consultar na Biblioteca e que vale a pena consultar. No entanto, há um pormenor curioso que foi o desagrado dele relativamente a Lisboa e às participações que teve na Política, exatamente, por causa da imagem. Ele não possuía uma voz timbrada, o que muito amortecia a eloquência dos seus discursos e isto fez com que ele deixasse de ir a Lisboa, porque não gostava de ser mofado pelo aspeto que tinha.

O que quero dizer é que a imagem é uma coisa extraordinariamente complexa e que permite interpretações que nunca mais acabam.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não levantamos qualquer tipo de objeção a esta divulgação, digamos assim, daquilo que poderá ser, assim a Câmara Municipal o deseje, a passagem das imagens daquilo que se passa nesta Assembleia Municipal.

A passar em vídeo, creio que será na *newsletter* da Câmara Municipal.

A única dúvida que levanto não é tanto como as preocupações que teve o Senhor Deputado *Carlos Ventura* acerca do Regulamento, porque as Atas são públicas, como disse o Senhor Deputado *Pedro Beato*. Temos vários exemplos, a Câmara Municipal de Bragança passa as suas Reuniões de Assembleia Municipal na *newsletter* da Câmara Municipal de Bragança, como há outras no País.

Não vemos qualquer tipo de problema. Aquilo que me faz vir aqui perguntar é: também serão transmitidas em *newsletter* da Câmara as Reuniões da Câmara Municipal? Ou seja, só fazia sentido se também as Reuniões da Câmara Municipal passassem a ser visionadas na *newsletter* da Câmara Municipal, porque só assim teremos uma imagem completa daquilo que é a discussão dos problemas do nosso Município.

Não temos qualquer tipo de objeção.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Concordo plenamente, até fui um dos primeiros Deputados a solicitar exatamente essa liberdade. Agora, o que não concordo é que seja, se for aprovado, quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal a decidir e a ver quais são as imagens que passam. Não pode ficar ao arbítrio da Assembleia Municipal assumindo eu o risco de ser apanhado, se é com essa intenção não tenho qualquer problema, não tenho problemas com a minha imagem, nunca tive, passe a imagem que passar da minha pessoa, temos que assumir aquilo que somos e aquilo que fazemos. Daí que não pode ficar ao arbítrio da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal o que passa e o que não passa. É para passar tudo e em direto.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

*[Handwritten initials and marks]*

Este é daqueles assuntos que parece que é complementemente consensual, uma vez que tanto a bancada do Partido Socialista, como a Bancada do Partido Social Democrata, alguns Presidentes de Junta, o PCP e o CDS, todos já manifestaram o interesse de forma a não só podermos chegar a mais pessoas, não apesar de, como disse o Senhor Deputado *Pedro Beato*, para efeitos jurídicos a Ata ser o que é e ser valorizada. Aqui, o que temos de defender e ter interesse é chegarmos ao máximo número de munícipes que, como disse o Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, têm dificuldade em ver durante muitas horas, muito menos terão o interesse de ler as Atas em formato escrito.

Aqui a nossa posição é muito clara. Somos defensores da transmissão total em serviço *streaming*, seja ele qual for o sítio onde possa passar, das Assembleias Municipais tal qual elas acontecem.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Concordo com o que disse o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, concordo com o que disse o Senhor Presidente da União de Freguesia de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* e o com o que disse o Senhor Deputado *Rui Pacheco*, só acrescentava uma coisa que era talvez de comodidade para todos.

Optando-se por este serviço seria bom as Atas deixarem de ser a transcrição integral das declarações das pessoas, porque efetivamente poucos são aqueles que vão ler as 60 ou 70 páginas de Atas. A Ata não serve esse propósito, a Ata serve para assinalar os pontos essenciais das intervenções que foram feitas. Não são as hesitações nem são as reticências. Podia-se na Ata assinalar-se, sim, o momento de início e final de intervenção dos Senhores Deputados na gravação.

É só uma sugestão.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Queria aqui esclarecer, ainda não ficou esclarecido, duas situações a respeito disto.

A primeira tem a ver com a transmissão ou uso, digamos assim, daquilo que se diz aqui por parte da Comunicação Social que pode fazê-lo da forma que entender, retirar o que entender, assumindo eles, Comunicação Social, a responsabilidade.

Outra situação é nós, Assembleia Municipal, entendermos decidir que seja transmitida toda a Assembleia Municipal. Isso não tem qualquer custo, como já foi referido, uma vez que existe um protocolo entre a Câmara Municipal e, neste caso, o Canal NTV e não vai acarretar mais custo absolutamente nenhum. Isto que fique claro.

O resto das informações e esclarecimentos deixo a quem de direito.

A outra ideia tem a ver com o que disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, *Eurico Carrapatoso*. Tem a ver precisamente com o facto das fontes, as fontes que são, neste momento, o acontecimento que está a acontecer, mas amanhã isto já é passado, já é história. Portanto, tem de ter fontes e a fonte principal é a Ata. A Ata nunca pode ser substituída, a Ata tem de existir sempre, é um documento escrito. E mais, se a Sessão de Assembleia vai ser transmitida em direto, melhor. Existe outra fonte precisamente para tirar estas dúvidas e estes problemas de “disse isto”, “intenção disto”. Melhor ainda para depois se comparar as fontes, porque é na comparação das fontes que a “verdade” pode ser mais retificada e mais pura.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Retiro algumas coisas de algumas intervenções que aqui foram realizadas e parece-me que não ficou suficientemente claro algumas situações.

Relativamente ao custo das transmissões. Se efetivamente o Executivo já adjudicou esta prestação de serviço, de filmagens, a uma empresa, o que é que me parece? É que teria celebrado um contrato com essa empresa de um serviço que na altura não sabia se ia prestar, ou seja, esse contrato há de ser um contrato vasto e que dentro desse contrato “cabe” lá estas filmagens, mas se estas filmagens não forem para o ar, esse serviço continua a ser pago. Isto não me parece bem.

No meu entendimento, a Assembleia Municipal e Executivo são dois Órgãos distintos, quanto a isso não há dúvidas. O que me parece é que a Assembleia Municipal não se devia demitir desta situação de lançar o procedimento e fazer um procedimento completamente autónomo do Executivo Municipal. Também me parece, o Senhor Deputado *Carlos Ventura* disse-o aqui bem, é que ou isto é em canal aberto e não há filtros e passa tudo, ou se houver filtros e eventualmente em sessões mais acaloradas que tenhamos de por filtro, isto tem de estar balizado. Teria de se ter um Regulamento para perante umas situações proceder de uma forma, a elas não existirem procederemos de outra.

Eu propu-lo aqui, por mais que uma vez. Todos somos de vontade que isto vá para a frente e não vamos inviabilizar esta situação. Agora, parece-me que devemos ter de acautelar procedimentos que podem padecer vício de forma.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vou tentar responder de forma sintética à generalidade das questões.

Começo por dizer que de facto foi manifestado por vários deputados, ainda agora o Senhor Deputado *Rui Sá* diz que fez em tempos esse apelo, isto para não falarmos de todos os nossos munícipes que me têm abordado questionando essa falta, dado que não podem estar presentes nas sessões, mas gostariam de assistir.

Uma coisa é certa. Temos de facto já um parecer da ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social sobre este tipo de gravações, dado que estando num ato público, como é o nosso, isso é legal. Podemos ter um elemento do público, sem dizer nada a ninguém, a fazer uma gravação e amanhã colocá-la no *Youtube*. Portanto, a questão da legalidade está bem patente.



Este é o primeiro ponto.

Depois, acho que fui claro, para seguimos um processo só nosso, da Assembleia Municipal, como eu já andava a estudar, tínhamos que ter incluído essa despesa no orçamento, tínhamos de ter propostas de vários canais que nos fizessem este serviço, enfim... tínhamos um determinado número de problemas para enfrentar e para conseguirmos levar isto avante.

O Executivo apercebeu-se, eu também fiz esse pedido, que tínhamos esta dificuldade e na reformulação de um contrato que já existia, também aqui referi, consegui incluir estas transmissões com os custos normais de imagem da Câmara. Ou seja, terminou aí um problema complexo que tínhamos que resolver.

De qualquer forma, a iniciativa é nossa. Partiu da Mesa da Assembleia, por sua vez colocou à Comissão Permanente, e para a qual a Comissão Permanente anuiu. Perante a presente proposta, caberá agora ao plenário determinar se sim ou não a este serviço.

O serviço é gravado na íntegra. Aquilo que inicialmente falei era o direito de se terminarem com as transmissões se não tivéssemos o comportamento à altura. A transmissão é integral e *online*. Mais, não é só a transmissão em direto, é que as gravações vão permanecer ao longo do tempo. Os procedimentos são aqueles que estão a ser praticados em várias outras Assembleias Municipais em que o acesso se processa através do *site* do Município e em que a Assembleia Municipal tem um espaço próprio para consulta e acompanhamento.

Em relação à substituição disto por uma Ata, jamais! Até porque sabemos que estes tipos de gravações podem desaparecer de um momento para o outro, basta que haja um vírus qualquer e desaparece. A Ata é um documento obrigatório que se vai manter, esse é que prevalece como documento legal. É claro que a gravação não passa de um serviço para fazer chegar às populações e dar conhecimento do que se passa aqui.

Não associei documentos a este ponto, porque não há muito a associar. Por acaso houve quem me chamasse à atenção, mesmo os Senhores Secretários, mas documentos suporte em termos legais? Documentos sobre concursos, não há. Como acabo de explicar, tudo é muito simples.

Faltará posteriormente apresentar o respetivo regulamento.

Trata-se de um serviço que tanto pode ser bom ou como mau, vamos ver no futuro, pois dependerá da perspetiva de cada um. Penso que para as populações é bom, para nós também pode ser extremamente pedagógico, para nos fazer acautelar e sermos mais cuidadosos nas nossas intervenções. Claro que se alguém se tentar afirmar dando espetáculo, os reflexos serão extremamente negativos, há que todos, termos consciência disso. Contudo, este plenário é soberano e é hora de dizer “sim” ou “não” à proposta. Se disser “sim”, também é soberano para mais tarde dizer não, caso se entenda por conveniente.

Sobre a questão do contrato em si, deixarei para o final, para a Senhora Presidente da Câmara, pois já nos ultrapassa os pormenores desse contrato.

Em relação à gravação das Reuniões da Câmara Municipal, isto não é assunto nosso, é um assunto que não nos diz respeito, por isso, não nos podemos pronunciar.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria que me esclarecesse duas coisas.

Sou plenamente favorável que as sessões sejam filmadas em direto, não tenho nada contra isso. Só tenho é uma reserva. As imagens que depois são recolhidas, como isto é uma transmissão em direto, como num jogo de futebol, essas imagens depois são de quem? Da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal ou da Empresa que vai prestar o serviço? É essa a questão que tem de ser aqui muito bem definida.

Estava a tirar uma dúvida com um colega meu que é: podemos ter uma transmissão em direto e no final não há compilação final de um DVD, de um CD ou de uma *pen* com essas imagens ou pode haver no final para arquivo e esse arquivo ou é da Câmara ou neste caso, se é na Assembleia Municipal, são da Assembleia Municipal. Não poderão ser é do prestador de serviços. Aqui tenho esta posição.

Sou plenamente a favor que sejam filmadas lá para fora, até vou aproveitar agora o 5G para colocar um ecrã gigante na aldeia para toda a gente ver as Assembleias Municipais, porque acho que é bom que se divulgue e que se filme, mas temos de ter cuidado é com tudo aquilo que vai ser recolhido aqui se é ou não posse da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal, nunca do prestador de serviço.

É isso que coloco aqui em questão.

Já agora, para quem gravar, vou-lhe só fazer este desafio: alguém que filme a Assembleia Municipal e que me filme a mim e que coloque um vídeo no *Youtube*. Faça esse desafio. Filmem-me e coloquem o vídeo no *Youtube* que depois falo convosco.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vou já responder caso a caso daquilo que me é possível e que eu sei.

As gravações são públicas. Normalmente este tipo de gravações vão para o *Youtube*. O canal de acesso para nós é via Assembleia Municipal no *site* do Município, mas se alguém for ao *Youtube* estão lá. Não há uma propriedade de ninguém. Isto em todas as Assembleias Municipais.

Em relação à filmagem, a filmagem não é móvel. É uma câmara fixa que abrange a Mesa e quem vai ao palanque intervir e terminou. Portanto, não vai haver uma câmara à procura de A, B ou C. Não é isso que interessa ao público. Ao público interessa aquilo que aqui em cima todos nós vamos dizer.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Que fique já aqui dito, eu, pessoalmente, sou completamente de acordo que aconteça a transmissão *online*, em direto, da Assembleia Municipal.

A minha questão é outra. Com todo o respeito pelos presentes, acho que anda muita gente distraída.

Foi aqui apresentada uma proposta na Ordem de Trabalhos sem nenhuma fundamentação. O Senhor Presidente já teve o cuidado de dizer aqui várias coisas que subscrevo na íntegra, mas, com todo o respeito, não as vejo escritas. Eu cesso a celebração de um contrato de trabalho de transmissão, porque me apetece? Porque não gostei do que a entidade que faz a transmissão transmitiu? As coisas não são feitas assim, acho eu.

O custo zero. Então, à partida, quem celebra o contrato ou renegociou o contrato com a entidade A, B ou C, nem quero saber qual é, já admitiu à partida, se for aprovada a transmissão, entregar o serviço a essa entidade. Não há critérios? As regras não são para ser feitas a meio do jogo. Não está em causa o conteúdo, mas façam as coisas bem feitas. Tornem em documento a vossa proposta, definam as regras, definam quais são os direitos e deveres de cada parte e depois aí, sim, com um documento formal emanado da Mesa, é a Mesa que faz a Ordem do Dia, com as regras para a transmissão, acho que a Assembleia tem o direito e o dever de votar a proposta.

Assim sendo, com todas as dúvidas que coloquei e que não vi esclarecidas, não criem regras depois de começarem as transmissões.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É claro que para definir regras primeiro tem de haver anuência do plenário para haver a transmissão. O processo é tão simples aqui como tem sido nos outros lados. Neste momento, estamos a falar de uma fase temporal, daqui a uns tempos poderá nem o Executivo ter um contrato com este operador, nem nós possibilidade de individualmente continuarmos.

As regras são estabelecidas por nós próprios em regulamento. Como disse, isto é uma iniciativa nossa, nós é que vamos definir as regras, mas antes de as definirmos iremos ouvir sugestões e aconselhamentos, bem como pareceres jurídicos.

Naturalmente que as questões mais pertinentes irão ser consideradas, mas acho que a chave, o que aqui é de facto importante, é a possibilidade de satisfazer os nossos Municípios, mais a mais sem custos para o nosso orçamento.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não é minha obrigação, Senhor Deputado, colocar regras. Vamos ver se a gente se entende, não deturpe. Não fui eu que apresentei a proposta.

Segundo informações do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a proposta veio da Mesa. Deduzo eu que quem apresenta uma proposta defina o mínimo de regras. O que me parece estranho disto tudo é que o Senhor Presidente justifica o que não consegue justificar. Dizer que em outros sítios se faz de uma forma ou de outra, com todo o respeito, para mim é irrelevante.

O Senhor Presidente está-me a pedir para votar uma proposta inscrita. Vou-lhe dizer mais. No cumprimento do Regimento em que o Senhor Presidente é o primeiro mandatário, no art.º 19, número 7, diz assim: “Quando a documentação para a fundamentação das propostas não seja entregue nos prazos regimentais, ou se verifique inconformidade legal, a Mesa pode decidir a todo o momento a retirada do ponto agendado na ordem do dia”.

Faça o que entender, mas faça cumprir o Regimento, Senhor Presidente. É aquilo que humildemente lhe exijo na função de Presidente da Mesa. Faça cumprir o Regimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Às vezes começo-me a interrogar. Senhor Deputado *Carlos Ventura*, quem é que apareceu primeiro, foi o ovo ou a galinha?

Aquilo que está a ser pedido aqui é se esta Assembleia está de acordo a que isto seja filmado e passe *online*.

Quais são os regulamentos ou as regras que o Senhor Deputado quer propor para esta Assembleia para isto ser votado favoravelmente? Qual é a regra? É que você só fala um minuto, eu falo dois, o público fala três? A imagem é da cara? É dos sapatos? É do casaco? Quais são as regras Senhor Deputado? Para eu perceber. Você está a pôr regras e regulamentos.

Não sei se o Senhor Deputado vê o canal ART quando dá a Assembleia da República. Gostava de saber quais são as regras que há para aquilo passar *online*. Gostava de perceber. A filmagem é do quê? É a cara, é os sapatos, é o casaco que se vai filmar?

Gostava que o Senhor Deputado, falando e manuseando essa sua sabedoria em relação ao Regimento, me desse uma ideia de uma regra que o Senhor Deputado quer implementar para que isto seja votado favoravelmente ou contra para termos essa elucidação. Falar de regras? Quais são? Proponha uma regra para eu saber se está de acordo com aquilo que é uma filmagem *online*.

Como o Senhor Presidente disse, Senhor Deputado, pode estar ali alguém com um telemóvel a filmar e o Senhor Deputado vai-lhe propor uma regra.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O meu pedido de uso da palavra é para tentar ver se saímos deste impasse que não tem razão de existir.

Primeiro: Já foi entregue numa Sessão anterior um documento onde se constava precisamente o Protocolo entre a Câmara e a NTV. Pelo menos entregaram-me e vi esse documento.

Segundo: Existe um contrato, com regras, já definido entre a Câmara Municipal e este Órgão de Comunicação Social. Essas regras estão definidas que passam pelas regras normais da Comunicação Social que qualquer Comunicação Social tem de usar ao filmar.

*[Handwritten initials and marks]*

Neste momento, estamos a ser filmados. Não sei se reparam, não sei se sabem. Toda a gente vê ali a câmara e toda a gente sabe que está a ser filmado. Então, preciso de impor a regra à Comunicação Social? Não. A Comunicação Social já tem as suas regras, tem de obedecer, existe a nível nacional e temos de estar de acordo, senão teremos de acionar outros mecanismos.

Na minha opinião, para abreviar, também foi aqui dito e apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia que este assunto foi debatido em Reunião de Comissão Permanente e o Senhor Presidente só traz o aqui, porque em Comissão Permanente foi decidido apresentar à Assembleia Municipal. Não decidirmos nós, Comissão Permanente, e apresentarmos à Assembleia Municipal para se saber se estavam ou não de acordo com a transmissão.

Se há efetivamente regras que acham que devam inserir, acho que é uma situação posterior, não vale a pena estarmos aqui a passar tempo, que isto é estar a passar tempo, com pequenas questões que não adianta nada, porque estamos a ser observados, estamos a ser transmitidos por aquele canal, mas possivelmente por algum outro telemóvel também. Isto é uma sessão pública. Além disso, vem na Ata aquilo que dizemos e esta questão, como eu dizia há pouco, da transmissão *online* é só uma mais-valia que é acrescentada, porque é a tal imagem. Como Senhor *Pedro Beato* disse, por vezes “uma imagem vale mais que mil palavras”, mas neste caso não vale mais, vai complementar ou até assegurar aquilo que é feito em termos de texto.

Acho que não vale a pena estarmos a complicar.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero começar por dizer que, como membro da Mesa, me associo a qualquer proposta da Mesa, mas também não me posso dissociar da minha consciência, bem como também não me posso dissociar de expressar um voto sem ele estar alicerçado em algo, em um documento, como dizia o Senhor Deputado *Carlos Ventura*.

Misturam-se aqui duas ou três situações que importa clarificar, porque não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Uma questão é a transmissão *online*, em sistema *streaming*, em direto e ao vivo das nossas Assembleias Municipais. Aliás, transmissão essa que eu defendo, como seguramente alguns se recordarão, desde 2013. Daí estar feita a minha declaração de interesses.

O que se trata é que quem esteja num ponto remoto do concelho nos possa acompanhar e ver independentemente da disponibilidade de tempo que tenha para nos ver ao longo do seu dia e não tenha que, apenas, ter possibilidade de saber o que se passa aqui através da Ata. Óbvio que a Ata é algo consagrado na Lei n.º 75, a Ata tem de ter as características que tem, é a validação de tudo o que aqui se passa e de tudo o que aqui é aprovado.

Agora, também comungo, de facto, de algumas questões que foram aqui levantadas sobre as regras e também aqui, é um dos pontos que queria clarificar, se está a misturar aquilo que são, porventura, regras de transmissão com regras de captação de imagem.

O Senhor Deputado *Jorge Humberto* referiu “é um minuto para um, é dois minutos para outro”, não é nada disso que se trata, porque a transmissão está a ser em direto, *online*, por isso, não é essa a matéria que está em causa. O que está em causa e que tem de merecer a minha preocupação, e acima de tudo acompanho a preocupação aqui manifestada por alguns Senhores Deputados, é:

- Quais são as regras das câmaras que estão a captar a imagem?
- É permitido grandes planos de rostos ou não?
- As câmaras são fixas? Em que pontos da sala é que são fixas?
- Para onde estão direcionadas?
- Se a câmara está nas minhas costas e se consultar o meu telemóvel, a câmara tem acesso àquilo que estou a visualizar ou a escrever no meu telemóvel?

Parece-me que isto são regras que devem merecer o nosso cuidado e a nossa maior atenção, bem como outra questão de extrema legalidade. É a questão da propriedade das imagens.

Posto isto, de facto, associo-me àquilo que são as regras a este nível de captação e do ponto até onde pode chegar a câmara relativamente a essas transmissões.

Aquilo que posso propor a esta Assembleia Municipal e que também, de certa forma, deve ser dissociado é o seguinte: o que está em cima da mesa é uma proposta para transmissão das Assembleias Municipais *online*. Salvaguardadas estas questões que aqui referi, que acompanham muitos Senhores Deputados nas dúvidas que têm, penso que poderíamos aprovar genericamente a proposta da transmissão *online*, que acho que essa não deve merecer da nossa parte qualquer dúvida. Contudo, as transmissões não se iniciam enquanto a Comissão Permanente não elaborar um Regulamento da captação de imagens, da sua forma e conteúdo. Depois de aprovado esse documento trazê-lo aqui, uma vez que na Comissão Permanente estão reunidas todas as bancadas, portanto será um documento de comum acordo, traz-se aqui, é legitimado e iniciam-se as transmissões.

Penso que, pelo menos, o princípio da transmissão *online* deve ser salvaguardado, está na Ordem de Trabalhos e penso que deve merecer a nossa aprovação. As filmagens não se iniciam sem a elaboração deste documento.

É o contributo que tenho a dar à Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Penso que não acrescentou muito mais, possivelmente foi mais claro do que eu.

Antes tem de haver uma deliberação sobre se há ou não transmissões *online*. Depois é que definimos as regras. Não vamos definir as regras para uma coisa que não sabemos se vai acontecer, ou seja, antes de os Senhores Deputados deliberarem positivamente ou negativamente.

Agora, uma coisa é certa sobre as regras e sobre os documentos. Qualquer membro da Comunicação Social devidamente credenciado, como é o caso e que resolva em qualquer momento filmar e colocar esse filme publicamente, tudo indica que o podem fazer. Não vale a pena dizer que não, pois tenho na minha posse um parecer da ERC que o confirma.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, *António Martins*, está a dizer que não, que tem outra opinião sobre isso. A verdade é que não me apresenta lei alguma nesse sentido.

Se se decidir pela transmissão *online*, os líderes dos Partidos, na Comissão Permanente, ajudar-me-ão a criarmos até Regulamento para definir as principais regras.

Contudo, para chegarmos aí, temos que saber se há um empenho do plenário em que haja transmissões ou não. Claro que aquilo que está a ser apresentado aos Senhores Deputados é, na generalidade, se aprovam ou não.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Pareceres há muitos. Isto não é um tema novo, já há muitas Assembleias Municipais que fazem a transmissão em direto há muito tempo.

Só para esclarecer e corroborando o que disse o Senhor Deputado que me antecedeu, pelo facto de isto ser uma sessão pública não pode vir aqui qualquer pessoa fazer uma gravação e transmitir. O público está aqui na qualidade de testemunha e observador, não pode fazer captação nem armazenamento de imagem a não ser que o órgão o permita.

Aquilo que os pareceres indicam, a maioria deles, é que a Assembleia Municipal deve no seu Regimento ter prevista a forma em que é feita essa transmissão, essa captação e as regras em que isso é feito.

Essas questões de planos e tudo mais é algo mais secundário. A questão que temos agora de autorizar, que não é possível neste momento, tirando aos Senhores Jornalistas para exercício do seu ofício, é a captação de imagens por parte de uma entidade, na sua íntegra, em direto, em que canais, de que via e tem de estar previsto nesse Regimento e depois, se quiserem também possibilitar ao público que o faça, também se pode possibilitar nessa via.

Obviamente, sou um defensor da transmissão em direto, como já aqui também o indiquei várias vezes, até porque o horário em que as sessões se realizam não é compatível com o horário laboral da maior parte dos cidadãos mirandenses. Também não acho que haja vontade de colocar esta Assembleia Municipal em horário pós-laboral como já aqui foi suscitado algumas vezes, por isso, de forma a aproximar a cidadania dos políticos, dos eleitos e da sua responsabilização, faça-se a transmissão em direto. Sou apologista e acho muito bem.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muitas das intervenções dizem “a Câmara isto”, “a Câmara aquilo”. Isto não é uma questão da Câmara. O Executivo Camarário limitou-se a proporcionar-nos de uma forma grátis aquilo que era uma pretensão de alguns de nós. Não tem a ver com a Câmara. As regras, neste caso concreto, são nossas. Quando falamos dos outros não são as Câmaras, são as Assembleias Municipais. Há Assembleias que têm orçamentado específico para o efeito e este tipo de serviço e é pago por eles. Tal como amanhã ou passado se terá que passar com a nossa Assembleia se o Executivo não nos puder proporcionar este serviço. Portanto, não tem a ver com a Câmara, tem a ver connosco.

Vou apenas pedir à Senhora Presidente que esclareça sobre os custos do contrato, os quais ainda não foram devidamente entendidos e estão a gerar alguma confusão. Eu particularmente não os conheço em pormenor, nem quis saber. A partir do momento em que sabemos que é um contrato legal, que está aprovado em Reunião de Câmara, que mais precisamos? Peço portanto à Senhora Presidente que esclarecesse as dúvidas por favor.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão, houve um pedido da Assembleia Municipal para um orçamento para a realização da gravação. Tendo a Câmara Municipal já uma prestação de serviços que até está incluída nos Contratos-Programa com as Juntas de Freguesia, por causa da realização de eventos e de vídeos promocionais das Freguesias, solicitamos a colaboração dessa mesma empresa para a inclusão deste pedido da Assembleia Municipal, porque o orçamento da Assembleia Municipal está incluído no orçamento da Câmara, as despesas são pagas pela Câmara Municipal.

No sentido de podermos colaborar, como é nossa função, com a Mesa da Assembleia Municipal, foi proposto na Reunião de Comissão Permanente esta solução de passar a gravação a ser incluída nesta prestação de serviços na mesma empresa. Os representantes de cada Bancada Parlamentar da Assembleia Municipal concordaram que esta mesma proposta viesse à Assembleia Municipal para aprovação.

A metodologia de implementação das gravações será feita pela Comissão Permanente, ou seja, as regras da gravação – quantas câmaras, como se pode gravar – como funciona na maioria das Assembleias Municipais e também na Assembleia da República que também tem um canal próprio que faz transmissões em direto e que permitimos a recolha de imagens.

Acho que a solução que foi apresentada é uma boa solução. Estando a Mesa da Assembleia Municipal mandatada para que as Assembleias Municipais podem ser gravadas, esta gravação é incluída neste contrato de prestação de serviços e toda a metodologia de implementação deste procedimento será definida pela Comissão Permanente, onde estão representadas todas as Bancadas que constituem a Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como vos digo, as regras vão ter de ser estudadas, mas temos antes que saber sobre a decisão do plenário. Não vamos estudar regras, não vamos perder tempo e não vamos fazer um Regulamento específico sem antes estar determinado se avançamos ou não com a proposta. Quando isso chegar ao ponto de haver transmissão, naturalmente os Senhores Deputados já terão antecipadamente aprovado um documento específico para o efeito.

Penso que é suficiente, os Senhores Deputados agora é que vão escolher, está nas vossas mãos decidir, por isso, a proposta está a votação.

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor, 3 abstenções e 1 voto contra, aprovar a Proposta de Transmissão das Sessões da Assembleia Municipal em direto (*online*).

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

Abstive-me, porque me parece que a proposta carece de documentação devidamente fundamentada e parece-me, também, que está ferida de legalidade.

#### **4.3 - Relatório Anual da CPCJ.**

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Relatório Anual da CPCJ, temos de constatar que foi uma apresentação de alguns dados estatísticos em relação ao trabalho da CPCJ no ano de 2019 e uma apresentação destes dados estatísticos e processuais e pouco mais do que isso.

Independentemente de diversas opiniões, não está em causa sequer a transparência, mas tratando-se de uma Comissão tão importante como é a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em perigo, parecia-me ou esperava que houvesse uma apresentação dos dados de forma diferente, com alguma contextualização, com ponto de partida, com o trabalho desenvolvido e depois os dados finais. Isto porque para podermos fazer uma avaliação deste trabalho também teríamos que saber o ponto de partida, quais os objetivos e o ponto de chegada para conseguirmos avaliar efetivamente este relatório anual.

Assim desta forma, apenas podemos apreciar os dados que nos são apresentados e fazer uma avaliação dos dados estatísticos que aqui estão.

No entanto, resolvi fazer um comparativo com aquilo que aconteceu no ano de 2018 e aí já vi um relatório que me pareceu mais cuidado que apresentava já algum trabalho de base. Neste relatório de 2018 apresentava, por exemplo, a missão, visão e princípios da CPCJ, o que são as CPCJ, que medidas podem tomar, onde podem intervir, como são constituídas e um breve resumo da atividade do ano 2018. Aqui também esperava que acontecesse algo do género, o que confirma aqui de alguma forma alguma degradação, passando a expressão, na apresentação deste relatório. Não digo que isto se repetisse todos os anos, mas acho que seria interessante fazer esta contextualização e dar aqui destaque a alguns pontos importantes que foram acontecendo ao longo do ano de 2019 nesse relatório.

No que toca a números e fazendo um comparativo processual entre aquilo que aconteceu em 2018 e 2019, há alguns pontos que gostava de salientar:

- Diminuição dos processos transitados, o que implica por si a sua resolução;
- Aumento do número de processos. Passou de 48 processos em 2018 para 64 em 2019; e
- Aumento do número processos reabertos. Em 2018 eram 4 e em 2019 foram 24.

Estive também a procurar os motivos ou as causas que levaram à reabertura dos processos e aquilo que encontrei é que maioritariamente estão relacionados com as questões do abandono e absentismo escolar, havendo também violência doméstica, mau trato psicológico e comportamentos que afetem o bem-estar e desenvolvimento sem que os pais de oponham de forma adequada. A predominância destes reincidentes e destes casos reabertos está na faixa etária dos 15 aos 17 anos.

Acho que seria também importante percebermos o porquê de haver a reabertura destes casos e reforçar o acompanhamento do mesmo. Não coloco em causa, de forma alguma, a dedicação de todos os Técnicos, mas sabemos que por vezes há alguns entraves que se encontram para conseguirmos levar a bom porto estas tarefas relacionadas com a CPCJ, seja a falta de recursos técnicos, falta de recursos humanos ou mesmo até alguma falta de interesse dos visados no acompanhamento ou outras situações.

Em relação aos casos ativos de 2019, também fiz a sua apreciação e vi que a principal causa continua a ser a violência doméstica e o absentismo, casos que registaram uma ligeira subida, enquanto os casos de negligência diminuíram para metade.

No que toca aos casos que existem causas diagnosticadas, voltamos a falar do absentismo como uma das principais causas diagnosticadas e as questões da negligência seja a nível de saúde, educação, psicoafectivo, comportamento e supervisão. São aqueles que apresentam os maiores números como causa diagnosticada. A violência doméstica e a exposição a comportamentos que afetam o desenvolvimento da criança também são algumas das causas que continuam a gerar alguns processos dentro da CPCJ.

De uma forma muito geral foram estas as causas que encontrei nos processos que foram instaurados, que nos devem preocupar, para os quais devemos ter algumas medidas e se possível reforçar o acompanhamento e o trabalho na prevenção para estas situações.

Aqui também entraria o plano de ação da própria CPCJ. Ao fazer esta análise também nos poderiam apresentar neste relatório anual aquilo que seria de esperar para o ano de 2020.

Para concluir, esta é uma apreciação muito geral daquilo que foram os dados apresentados. Não pretendo de forma alguma assacar responsabilidades políticas ou outras do género, mas, sim, que este seja um contributo para que no futuro este relatório seja reforçado e consigamos perceber melhor o trabalho que é feito pela CPCJ, uma vez que estamos a falar de crianças e jovens que são o nosso futuro.



----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não é minha intenção falar sobre o relatório, porque estes relatórios vemos todos os anos e os problemas das crianças é de facto o problema de hoje e de amanhã. Por vezes vê-se na Comunicação Social questões de crianças que eram acompanhadas e afinal não tinham conhecimento, afinal ninguém sabia, etc.

Pergunto aqui uma coisa: Pode o Vereador do Pelouro ser também o Presidente da CPCJ? Além de pode e deve?

----- A Senhora Deputada Municipal *LÍDIA NOURA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não sou muito sensível à frieza dos números nem à análise de relatórios quando se trata de assuntos relacionados com crianças e jovens no que diz respeito à sua proteção.

O relatório apresentado tem a qualidade de sempre, pois é o que sai da plataforma. Não tem é “floreados”. Parece-me serem matérias demasiado sérias para serem objeto de críticas levianas.

Na qualidade de representante da CPCJ na sua Comissão Alargada há dois anos, quero aqui deixar o meu testemunho de que a CPCJ de Mirandela, com a sua Comissão Restrita, exerce um trabalho meritório praticamente voluntário que neste momento tem para tratamento 109 casos de processos ativos, dados de janeiro, e que faz com que esta Comissão seja uma das Comissões de referência a nível nacional.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão do relatório da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco, dizer que esta Comissão é autónoma em relação à Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tem um representante nesta Comissão que, por eleição entre os pares, foi designado o Vereador como Presidente da CPCJ. Julgo que já era também no passado. Existem outras Câmaras em que o Presidente da CPCJ também são Vereadores da pasta, mas de facto é uma eleição no âmbito da Comissão.

Relativamente à questão do esforço que esta Comissão faz para o acompanhamento de todos os processos é de facto notável. Também temos verificado que, para além do trabalho diário na reunião de Comissão, também existe trabalho fora de horas, ou seja, trabalho extraordinário, finais de semana e durante a noite. Quem está na Comissão sabe que é um tipo de trabalho de disponibilidade e cuidado permanente, porque as situações acontecem e não têm hora para acontecer.

Reforço o papel da CPCJ na nossa comunidade, no Concelho de Mirandela, de todos os Técnicos envolvidos e também dizer-vos que tem sido feito um esforço, nomeadamente, por exemplo, na Festa dos Reis em que existe a polémica relativamente ao uso do cigarro e houve da parte da CPCJ alguma preocupação, também em conjunto com a Câmara Municipal, no sentido de criar alternativas ao uso destas situações.

Assim, relativamente a esta Comissão, felicitar todos os membros e desejar o maior sucesso.

Quanto à previsão que o Senhor Deputado *Nuno Magalhães* faz, a análise prospetiva é difícil, porque todos os casos podem ser novos casos, podem ser casos que não são previsíveis e existem situações que me parecem que são imprevisíveis de calcular, como novos casos, casos de violência doméstica e todas as situações que constam deste relatório. Atrás de cada número está uma família, está uma pessoa, está uma criança, está um jovem que tem de ser acompanhado.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para referir que não falei em previsão, foi em prevenção de algumas situações em que podemos de alguma forma preveni-las, não prevê-las.

Relativamente à frieza dos números, são os números que nos dizem o que devemos fazer.

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### **4.4 - Declaração: Alínea a), do n.º1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA).**

----- Foi presente à Reunião da Câmara Municipal de 30 de janeiro de 2020, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.  
Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### **4.5 - Declaração: Alínea b), do n.º1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), conjugado com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação.**

----- Foi presente à Reunião da Câmara Municipal de 30 de janeiro de 2020, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.  
Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Sobre este ponto, pedia à Senhora Presidente um pequeno esclarecimento.

Analisados os dois pontos, os devedores e os processos judiciais, pergunto: grande parte destes devedores, ao que sabemos, já vem de anos atrás, por que razão não têm ainda ações judiciais para se executar o pagamento?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este foi um dos assuntos presentes e discutidos em Reunião de Câmara.

Neste momento, após várias tentativas que já vinham do Executivo anterior e após vários contactos do Gabinete Jurídico para a regularização destas situações, já conseguimos resolver algumas, aliás, do ano passado para este já temos alguns pagamentos feitos.

Temos também aprovado, em Reunião de Câmara, um Protocolo de Colaboração com a Autoridade Tributária que neste momento tem processos de regularização rápida de atrasos de pagamentos. Julgamos que logo que esteja implementado, a Autoridade Tributária faz rapidamente estes processos. Alguns são vários, ou seja, estamos a falar de documentos de receita individual que são várias rendas, pagamentos de refeições que a Autoridade Tributária vai receber.

Relativamente à concessão, exploração e instalação do pagamento de taxas vão ser efetuados através da Autoridade Tributária.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Acho que seria esclarecedor para nós, não suscitaria quaisquer dúvidas deste género se acrescentasse à informação, no futuro, os acordos extrajudiciais. Assim, a Assembleia ficaria a saber que há dívidas antigas e que não estão a ser executadas, porque há um acordo em curso. Agradecia isso em nome da Assembleia Municipal, por favor.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, a cobrança de dívida.

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

**4.6 - Proposta de Regulamento de Reconhecimento de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local do Município de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de fevereiro de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento de Reconhecimento de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local do Município de Mirandela, conforme proposto.”**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento de Reconhecimento de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local do Município de Mirandela.**

**4.7 - Proposta de Aprovação de Minuta de Protocolo de Cedência dos Edifícios Escolares do Concelho a Juntas de Freguesia.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de fevereiro de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

**1 - Aprovar a Minuta de Protocolo de Cedência dos Edifícios Escolares do Concelho a Juntas de Freguesia;**

**2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Protocolo é só para as Juntas de Freguesia que vêm mencionadas no despacho que veio anexo dos documentos da Assembleia Municipal? Portanto, os que já têm não vai ser retificado com o novo Protocolo, mantêm o que está. Isto é só mesmo para estas Juntas de Freguesia mencionadas?

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha pergunta era coincidente com a pergunta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, *António Martins*, mas mais uma coisa.

Este protocolo é só para as Freguesias que estão na proposta?

Em todas as restantes Juntas de Freguesia onde existem antigas escolas, estão todas protocoladas? Ou seja, nas escolas onde não haja alunos existem Protocolos com todas as Freguesias?

Este protocolo vai ser nos mesmos moldes?

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Embora tenha conhecimento que é, digamos, uma cópia do passado, julgo que neste clausulado nunca aparece o direito da Junta de Freguesia de também fazer Protocolos em relação a entidades terceiras, normalmente entidades não lucrativas, de caça, associações, etc.

Não sendo Jurista, julgo que deveria haver uma reserva ao longo disto a definir para a Junta de Freguesia os limites em que ela pode exercer também o direito de subconcessão.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão deste ponto da Ordem de Trabalhos, dizer que todas as escolas estão protocoladas, exceto quando a Junta de Freguesia não manifesta interesse na gestão do edificado. Normalmente, as Juntas de Freguesia estão mais próximas para gerir os imóveis e consideramos que é uma mais-valia a gestão da Junta de Freguesia. Desde que a Junta de Freguesia tenha essa vontade, têm sido feitos Protocolos com todas as Juntas.

Mirandela tem algumas escolas, uma delas foi recentemente desocupada e está lá agora a Universidade Sénior, a Escola da Central vai ficar agora protocolada e na Escola de Golfeiras vai nascer a Casa das Coletividades com espaço partilhado com algumas associações que têm recorrido à Câmara para um espaço cedido a título gratuito e com salas de reuniões partilhadas.

Em relação às Juntas de Freguesia, todas as escolas estão protocoladas, exceto os casos em que o Presidente ou a Presidente da Junta de Freguesia não mostrou vontade de fazer a gestão do edificado.

Quanto à questão da subconcessão, muitas das escolas primárias estão, neste momento, sob a gestão de associações, muitas delas à época foram protocoladas diretamente com as associações, não passou pela Junta de Freguesia. Consideramos que deve ser a Junta de Freguesia a fazer essa subconcessão com a autorização da Câmara Municipal para melhor gestão dos espaços e ocupação.

No fundo, são fins públicos a utilização coletiva das comunidades no uso dos espaços.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me pareceu foi que neste clausulado devia haver a possibilidade de subconcessão.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Existe essa possibilidade sempre que a Junta de Freguesia esteja de acordo e a Câmara Municipal também acerca da cedência desse mesmo espaço.

A referência a que a própria Câmara Municipal fazia diretamente a concessão, agora não está a existir, ou seja, será sempre a Junta de Freguesia que fará de forma subsequente a esta realização do Protocolo outro com a coletividade que estaria interessada no espaço.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Protocolo de Cedência dos Edifícios Escolares do Concelho a Juntas de Freguesia.

#### **4.8 - Pronúncia/tomada de posição sobre Proposta de apresentação à Administração Central de subdivisão do Agrupamento de Escolas de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de fevereiro de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a pronúncia/tomada de posição sobre a Proposta de apresentação ao Ministério da Educação da subdivisão do Agrupamento de Escolas de Mirandela (reorganização da Rede Escolar), nos termos das deliberações do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas e do Conselho Municipal de Educação, de 22 e 23 de janeiro, respetivamente, e num modelo a definir posteriormente pela comunidade educativa e Ministério da Educação;**
- 2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Como defensor acérrimo da Escola Pública não podia deixar, nem ficava bem com a minha consciência se não viesse aqui neste ponto dar uma palavra simpática e até um louvor ao Senhor Diretor do Mega Agrupamento de Escolas pela sua tomada de consciência de que este Agrupamento está “doente”, não funciona nos moldes em que está a funcionar.

Fizeram-nos chegar as Atas das decisões, houve várias, todas elas unânimes na divisão do Agrupamento e vem aqui uma frase que vai ao encontro da minha intervenção na anterior Sessão de Assembleia Municipal, dizia que a Escola não estaria com a eficácia que devia estar. Ele próprio aqui assim o defende, para que haja mais sucesso e para que a eficácia vá para a eficiência, isto é, uma Escola mais eficaz, que o Agrupamento devia ser dividido.

Temos uma Ata de uma reunião com a Câmara nesse sentido, temos também a Ata do Conselho Geral em que também é unânime em dizer que a Escola não é eficaz e que este Agrupamento devia ser dividido. Depois, temos também uma Ata do Conselho Municipal de Educação em que todos os seus representantes são unânimes em dizer que o Agrupamento de Escolas não funciona como deve ser e que também poderia e deveria ser dividido.

Acho que estamos todos de acordo, exceto um representante do Conselho Geral que é o representante dos Pais e Encarregados de Educação, mas penso que não mora cá nem traz os filhos na Escola, em que diz que tem algumas reservas relativamente a esta questão, salientando que a dimensão do Agrupamento, por si só, não seria fator impeditivo de uma boa gestão. Portanto, será a única voz contra, acho que este representante até tem responsabilidades políticas a nível distrital do CDS, sendo o único que veio que tem uma voz contra a divisão do Agrupamento.

O Agrupamento ainda não está discutido na sua divisão, é de facto uma proposta depois para o Governo Central fazer esta alteração à rede escolar, oportunamente, porque a rede escolar define-se, penso eu, em março ou abril e seria o tempo ideal com esta passagem de competências para a Câmara que se corrigisse esta ineficácia da Escola, para bem dos nossos alunos e para bem de todos.

Relembro que isto seria também uma boa forma de combater as assimetrias. Já falamos aqui nas assimetrias e na proximidade, mas há coisas que são um pouco pequenas e que contribuem e muito para as assimetrias. Um dos contributos que podem dar para uma assimetria é tornar a Escola muito mais eficaz, com maior sucesso, porque, se virmos, há declarações em que o insucesso está a diminuir na Escola, mas, por outro lado, a CPCJ vem com o seu relatório dizer que os casos de acompanhamento e de abertura de processos estão a aumentar. Estas duas entidades, estes dois números não casam bem, há aqui qualquer coisa que não bate certo.

Relembra aqui uma carta educativa elaborada já há algum tempo em que a área que comporta este Agrupamento, não fala na divisão em dois Agrupamentos, mas deverá, na minha opinião, haver três Agrupamentos, um dos quais na Torre de Dona Chama, que tem identidade própria e devia ter lá um Agrupamento. Portanto, espero que haja esta divisão do Agrupamento, não em dois, mas em três e assim assemelhamo-nos ao Concelho de Bragança que tem a mesma área escolar.

Acho que somos todos unânimes em que a Escola funcione bem e que este Mega Agrupamento seja dividido, que seja proposta a sua divisão para Agrupamentos de menor dimensão.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a pronúncia/tomada de posição sobre a Proposta de apresentação ao Ministério da Educação da subdivisão do Agrupamento de Escolas de Mirandela (reorganização da Rede Escolar), nos termos das deliberações do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas e do Conselho Municipal de Educação, de 22 e 23 de janeiro, respetivamente, e num modelo a definir posteriormente pela comunidade educativa e Ministério da Educação.

## Outros Assuntos de Interesse para o Município

### 5. Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não sei se esta minha pequeníssima intervenção está um pouco deslocada, porque vou voltar atrás ao ponto 4.2 e vou explicar porque estou só agora a intervir, porque acho que o assunto é efetivamente de interesse para o Município.

É evidente que todos nós que usamos transparência na nossa vida, na nossa atuação política e outro tipo de intervenção que tenhamos, queremos ser gravados e filmados para futuro, para os vindouros saberem o que fizemos aqui.

Porque é que não intervimos no ponto 4.2? Porque houve grande discussão, estava-se a gerar alguma confusão e estava-se essencialmente a falar no antes da filmagem. Quero-me referir à pós-filmagem.

Porque é que digo que isto é de interesse para o Município? Porque não quero de hoje para amanhã ver o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ver a Senhora Presidente da Câmara, são forças políticas diferentes da minha, serem ridicularizados. Revolta-me isso.

Vou explicar a razão por que estou a dizer isto. Todos se lembram no pós-25 de abril, os mais velhos devem ter estas imagens de certeza, que houve um Primeiro-Ministro que foi fazer um discurso a Almada. Não sei se se lembram. Olhando para a televisão, alguém baixou o som da televisão e queriam fazer passar um homem que era extremamente inteligente, competente – devo dizer

*[Handwritten initials and marks]*

que era um indivíduo que, como sabem, não pertencia à minha força política – ser ridicularizado e quererem fazer passar a imagem dele como louco. Bastava cortar o som e os gestos que ele fazia parecia um louco.

Vindo a tempos mais modernos. Revolto-me quando vejo uma atual Deputada da Assembleia da República que tem um defeito físico na fala, cortarem o som, não vão ao que a Senhora diz, mas tentam ridicularizá-la, porque tem gaguez. Isto revolto-me.

Porque é que me quero referir e faço um pedido ao Senhor Presidente da Assembleia? É que tenha em atenção que posteriormente à gravação haja qualquer coisa escrita que delimite de uma forma clara a utilização que é feita das gravações realizadas, seja para ridicularizar algum de nós que estamos aqui. Isto é absolutamente inaceitável e revolto qualquer ser humano bem informado.

Agradecia que o Senhor Presidente tivesse este cuidado e tentasse introduzir qualquer coisa que limitasse a utilização dura destas gravações. Estas gravações são para a população saber o que estamos a fazer e saber aquilo que dizemos e aquilo que defendemos.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz aqui é uma palavra a todos os Senhores Presidentes de Junta quanto à ação de sensibilização que vai ser promovida pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e pelo Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Mirandela que se designa “Impacto do Uso de Herbicidas nas Espécies Cinegéticas” e que irá percorrer todo o território do concelho durante o mês de março.

Sugiro, portanto, que seja merecedora da vossa melhor atenção.

Poderão dizer que “lá vem este falar novamente dos herbicidas”, mas enquanto tiver voz nunca me calarei com isto. Sem medo de me repetir, vou abordar alguns tópicos de uma intervenção que fiz há cerca de um ano.

“Acontece que o herbicida não “mata” só as silvas e a flora herbácea supostamente indesejável...! “mata” também toda a vegetação adjacente e que fique no caminho da escorrência aquando de alguma precipitação, fazendo com que reduzam significativamente as populações de insetos que se alimentam de plantas, afetando, por sua vez, toda a restante microfauna de grande utilidade para o controlo das pragas – os répteis, batráquios, morcegos ... – e também a outra fauna – mamíferos e aves de maior ou menor porte...! ...e que dizer da “morte” em grande escala dessas pequenas plantas espontâneas – a que vulgarmente se chama “ervas” – que até podem parecer inúteis, mas que dão pequenas flores produtoras de mel e pólen e não só..., importantíssimos para a atividade económica da apicultura e – não esqueçamos – sem abelhas e outros insetos não haverá polinização e sem polinização não há frutos e sem produção frutícola e hortícola...! [acho que não é preciso dizer mais nada...!]

... e também não é desconhecida de todos a ocorrência (bastante frequente) de mortalidade, por ingestão direta do produto, nos pequenos ruminantes domésticos (cabras e ovelhas) e até mesmo cães e gatos.

... enfim, o ecossistema que sustenta a diversidade biológica fica, de imediato, profundamente alterado nos locais de aplicação de tais produtos, como todos sabemos, mas que parece ser ignorado...! E, pelo seu poder residual, vai inevitavelmente entrar na cadeia alimentar... chegará aos aquíferos e toalhas freáticas, aos rios, ribeiros, poços, fontes, nascentes e furos artesianos... e... à nossa mesa!

Sinto-me à vontade para discutir as implicações do uso destes produtos na conservação de biodiversidade e fico muito apreensivo pensando nos desmandos que têm sido cometidos nas nossas freguesias, pela enorme pressão exercida sobre os responsáveis – os Presidentes de Junta – em nome de uma suposta poupança..., quando, na verdade, deveriam ter sempre presente que sem vida animal e vegetal não haverá vida humana a longo prazo...!!! Num tempo em que se defende e apoia financeiramente a “Proteção Integrada” e a “Produção em Modo Biológico”, o controlo da vegetação herbácea indesejada – reparem que digo “controlo” e não “eliminação”... – passa por outras soluções.”

Termino fazendo um apelo sentido ao Executivo e aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para que, num futuro próximo, pensem em outras soluções que não a utilização dos herbicidas.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos temos consciência que a Câmara Municipal de Mirandela, quer na sua gestão atual, quer na gestão de anos anteriores, foi sempre muito sensível aos problemas da inclusão de pessoas que disso necessitavam – de ser incluídas – e que os próprios planos de mobilidade estão em execução no sentido de se acrescentarem e de cuidar cada vez mais disso.

A Comissão Política Concelhia do CDS resolveu, sobre isso, estudar um pequeno documento e pediu ao Grupo Parlamentar se o queria transmitir à Câmara Municipal de Mirandela. Tenho todo o gosto em passar a ler a Recomendação:

“Colocação de Mobiliário Urbano Inclusivo no Espaço Público e Parques Infantis para Crianças com Deficiência.

Mirandela é uma cidade que apresenta enormes desafios à mobilidade pedonal, em particular para aqueles que possuem incapacidade física e/ou motora.

É nesse sentido que, ao longo de vários anos e num longo consenso, temos assistido a uma melhoria do espaço público, através de medidas de eliminação de barreiras arquitetónicas, pisos confortáveis, rebaixamento de passeios, entre outros, melhorias manifestamente insuficientes.

A intervenção no espaço público urbano deve assegurar a possibilidade de ser utilizado por todos, incluindo pessoas idosas, com mobilidade reduzida ou qualquer outro tipo de limitações, de forma a que todos se sintam como elementos da mesma comunidade.

O Estado, mas principalmente as Autarquias Locais, enquanto órgãos de proximidade, têm uma responsabilidade acrescida na promoção da inclusão.

No âmbito do mobiliário urbano, temos assistido à aposta, por outros países, em mobiliário inclusivo e devidamente preparado para as pessoas com deficiência motora e, em particular, crianças.

Na nossa cidade, os casos de utilização de fruição pública são praticamente inexistentes, situação que importa alterar com a brevidade possível.



Esta realidade não se restringe apenas ao espaço público, nomeadamente através de bancos de jardim adaptados, mas especificamente à adequação dos parques infantis, colocando um equipamento dedicado a crianças portadoras de deficiência e que implica, simultaneamente, uma alteração ao pavimento de acesso a esse mesmo equipamento, tornando-o regular, sólido e seguro.

A adequação dos parques infantis para receber crianças com deficiência não tem de criar um espaço especialmente diferente, apenas tem de ter como critério de projeto uma visão inclusiva, ou seja, assegurar que, por exemplo, os equipamentos e o mobiliário urbano são adequados e foram pensados para esta inclusão, isto é, serem mais consentâneos a estas especialidades, para que o espaço transmita a vontade de receber todas as pessoas independentemente das suas capacidades, permitindo que crianças com deficiência também possam participar e brincar nesses locais de recreio em conjunto com os outros.

Embora o quadro de Reforma Administrativa da Cidade mantenha os parques infantis, os espaços públicos e jardins na alçada da Câmara Municipal, por isso não haverá grandes entraves à implementação deste tipo de equipamentos, designadamente apoio técnico e financeiro.

Com esta recomendação, pretende-se que Mirandela seja, cada vez mais, uma referência na inclusão.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Mirandela que recomende à Câmara Municipal de Mirandela que, em estreita colaboração e coordenação com os técnicos do Município:

1. Avalie e estude a possibilidade de adequar os parques infantis da Cidade e crianças portadoras de deficiência, através da colaboração de modelo de mobiliário adequado e remodelação, quando necessário, do respetivo acesso e pavimento;
2. Avalie a implementação, em parques e jardins da cidade – de forma faseada – de bancos de jardim adaptados a pessoas portadoras de deficiência;
3. A implementação tenha, como um dos critérios principais, a abrangência territorial e dispersão geográfica.”

Seguem algumas fotografias de parques, especialmente no que respeita à possibilidade do uso de cadeiras de rodas. É necessário que as crianças sejam incluídas e bem recebidas.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ponderei fazer esta minha intervenção e resolvi fazê-la depois de ouvir no debate do Período de Antes das Ordens do Dia vários Senhores Deputados, concretamente do PSD, a exigir à Senhora Presidente da Câmara aquilo que muitos Presidentes de Junta deste concelho exigiam ao antigo Presidente de Câmara que era o dinheiro, o subsídio para fazerem obras.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto* perguntava: “O que é que a Senhora pediu ao Senhor Primeiro-Ministro quando esteve cá nesta semana do Conselho de Ministros?”, “O que é que pediu à Senhora Ministra da Saúde e ao Senhor Ministro da Educação?”. Senhor Deputado *Paulo Pinto*, tivemos a oportunidade há pouco de votar a Moção que o meu Partido apresentou exatamente acerca da Regionalização e aquilo que fica patente no comportamento de vossas excelências é o da submissão, o de ser mendigo, o pedir. Não, Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Temos de exigir é aquilo a que temos direito e isso só se consegue com a Regionalização. Ficou patente exatamente aquilo e o quanto são falsas as declarações dos que se opõem à Regionalização.

Evidenciamos que o ataque aos serviços públicos e a extinção de Freguesias foi uma forma de acentuar ainda mais as desigualdades e as injustiças, tendo estas medidas incidido, particularmente, nas zonas do Interior, cronicamente, mais desfavorecidas.

Aqui evidenciamos como foram falsas as declarações dos sucessivos Governos quanto à preocupação com o Interior, quanto ao desenvolvimento económico das zonas empobrecidas. Foram falsas, porque enquanto os Governantes faziam estes discursos, promoviam a desinteriorização dessas regiões, o abandono da Agricultura. Foram falsas igualmente, porque mesmo as verbas dos chamados fundos de coesão, dos diversos quadros comunitários de apoio, foram amplamente canalizadas para grupos económicos, para o acentuar da exploração, das desigualdades e das injustiças.

Portugal não ficou mais harmonioso com o processo de integração da União Europeia, ficou mais injusto e mais desigual, mas é digno de registo que, sobre este assunto, os fundos comunitários, o PS e o PSD se tenham entendido novamente. Um entendimento selado, com um acordo subscrito ao mais alto nível, entre as direções do PS e do PSD sobre o próximo quadro financeiro da União Europeia que resolveram também alargar à transferência de competências e à chamada Descentralização.

Não são entendimentos sobre aspetos secundários, é um acordo sobre matérias cruciais, as mesmas que ao longo de décadas têm caracterizado a Política de Direita e feito convergir o PS, o PSD e o CDS.

Sobre o quadro financeiro da União Europeia, ou seja, o próximo pacote de fundos comunitários, um acordo PS-PSD assume todos os elementos estratégicos e todas as orientações de aprofundamento pelo desenvolvimento desigual, justo e assimétrico, quer da União Europeia, quer de Portugal e as suas regiões.

Já quanto à parte do acordo sobre as transferências de competências para as Autarquias Locais, apresentada sob a faixa inequívoca designação de “Descentralização”, ele traduz mais um passo no objetivo de desresponsabilizar o Estado por funções que competem, transferindo encargos para as Autarquias, sacudindo para cima do Poder Local a justa insatisfação das populações pela ausência de respostas na Saúde, na Educação, na Habitação, na Cultura, no Património ou nos Transportes. É a habitual prática dos Governos do PS, juntamente com o PSD, às vezes acompanhado com o CDS, ao longo destes 45 anos da nossa Democracia, uma transferência de encargos de subfinanciamento e subinvestimento.

Na nossa concessão, tal como aqui ficou patente, descentralizar não é desconcentrar. Exige-se que seja feita a reposição das Freguesias. Com isso, representa a proximidade e a participação democrática, impõe a afirmação plena da autonomia administrativa e financeira que constitucionalmente o Poder Local tem consagrado. Exige uma resposta das finanças locais que não seja uma mão cheia de muito poucas coisas vazias. Envolve a Regionalização e sem a qual não haverá uma delimitação coerente de competências entre os vários níveis da Administração.

A Regionalização é um fator que fortalece o processo democrático do País, a todos os níveis de poder. Da Freguesia aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Só a nível regional persistem órgãos de poder nomeados pela Administração Central que são as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, são órgãos do Poder Regional nomeados, comandados pelo Poder Central, não geminados pelo sufrágio popular.

*[Handwritten initials and marks]*

A criação das Regiões Administrativas possibilitará no fundamental conferir legitimidade, responsabilidade democrática ao Poder Regional, através de eleição direta pelos cidadãos.

Desta forma, substituir-se-á a um poder nomeado não eleito constituído pelas CCDR's, por determinados serviços periféricos de Administração Central que exercem hoje um conjunto de funções e competências sem qualquer controlo e participação das populações e dos próprios Municípios.

A Regionalização constitui também, por isso, um importante instrumento para o reforço da Democracia participada e para a descentralização, o que faz com que se aproximem ambas as situações e os serviços públicos das populações que constitui um inequívoco estímulo à participação das pessoas.

O próprio facto de o Poder Regional ter de responder pelos seus atos em eleições responsabiliza mais e pode racionalizar o investimento público. Além disso, um sistema de finanças locais regionais garante maior investimento onde há maior atraso. Será certamente contributo importante para a correção das assimetrias e do desenvolvimento.

A Regionalização é uma condição essencial à tão falada reforma da Administração Pública, facilitando uma verdadeira Descentralização e desburocratização do Estado.

A vida comprova que a inexistência de regiões contribui para a desigualdade das regiões, dos recursos e das repartições dos recursos públicos e das repartições públicas a nível central e local.

Aqui, na região, estamos habituados a ouvir Autarcas, Deputados, Dirigentes dos vários Partidos defender a Regionalização, mas a verdade é que quando se chega ao espaço onde se deve fazer a legislação e se legisla, a Assembleia da República, já ninguém quer falar da Regionalização e “chuta-se para canto”, mudam de ideias.

Isto exige um conjunto de medidas integradas, dinamizadas regionalmente com a afirmação do papel do Estado nas suas diversas funções económicas, sociais e culturais, salvaguardando o carácter universal das diversas áreas, assegurando os serviços públicos e, em particular, estruturas de Saúde e de Educação. Exige o aproveitamento e a mobilização das potencialidades e gestão adequada dos recursos naturais, agropecuários, florestais, cinegéticos, minerais, hídricos, energéticos e turísticos. Exige orçamentos de estado apoiados nos fundos comunitários com forte discriminação positiva dos territórios atingidos pela desertificação. Exige o cumprimento de obrigações de serviço público nos transportes, nas comunicações, nas telecomunicações, na banca e na vigia, o que é indissociável do controlo público destes setores.

Assim sendo, respondendo e intervindo naquilo que me pareceu sair desta Assembleia Municipal, continuamos de mão estendida àquilo que são os ditames de um Estado aglutinador de recursos, impondo-nos aquilo que eles querem e não nos dando aquilo que temos por direito.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou continuar com a minha intervenção e mais uma vez dirigida ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*.

Relativamente à Feira dos Ramos, só me questionei porque é que referiu o subsídio referente ao ano 2019 e não referiu o subsídio referente ao ano de 2018. O *e-mail* que foi enviado para a Câmara no dia 01/02/2018, até hoje ainda não obtive qualquer resposta.

Em relação aos 500,00 € que tanto fez questão de frisar no programa da rádio, vou deixar isso para a Senhora Vereadora *Vera Preto* se quiser repor a verdade, em Defesa da Honra, fá-lo-á, que não vou perder tempo, isso é um pouco alongado, senão entreguei depois o ofício à Mesa.

Relativamente a não acreditar que o Senhor Vice-Presidente tenha estado tanto tempo sem atender a chamada, é um direito que lhe assiste, Senhor Deputado, mas esta é que é a verdade e prova disso ficou bem patente na Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2019, quando referi que o Senhor Vice-Presidente ficou “caladinho que nem um rato”. Se ele entendesse ser mentira teria, com toda a legitimidade, pedido a palavra para Defesa da Honra, à semelhança do que já o fez no passado. Mas querem-se rir? Vou contar uma anedota.

No dia 27 de março de 2019, junto ao rio em Frechas com alguns populares, questionei à Senhora Presidente da Câmara do porquê do Senhor Vice-Presidente *José Cunha* não atender nem devolver as chamadas. Sabem qual foi a resposta da Senhora Presidente? Tenho provas, tenho testemunhas e tenho moradores. A resposta foi que a esposa andava grávida. Isto é no mínimo irónico. Se eu não atendesse o telemóvel, era a minha vida andar para trás.

“Ser bom Empresário não significa ser bom Autarca”? Senhor Deputado *Rui Pacheco*, nunca ninguém me ouviu dizer isso. Quem o disse foi a Senhora Presidente da Câmara após a minha intervenção na Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2018. Está na Ata, na página 20 e passo a citar: “Relativamente ao Presidente da Junta, referir que tem feito um trabalho muito meritório, e quem o diz são os próprios fregueses da Freguesia, julgo até que no primeiro ano de Mandato já assumiu quase todos os compromissos que tinha tido com os fregueses, uma vez que é muito pró-ativo e muito de proximidade.” Fim da citação. Senhor Deputado *Rui Pacheco*, como líder da Bancada, contradiz a Senhora Presidente da Câmara? Não entendo nada disto.

Quando digo que “passo assim a defender exclusivamente os interesses da Freguesia de Frechas” você fica admirado? Isto é a pura verdade, porque até então, eu estando na Bancada do PS, não o podia fazer. Sempre defendi os meus fregueses desde o dia 24 de outubro de 2017, em que tomei posse, mas como estava na Bancada do PS tinha disciplina de voto do então líder da Bancada do PS, Senhor Deputado *Agostinho Beça*, que muitas das vezes tive que votar contra as minhas convicções. Não entendo onde reside a dúvida. Não tenho canudo, talvez não faça passar bem a mensagem.

Dizer que sou agressivo nas minhas intervenções? Porquê, Senhor Deputado? Por ler textualmente aquilo que a Dr. *Júlia Rodrigues* escreveu na sua página do *Facebook*? Chame-lhe aquilo que quiser e aquilo que lhe dê mais jeito.

Não lhe revejo nenhuma legitimidade para avaliar o meu trabalho na Freguesia, muito menos definir prioridades, visto que nem mora na Freguesia nem lá votou. Já para nem falar na aberração das suas percentagens, que isso é de uma enorme falta de respeito para toda a população, salvo se fez alguma sondagem à Freguesia acerca da popularidade do Presidente da Junta e das intervenções que ele pretende fazer.

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

O Senhor Deputado afirmou no programa da rádio que a prioridade seria 75% para o arranjo da Rua Manga do Prado e 35% para as restantes obras. Não sei qual é o seu barómetro, onde é que se baseou. Sinceramente gostava que explicasse a esta Assembleia Municipal essa situação.

Não é com esta política baixa que me vão desanimar, distrair, desiludir nem me vão desviar um milímetro daquilo que defini inicialmente para defender os interesses da minha Freguesia, bem pelo contrário, só me dão ânimo para continuar.

Sabem o que é que a Bancada do PS queria? Era apanhar-me distraído, mas não é fácil. Dormir não durmo, descanso um pouco de noite. Também não tenho “palas nos olhos”, vejo bem para a frente e para os lados, por isso, não vai ser muito fácil. Depois, tenho uma virtude comigo. Quando não sei as coisas tento-me informar com as pessoas mais sábias que é para não cometer aqueles erros que o Executivo fez com o colaborador da Direção Regional que parece que esteve uns dias na Câmara, agora parece que aquilo era ilegal e voltou para a Direção Regional.

Relativamente às fogueiras, já não estamos em época Natalícia, mas tenho que dizer o seguinte:

A Senhora Presidente, mais uma vez, não disse a verdade. Quando me respondeu que ia isentar as licenças das fogueiras, não foi verdade, porque no dia 23 fui ao GAM para tirar as licenças e tive que pagar 10,00 € por cada aldeia. Inclusivamente, estive a ver no Regulamento de Taxas do Município de Mirandela o artigo 7.º e 8.º e não fala nada sobre fogueiras e tenho aqui os comprovativos em que paguei 10,00 € por cada aldeia. Vou entregar à Mesa para constar na Ata.

Julgo que o mais grave é o comentário de um Senhor Presidente de Junta na página do *Facebook* da Junta de Freguesia, o colega *Duarte Ruivo*, que passo a citar: “*É tudo uma questão de legalidade. Se a Lei está mal isso é outra coisa. Mas falta toda a verdade... (...)*” – então está-me a chamar “aldrabão” – “*(...) há a possibilidade de pedir a isenção do pagamento, logo a licença fica a zero.*” Fim da citação.

Gostava que o meu colega se pagou que mostrasse, se isentou que mostrasse, porque se há aqui Freguesias de primeira e de segunda...

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado da CDU, sobre a proposta da Regionalização o meu Partido não é contra, nós só nos abstermos, na maioria, porque ela carece de fundamentação, senão votaríamos ao lado da CDU. Aliás, o meu Partido já votou mais vezes ao lado da CDU. A nível nacional, a última vez que o PSD e a CDU votaram lado a lado foi no PEC IV de *José Sócrates*, que mandam abaixo, e foi *José Sócrates* que negociou um plano de resgate que depois determinou a desclassificação do Tribunal de Mirandela e o encerramento de outros serviços no Distrito e no concelho de Mirandela. Portanto, estamos conversados. O PSD vota quando tem de votar e, por ventura, também vota ao lado da CDU. Hoje só não votamos ao lado da CDU, porque depois de tanto texto careceu de fundamentação. Até porque este texto que foi lido agora pelo Senhor Deputado deve ser dos últimos emanados de *Jerónimo de Sousa*, porque *Jerónimo de Sousa* vai agora, salvo erro, no final do ano para congresso e vai terminar as suas funções de Secretário-Geral da CDU. Para não andarmos de mão estendida, até desafiava o Senhor Deputado a candidatar-se a Secretário-Geral da CDU, podia ser que a partir desse dia tivéssemos outra capacidade reivindicativa, porque é alguém de Mirandela.

Bem-vindo CDS/PP ao debate político e com a apresentação de uma proposta muito bonita. Sei que os dois, possivelmente, estarão sentados nos bancos dos parques infantis a balançar os seus netos, mas, sobretudo, porque vamos votar a favor dessa proposta, mas também signifique que a partir de hoje o CDS/PP nesta Assembleia Municipal passe a votar ao lado do PSD. Têm sido muitas poucas as vezes que o CDS/PP, naquilo que é verdadeiramente importante e estratégico, porque não vota ao lado do PSD. É uma forma híbrida que uns são militantes e vêm agora e outros que se fazem militantes desclassificam-se no dia a seguir e voltam a ser militantes. Bem-vindo CDS/PP ao debate político nesta Assembleia Municipal.

Senhora Presidente, sabe porque é que o Senhor Primeiro-Ministro terá dificuldade em satisfazer os seus pedidos? É que o Ministro *Centeno* só chegou hoje a Bragança. Ele chega lá com aquelas propostas todas... Não, não. Não Senhora. Estradas Nacionais? As Câmaras Municipais que trabalhem, façam propostas. Melhor, até lhe vou apresentar uma proposta, Senhora Presidente. Quer saber qual é a proposta? Vocês não vão ter estradas pela mão do Governo, porque este é o Governo que não aceitou a proposta da Câmara Municipal para financiar a reestruturação/a requalificação da Carreira de Tiro de Mirandela, mas aprovou a de Macedo de Cavaleiros. Isto é que é política. Porquê? Porque não há força reivindicativa por parte do Executivo de Mirandela junto do Governo.

Senhora Presidente, depois de gastar o que gasta por quatro anos com o Protocolo de Serralves, iniciava a Estrada de São Pedro.

Depois de algumas verbas que não vou referir, porque sou a favor da Festa de Passagem de Ano, se bem que foi quase tão cara quanto a verba atribuída à Confraria de Nossa Senhora do Amparo para fazer as Festas de Nossa Senhora do Amparo de Mirandela, mais os mil euros que paga de sopas em algumas feiras temáticas nas Juntas de Freguesia, iniciava a Estrada de Rego de Vide.

As avenças em que paga o que paga ao Senhor Arquiteto, ao Senhor Advogado e ao Gabinete de Comunicação e Imagem fazia a Estrada de Alvites.

Os percursos pedestres triplicaram o seu preço. O ROC – Revisor Oficial de Contas, que é uma Empresa do Dr. *Peixinho*, duplicou os custos na Câmara Municipal, porque o anterior ROC foi contratado dentro da medida 8.2, onde o atual Executivo preocupou-se em ganhar escala. Para não falar da Deloitte. Já me recuso a falar a falar da Deloitte, aquele termo de confidencialidade que nos tentaram impor que não está esquecido.

Outro assunto muito importante. Senhora Presidente, ontem foi votado na Reunião de Câmara a desafetação de domínio público de duas parcelas para domínio privado. Estamos a falar dos terrenos envolventes e anexos à estação da Sacor de gasolina situado no final ou no início da Ponte Velha. Esse assunto vem à Sessão de Assembleia Municipal? Tem a ver com terrenos. É a pergunta que faço: Esse assunto vai ser presente à Assembleia Municipal? Isto porque o PSD está muito interessado em debater consigo a proposta apresentada, até porque os documentos já são públicos e não sei onde isto vai parar.

Senhora Presidente, hoje até foi uma Assembleia tão calma, mas já recebi tantas queixas ali sentado, até tenho o meu telemóvel em silêncio, mas fico surpreendido com tantas mensagens que recebo. É que está tanta gente chateada que trabalha consigo todos os dias, que dão o melhor, nomeadamente os Técnicos Superiores do GAT e de outras Instituições que não foram convidados para a

inauguração das obras da Escola Secundária de Mirandela. Tinha lá tantas crianças, eu próprio senti-me num dia festivo, porque de facto o que interessa é o ensino e a qualidade do ensino em Mirandela, as instalações são de facto importantes, até nos cumprimentamos muito simpaticamente e depois percebi que, paralelamente, o protocolo da Câmara Municipal não foi suficientemente eloquente ou educado com tanta gente que deu o seu melhor para que aquilo estivesse pronto no ano letivo que está a decorrer.

Outro assunto. Perguntava a esta Assembleia: Quantos desta Assembleia Municipal têm cartão de estacionamento livre de pagamento no concelho de Mirandela ou na cidade de Mirandela? Quem tiver cartão que coloque o dedo no ar. Afinal não há ninguém. Antes assim.

Mais não digo, porque estamos de facto numa batalha. A Senhora Presidente está a fazer prova de vida, fez prova de vida ontem com o seu Governo, continua a fazer prova de vida a nível distrital. Com o Governo julgo que não vai conseguir os melhores intentos, com pena nossa, mas nas outras provas de vida políticas que tem pela frente, gostava de votar ao seu lado, mas não posso, porque não sou militante do seu Partido. Se tudo não correr bem, a sua prova de vida é a prova de vida do concelho de Mirandela, sob pena de termos uma Autarca cada vez com menos influência politicamente.

Entre todas as intervenções que fiz, Senhora Presidente, cumprimento-a e desejar que por aqui nos encontraremos e aqui debateremos o desenvolvimento do concelho de Mirandela, em outros patamares e em outros desafios. Estamos a falar de desafios ou de desígnios, porque a Estrada Municipal não creio que o Senhor Primeiro-Ministro a tenha registado e vá pensar nela para Lisboa, mas se for estou aqui para a elogiar.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção não vai ser muito animada como as intervenções anteriores, porque venho falar de um drama, o drama do doente oncológico do nosso concelho de Mirandela.

Vou juntar a minha voz à voz do Senhor Deputado Municipal *Rui Sá*. Como esse doente oncológico é de Mirandela, como ele há muitos doentes oncológicos e parece-me que no nosso concelho do nosso Distrito existe alguma incidência para a doença.

Temos uma autoestrada, a A4, em que se demora 1h20min, um doente oncológico chega a demorar 3 horas/4 horas para o Porto. Esse doente oncológico antes de demorar 3 horas/4 horas pela autoestrada, não sei para que servem as acessibilidades, mas acho que já se falou aqui em causas e isto devia ser também uma causa para o nosso concelho. É perceber porque é que um doente oncológico demora 3 horas/4 horas a chegar a um tratamento num Hospital oncológico do Porto.

Antes de fazer o tratamento, tratamento de radioterapia e quimioterapia, vai às consultas. Ele, doente oncológico, tem de custear estas consultas e tem de pagar do bolso dele o transporte para as consultas. Hoje é ele, amanhã podemos ser nós. Nunca se sabe. Temos de levar esta causa ou este doente oncológico como causa também do nosso Município.

É óbvio que quando vai à consulta paga o seu transporte pelo seu próprio bolso, depois não sei se é lá em baixo, se é o serviço, se é a ULNS, quando é para o tratamento arranja-lhe transporte, uma rede de ambulâncias em que essa ambulância não faz um trajeto direto de Mirandela ao Porto. Essa ambulância já vem de Chaves, ainda é capaz de ir a Lamego, de Lamego vai por essas estradas fora e demora desde Mirandela ao Hospital ou do Hospital a Mirandela para cima de 4 horas.

Muitas vezes – reparem o drama disto – muitos desses doentes vêm debilitados, vêm “costurados” – permitam-me esta expressão – e demorar 4 horas do Hospital com a debilitação que têm não é admissível nos nossos tempos.

Portanto, falou-se aqui na Unidade Móvel. Se essa Unidade Móvel amanhã ou passado não tiver a rentabilidade que desejam, peço que olhem para esta causa e para todos estes doentes oncológicos e coloquem essa Unidade Móvel ou façam alguma coisa ao serviço de todos os doentes oncológicos existentes no nosso concelho.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou tentar ser o mais sintético possível, até para não alargarmos mais esta Sessão.

Relativamente aos passadiços do Tua e Rabaçal, que há um ano disse que seria apenas uma intenção de projeto e que referiu que são processos que por vezes demoram um ou dois anos, decorridos um ano e um mês a pergunta que se impõe é: Já passou de intenção a projeto efetivamente? Penso que ninguém questionará a melhoria que trará em termos paisagísticos e de mobilidade para o Tua e o Rabaçal, mas parece que ainda não passou de uma mera intenção.

Outra questão que quero colocar prende-se com uma preocupação que já vai tendo tempo de demora em excesso, que tem a ver com os balneários provisórios de apoio ao campo de futebol situado na Reginorde. Para quando a sua resolução e passagem a definitivos?

Outra questão que também em parece premente, até pela proximidade à XXI Feira da Alheira de Mirandela, é o cuidado com os espaços públicos, nomeadamente na envolvimento da Ribeira de Carvalhais. Penso que seria digno de uma visita dos serviços municipais ao Parque da Cocheira e uma limpeza daquele espaço quando estamos em vésperas de receber tanta gente nesta nossa cidade que gostamos tanto de apelidar como “Cidade Jardim”.

Em última instância e último tema que quero referir é relativamente à mobilidade em dois pontos. O primeiro prende-se com o posto de carregamento elétrico que volta e meia está desligado, não se percebe e gostava que me tentasse esclarecer sobre o porquê desses períodos em que se encontra desligado, sendo um grande entrave para quem, nos dias de hoje, aposta numa lógica de mobilidade suave, vendo-se confrontado com a impossibilidade de carregamento nesse posto que é o único existente no concelho de Mirandela.

Ainda quanto à mobilidade, no dia 29 de janeiro, publicou nas Redes Sociais que foi experienciar a mobilidade nos transportes públicos urbanos de Mirandela, vulgo, autocarro e que apelidou de “Primeira Fase de Qualificação deste Serviço Público no Concelho de Mirandela”. A questão que lhe coloco é: Quais foram os resultados preliminares desse percurso e quais são as intenções e projetos, se já os tiver, para a requalificação ou qualificação deste serviço público?



*[Handwritten initials and marks]*

Como é bem sabido por todos, é uma rede esquizofrénica, tem circuitos confusos, não tem paragens identificadas, os horários são inacessíveis e a intermodalidade é muito duvidosa. Aliás, é uma situação que foi em 2016 por nós atestada, decorrendo 401 inquéritos validados pelos munícipes de Mirandela em que 90% reconhece a sua importância, 52% diz que já utilizou em algum momento e 10% desconhece o serviço. Realçar que esta amostragem tem significância estatística. Nos utentes, naqueles que já utilizaram o serviço, 82% desconhece os horários, 78% desconhece as paragens e 70% desconhece onde adquirir os títulos.

À altura, este estudo feito de forma contributiva e completamente voluntária resultou na proposta de 15 propostas à Câmara Municipal de Mirandela que certamente terá em sua posse esse documento, uma vez que é património do Município e vou elencar essas propostas, no sentido, mais uma vez, de contributo à melhoria desse serviço público e que é um ganho a realizar-se. Será um ganho não para o PSD, não para o Executivo PS que hoje gere a Câmara de Mirandela, mas para todos os mirandelenses que aqui vivem ou que aqui passam algum tempo da sua vida.

1. Serviço gratuito até aos 12 anos para estimular hábitos de mobilidade sustentável nas crianças;
2. Tendencialmente gratuito para beneficiários de Ação Social, para que os carenciados não vejam na sua condição económica uma exclusão na mobilidade, ao exemplo daquilo que já acontece com o Passe Social Mais;
3. Multiplicação/disseminação dos postos de venda devidamente identificados em serviços camarários, como GAM e Mini GAM, Posto de Turismo, entre outros. Juntas de Freguesia, União de Freguesias. Estabelecimentos de Ensino, como Escola Luciano Cordeiro, Escola Secundária de Mirandela, EsACT, EPA e ESPROARTE. Estabelecimentos Comerciais, como Quiosques, Cafés, entre outros;
4. Racionalização do número de paragens e estações de forma a tornar o serviço mais célere e criar mobilidade efetiva entre diferentes polos da cidade, sejam eles estudantis, desportivos, de serviços laborais, comerciais e, ainda, ao centro intermodal de transporte e polos habitacionais;
5. Edificação de estações. Reabilitação das já existentes, também, resguardando dos utentes das intempéries e providenciando conforto, nomeadamente lugares sentados e, ainda, identificação das paragens e inclusão nestes locais de informação relativamente aos horários, aos circuitos e aos percursos para tornar o serviço mais identificável e presente na cidade, tornar os períodos de espera mais cómodos e facilitar o acesso à informação;
6. Ajustamento do serviço de forma a constituir uma autêntica alternativa de mobilidade quotidiana para os mirandelenses de acordo com os horários escolares dos estabelecimentos de ensino da cidade, as várias escolas que aqui temos, os horários laborais dos polos empresariais como maior expressão, nomeadamente a Zona Industrial, o horário de funcionamento dos serviços públicos e horário de almoço, quer escolar, quer laboral;
7. Ligação ao Parque de Campismo de forma mais regular durante a época balnear incluindo viagens durante os fins-de-semana e feriados;
8. Campanha de sensibilização para o serviço “Mirandela mais móvel, Mirandela mais sustentável”, incluindo ações como sensibilização da comunidade escolar para questões ambientais e sustentabilidade, incentivando a utilização do transporte público, gratuidade da utilização durante a Semana Europeia da Mobilidade;
9. Reformulação da imagem e denominação do serviço, através de um concurso aberto ao público;
10. Melhoria da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida;
11. Introdução de passes bonificados para pessoas com mobilidade reduzida;
12. Aumentar a frota, permitindo mais circuitos e percursos diferentes, mais curtos e interligados numa lógica de serviço mais flexível, célere e ajustada às necessidades mirandelenses;
13. Estudar a extensão do serviço aos fins-de-semana e feriados durante todo o ano;
14. Analisar o alargamento do horário de funcionamento, incluindo um horário noturno durante todo o ano ou épocas específicas – dias de cinema, festividades, vésperas de feriados e fins-de-semana;
15. Avaliar a possibilidade deste serviço circular em zonas pedonais e interditas ao trânsito para constituição de uma mobilidade vantajosa face aos postos individuais.

Isto é um contributo, tem os seus “se’s”, é um trabalho que resultou num documento que foi entregue e depositado na Câmara Municipal de Mirandela à data de 2016. Se o atual Executivo sentir necessidade, poderemos fazer chegar com todo o gosto.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sendo eu parte interessada, mas não tendo sido eu a levantar a questão, neste momento sou interessadíssimo nisso, até porque acho que ouvi Presidentes de Junta referir isso, ouvi o Senhor Deputado *Paulo Pinto* pedir para levantar o dedo no ar e ninguém levantou. A Professora tem... Então é a única. Portanto, estou a colocar em causa, então, a palavra do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, porque ele disse aqui que alguém tem cartões de estacionamento cedidos pela Câmara Municipal. Sendo eu Presidente de Junta do meio rural, sendo bastante longe e vindo cá até poucas vezes, mas preciso de cá vir precisava de ter logo um lugar disponível aqui na Câmara para poder estacionar o carro e não ter de pagar e não ter, porventura, de interromper uma reunião para colocar mais dinheiro no parquímetro.

Assim, quero saber quem é que tem cartões cedidos pela Câmara para poder estacionar os carros?

Segundo, Fogueiras de Natal. Não sei se pagaram todos, se isentaram alguns, o que sei é que nas minhas duas Freguesias, quem tomou a iniciativa de fazer a fogueira tirou a licença e pagou. Por acaso, disse-lhes na altura, quando me vieram pedir para fazer a fogueira, por acaso também me pediram, disse que os “isentava” através da Câmara Municipal do pagamento das licenças. Eles disseram-me que já tinham pago. Portanto, não sei se é verdade se pagam, se não pagam, mas foi isso que me disseram.

Relativamente às feiras anuais também me sinto completamente à vontade, a Câmara, nem esta, nem outra qualquer alguma vez me deu algum subsídio para realizar uma Feira. A única coisa que sempre me disponibilizaram foi meios técnicos e logísticos. Espero



*[Handwritten initials and marks]*

que assim seja com todas as Freguesias e se assim não for com todas as Freguesias, deveria ser, acho eu, pelo menos para haver um tratamento igual.

Em relação ao estradão que vai dos Avidagos até à Quinta da Gricha em Vargès, que pertence ainda à União de Freguesias de Franco e Vial Boa, ficou decidido e determinado que a limpeza e recuperação desse estradão seria à responsabilidade da Câmara. Até hoje nada aconteceu nesse estradão. Os caminhos das Freguesias, todos eles – ouvimos aqui uma determinada altura o Senhor Deputado *Agostinho Beça* a elogiar o conserto ou a recuperação dos caminhos do Franco e Vila Boa – estão limpos.

Quanto à questão da Ribeira D’Aila, vou fazendo sempre as mesmas questões enquanto não tiver respostas concretas para elas, já há alguma novidade em relação ao projeto da Ribeira D’Aila? O Senhor Deputado *Agostinho Beça* mostrou-se muito interessado e a Senhora Presidente também, tivemos uma reunião, já disse aqui, com o Senhor Presidente da Câmara de Murça e com o Presidente de Junta de Palheiros. Era para saber se já existe alguma coisa de novo? Podiam aproveitar até para fazer ali um projeto de regadio, se não for possível fazer o outro projeto.

Ainda no que diz respeito à iluminação dos nós, por acaso, neste aspeto nem sinto muito a situação, porque não vivo lá, mas o certo é que acho que é só no concelho de Mirandela – digo acho, não tenho a certeza – que os nós de iluminação continuam apagados. Não sei porquê. Não sei se o Primeiro-Ministro quando veio cá reparou nisso, se por acaso andou à noite, e o restante Governo. Porque é que os nós estão apagados? O nó do Franco até nem está muito às escuras, é verdade, porque já tem iluminação paga por domínio público, não é pela concessionária, mas é um nó que está integrado no meio de uma aldeia e que carece de iluminação pública.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de mais, começar pelas boas notícias. A Estrada de São Pedro Velho já foi aqui falada hoje por duas vezes, pela Senhora Presidente e pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Começo a ver a luz ao fundo do túnel, penso eu, pelo menos tem havido algumas conversações com a Senhora Presidente nesse sentido. Espero que seja realizada até 2021, porque na altura quando assinamos os Protocolos com as Juntas de Freguesia, ficou bem definido que estas obras estruturantes seriam à parte dos Protocolos celebrados.

No que toca a São Pedro Velho, o que pretendemos é a estrada. Quem conhece sabe daquilo que estou a falar, a estrada de Vilar de Ouro a São Pedro Velho são cerca de 4km, com estas chuvas leva a muito buracos e de facto é uma necessidade.

Agora estou como o Senhor Presidente da União de Freguesia de Fraco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, enquanto não me derem certezas, vou continuar a insistir. A outra obra estruturante para a Freguesia é o calcetamento de 1000m<sup>2</sup> junto à Igreja de São Pedro Velho. Penso que não é pedir demais, uma Junta de Freguesia em quatro anos pedir uma estrada de 4km e 1000m<sup>2</sup> de calcetamento como obras estruturantes.

O resto que são pequenas grandes obras, que já temos planeadas para este ano, são cerca de 15 a 20 mil euros e vamos fazer com o dinheiro que nos é atribuído pela Câmara Municipal.

Além disto, queria referir algumas situações. Gosto sempre de falar de situações concretas que acontecem no dia-a-dia nas Freguesias. Fala-se muito aqui de situações a nível nacional e pouco de situações concretas que acontecem.

Queria-vos falar relativamente a uma situação concreta, acho que o Executivo possivelmente nem tem conhecimento disto, de uma senhora que fez uma casa nova em Vilar de Ouro, uma casa licenciada. Pediu saneamento, fez o pagamento do saneamento no GAM em julho, há sete meses, a empresa que está a efetuar o serviço foi avisada há um mês ou dois do serviço e, por coincidência, o saneamento foi ligado ontem e hoje deve estar a ser finalizado. Sete meses para fazer um saneamento? A sorte da senhora é que não vive cá, é emigrante. Ela chamou-me a atenção, eu não tinha conhecimento disso, em janeiro quando estive cá e disse-me que tinha pago o saneamento no verão e ainda não estava. Fui confirmar e de facto pagou em julho e só ontem foi feita a ligação, passados sete meses. Até acho que o Executivo nem deve ter conhecimento disso, penso eu. Acho que é tempo a mais.

Outra situação, também foi referida pelo Senhor Presidente da União de Freguesia de Fraco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, diz respeito aos pontos de luz em falta. Já foram referenciados, julgo eu, pela maior parte das Freguesias. Em São Pedro Velho há duas ruas sem qualquer iluminação. Na próxima semana vou enviar *e-mail* novamente com as ruas, voltar a identificá-las para ver se o Executivo toma alguma medida nesse sentido.

Outra coisa que não foi aqui referida é uma situação que tem vindo a degradar-se e a piorar. Há 10 anos que estou na Junta e acho que nunca aconteceu o que está a acontecer agora com a EDP, relativamente às avarias nos pontos de luz na via pública. O procedimento é, pelo menos eu faço isso, ligo, identifico-me como Presidente da Junta para a EDP e a resposta é sempre a mesma: “no prazo de 10 dias vai ser reparado”. Vou enunciar datas. A primeira vez que liguei foi dia 09 de janeiro, a resposta é sempre a mesma, não foram retificar a avaria em quatro ruas. Voltei a ligar dia 28 de janeiro, novamente o mesmo discurso e voltei a ligar dia 20 de fevereiro. Ou seja, a primeira vez que liguei foi quase há dois meses e eles não vão reparar. Acho que o que acontece em São Pedro Velho deve acontecer também nas outras Freguesias.

Tentei saber o porquê deste atraso. Um dos motivos é que o LED de facto é mais barato, mas implica a mudança da estrutura toda. Enquanto antes era só a lâmpada, agora não. Eles têm de vir, acendem as luzes, verificam, têm de abrir obra, têm de fazer encomenda e substituir a estrutura toda. Portanto, não sei até que ponto o LED é mais barato. Antes cumpriam os prazos de 10 dias, alteravam a lâmpada e as pessoas tinham luz. É que tenho a situação de uma rua que não tem luz, onde mora um casal com cerca de 80 anos em tem a casa de banho fora de casa e é dramático. A Senhora todos os dias me fala nisso e não tenho resposta.

Se o Executivo pudesse fazer alguma pressão na EDP... Estes casos são casos concretos. Foi há dois meses que liguei e a situação mantém-se. Penso que nas outras Juntas de Freguesia será a mesma situação.

Falou-se na última Sessão de Assembleia Municipal nos transportes públicos das Freguesias para a sede de concelho e aquilo que foi dito aqui é que no primeiro trimestre de 2020 já teríamos esse transporte. São Pedro Velho é uma das Freguesias, não sei se é a única, em que não tem transporte público de São Pedro Velho para Mirandela. Portanto, sofremos particularmente esse problema. Gostaria que me dissessem em que ponto é que está essa situação do transporte das Freguesias para o concelho?

*[Handwritten initials and marks]*

Felicitar o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, recentemente eleito Presidente da Concelhia do PSD e o Senhor Deputado *Rui Pacheco*, recentemente eleito Presidente da Concelhia do PS. Independentemente do Partido, penso que serão duas mais-valias para o futuro do concelho. Muitas vezes esquecemo-nos que o nosso principal Partido, penso eu, de todos aqui, é Mirandela.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vou abordar três pontos na minha intervenção.

Em primeiro lugar, dizer que me junto e faço minhas as palavras que o Senhor Deputado *Rui Sá* acabou de dizer. Vale mais tarde que nunca.

Junto-me também à exposição que foi colocada pelo Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, porque as doenças oncológicas trazem ou deixam marcas e sequelas profundas. Perante este flagelo social, de pessoas muitas vezes com poucos recursos financeiros, temos de estar atentos e temos de alguma forma minimizar este flagelo. Assim, gostaria de propor, além daquilo que já foi proposto pelos meus dois colegas anteriormente, que esta nova Unidade Móvel de Saúde tivesse em conta esta realidade e integrasse nos serviços que vai prestar, de alguma forma transversal se não puder ser mensal, mas pelo menos que possa acolher as situações mais delicadas que possam existir no concelho. Isto, talvez, porque seja a voz da emoção de uma ferida que há 21 anos não conseguiu ser sarada. Por isso, é melhor tarde que nunca.

De seguida, em tom de provocação, mas obviamente uma provocação leve, gostaria de dizer ao Senhor Deputado *Agostinho Beça* que nós, Presidentes de Junta, Autarcas Locais, somos os parentes pobres de todo este sistema. Por isso, quando usamos os herbicidas é porque o “cobertor é curto”. Ou seja, se tapamos os pés, destapamos a cabeça e se tapamos a cabeça, destapamos os pés. Assim, mediante o nosso orçamento, tentamos um equilíbrio ambiental que seja possível e não nefasto para o meio ambiente. Todos nós teremos muito gosto em recebê-los nas nossas Freguesias, procurar o melhor equilíbrio possível, mas é difícil de alguma forma extinguir totalmente o seu uso, visto que não haveria recursos financeiros capazes, pelo menos falo por mim, de ter a minha Freguesia tão bem limpa como tenho neste momento, obviamente não estou a falar das linhas de água, não desses espaços, mas de outros, se não recorresse ao uso dos pesticidas autorizados.

Agora sim, passando à minha intervenção, gostaria de deixar duas notas que para mim são muito importantes.

Voltando a um assunto que ainda não tinha pedido a palavra, sendo que o alongar da hora já ia longe, que era acerca da visita do Senhor Primeiro-Ministro e dos Ministros e as reivindicações que foram feitas para o concelho. Gostaria de me regozijar a mim e a todos os meus colegas que temos feito da fileira da olivicultura a nossa batalha, porque, a ser dono da verdade, temos de considerar que essa é uma preocupação que tem de ser discutida e colocada na mesa agora, não é quando voltarmos a estar em outubro ou novembro. Porquê? A médio/longo prazo se a fileira olivícola não tiver um tratamento com uma visão estratégica, quer na base – quando falo na base, falo das centenas de olivicultores que podem abandonar o seu cultivo – quer na pirâmide que todo o território vai perder. Então, tem de haver uma proposta estratégica para esta fileira. Fico muito feliz que essas preocupações, que tinha vindo aqui demonstrar em dezembro e que já são do conhecimento do Primeiro-Ministro e dos Ministros, possam ser vistas como algo a desenvolver e rapidamente. Penso que o Senhor Deputado *Jorge Pires* está plenamente de acordo comigo.

Quando falamos de reivindicações, podemos reivindicar muito. Todos sabemos que na arte da Política, é retórica, é com certeza a arma mais importante ou das mais importantes, mas não podemos fazer retórica por utopia, porque estamos a enganar-nos a nós mesmos. Isto é, eu não posso querer pedir aquilo que sei que depois não terei competências para fazer. Com isto quero dizer que para chegarmos às reivindicações, de pedir estratégias para o ambiente, estratégias para a economia circular, pergunto: Será que todos nós aqui sabemos o que é economia circular? Estratégias para o ambiente sabemos. Economia circular, o que isso representa *a posteriori*? Todos sabemos?

Antes dessas estratégias que são importantíssimas para o desenvolvimento, antes da estratégia de pedir investidores, pergunto: – é a pergunta que em nome dos municípios gostaria de ver respondida - O que é feito da capacidade que temos de reter as empresas que temos hoje? Isto é, uma Câmara, uma empresa tem uma missão e tem uma visão. Essa nossa missão é defendermos as nossas populações e fazer com que eles possam ficar e permanecer com condições de vida. Temos de ter hoje, todos os que estão aqui presentes, visão. O que não semearmos hoje, as futuras gerações não vão colher. Por isso, pergunto: Para quando a expansão da Zona Industrial? Essa, sim, pode reter empresas que estão cá hoje. Não precisamos de uma empresa que nos traga 500 trabalhadores, precisamos de 10, 15 ou 20 empresas que possam criar emprego para 20 ou 30 trabalhadores que estão cá neste momento.

Não podemos querer aquilo que de forma utópica não temos condições para responder neste momento. A pergunta é: Para quando o alargamento da segunda fase da Zona Industrial e para quando um projeto para uma nova Zona Industrial? Porque essa, sim, se for concretizada, daqui a 10 anos temos capacidade de cá albergar mais empresas.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última Sessão de Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2019, lancei algumas questões à Senhora Presidente que não me respondeu ou pelo menos da forma como eu gostaria que tivesse respondido que era uma resposta objetiva.

As questões que coloquei foram relativamente a umas obras que foram executadas numa anexa de Vale de Gouvinhas, em Valbom Pitez. Relativamente a essa obra, atendendo a que havia vários relatórios técnicos que referiam inconformidade da obra, em função disso fiz uma questão objetiva à Senhora Presidente. Efetivamente houve pagamentos dessa obra depois do conhecimento desses relatórios técnicos onde eram referidas as inconformidades dessa obra? Era uma questão que gostaria de ver respondida. Se não for agora pode ser por escrito, pode ser por outra forma qualquer, mas gostaria que fosse respondida.

Outra questão que quero também abordar, que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* também já abordou, é relativa a um ponto da Ordem de Trabalhos da Reunião da Câmara Municipal de ontem, que é uma Proposta de Desafetação do Domínio Público do Município de

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

duas parcelas de terreno com área total de 136,5 m<sup>2</sup> tendo em vista a integração no Domínio Privado para posterior permuta com duas parcelas privadas com área igual.

Enquadramento da situação: Isto é relativo à estação da Sacor, àquela esplanada próxima do Santuário de Nossa Senhora do Amparo. Não me vou arvorar em dono da verdade, porque posso não a ter e posso não ter os conhecimentos e a fundamentação necessária para me dar alguma segurança na abordagem deste tema. Contudo, tenho aqui um ofício dirigido da Câmara Municipal à minha pessoa na altura, estamos a falar de 2001 e que na qualidade de administrador do condomínio da Urbanização D. Dinis – não se entenda o Hotel, eram dois lotes, um dos prédios habitável, o outro o Hotel que lá está construído – que dirigi à Câmara Municipal, no sentido de a questionar acerca do que teria ficado acordado na Urbanização para poder existir naquele local.

Atendendo que tinha e tenho na minha posse uma ata manuscrita pelas “Construções Armindo Correia” que construíram aquele empreendimento, da Câmara Municipal e do proprietário do espaço da antiga Sacor. O que diz nessa ata é que naquele espaço, onde está aquele edificado da antiga Sacor, a utilização a dar aquele espaço poderia ser de um quiosque e o ofício que me foi endereçado, em 16/07/2001, diz assim: “Serve o presente ofício para enviar a Vossa Excelência fotocópia dos pareceres emitidos pelos serviços técnicos desta Câmara Municipal referente à exposição apresentada por Vossa Excelência, relativa ao licenciamento de uma obra no antigo terreno da GALP em Mirandela”. Disse Sacor, é assim que a conhecemos.

Do que me foi enviado juntamente com este ofício, ainda tenho o envelope com aviso de receção, não está enumerado por pontos, mas é um dos parágrafos que está aqui, numa informação da Câmara Municipal do Departamento de Fomento de Infraestruturas, de 11/07/2001, diz assim: “Do projeto do loteamento aprovado e que envolvia o terreno afeto ao referido posto consta a previsão de um quiosque.” Toda a gente sabe o que é um quiosque e para que serve um quiosque, isto é, venda de jornais, tabaco, entre outros.

Acontece que o proprietário da referida edificação pede à Câmara Municipal o licenciamento para um estabelecimento de bebidas. A Câmara entendeu que aquilo era uma zona nobre da cidade, que até ficaria ali bem um estabelecimento de bebidas e licenciou o estabelecimento de bebidas. Obviamente que para licenciar outros estabelecimentos de bebidas quase contíguos àquilo exigiram, na altura, três casas de banho, uma para funcionários, uma para senhoras e outra para homens. Ali licenciaram só com uma. Depois, na verdade não tem nenhuma, tem ali umas palmeiras viradas para o rio e são a serventia da casa. É isso que acontece. Aquilo não tem absolutamente condições nenhuma.

Num documento que a Câmara me enviou juntamente com este ofício, num dos parágrafos, diz assim: “No que concerne ao licenciamento das antigas instalações da antiga estação de combustíveis da GALP, informa-se o seguinte: A Urbanização do loteamento denominado D. Dinis compreendeu dois lotes de construção, um corresponde ao Hotel e outro ao edifício coletivo. Consta no processo de Urbanização uma declaração do proprietário da antiga estação de serviço a ceder à Câmara Municipal a área para implementação dos arruamentos de acesso ao referido loteamento a integrarem o domínio público municipal, condição imposta pela Câmara Municipal para aprovar a referida Urbanização, conforme deliberação em Reunião de 26 de janeiro de 1996”.

Aqui chegado e porque fui dos primeiros a comprar ali apartamento e resido ali, acompanhei ainda os arruamentos daquilo. Quando foram feitos os arruamentos, que lá estão da forma como ainda hoje estão, foi também numa parcela referida pelo atual proprietário do edificado como sua, a Câmara Municipal tomou posse. Coloca lancis, coloca aquele ladrilho de pedra, cubos de seis por seis e comportou-se como sendo dono daquela parcela. Quem faz obras públicas são de boa-fé, a posse pública presume-se de boa-fé. O proprietário, àquilo que tenho conhecimento, não se opôs. Lá saberia porque é que não se opôs. Não se opôs, aquilo continuou, a meu ver – não sei se tenho razão ou não – na posse pública. Se está na posse pública, aquilo é do domínio público.

A Câmara Municipal, o Executivo anterior, mandou fazer o projeto e as obras do Santuário da Nossa Senhora do Amparo, incluiu aquele espaço, que agora ele quer permutar, no projeto e foi edificado lá o projeto. A Câmara continuou a comportar-se como sendo dono daquilo, tem posse sobre aquilo.

Agora não percebo, não percebo, porque não sei, pode haver fundamento, não quero ser mal interpretado e também não quero que o proprietário se vire contra mim, porque posso não ter razão, mas se efetivamente ele é o proprietário, se tem posse, se é detentor, que o prove. A Câmara Municipal que se muna deste registo, se ele efetivamente tem registo, se é proprietário há de tê-lo registado, digo eu, e que venha fazer provada dele. Depois, poderá a Câmara Municipal poder dizer assim: “Bem, mas nós comportamo-nos como proprietários daquilo há mais de 20 anos, o Senhor não se opôs.” Isso é outra coisa.

Isto foi ontem aprovado em Reunião de Câmara com os votos contra do PSD. Se este Órgão é fiscalizador, presumo que a Câmara Municipal tenha nas suas competências esta permuta ou aquisição, parece-me que recairão nas competências da Câmara Municipal, mas nós somos o Órgão fiscalizador. Esta Assembleia deve ser informada se de facto ele é o proprietário daquilo e se o é, aí poderá eventualmente recair alguns direitos sobre a sua propriedade, mas tem de o provar. Mesmo sendo dono daquilo, não me parece bem agora que a Câmara queira permutar um espaço que estava entendendo em direção do edificado para a Ponte Velha e agora queira permutar um espaço que era o espaço da antiga Nacional 15.

Se eu já não convivi bem com aquelas obras que retiraram a demarcação da antiga Nacional 15 que desembocava na Ponte Velha – são os marcos, era a nossa estrada para o Porto – se já não convivi bem com isso, muito menos convivo agora que aquilo saia do domínio público para o domínio privado. Há de haver forma de a Câmara Municipal se o Senhor é proprietário daquilo de lho adquirir. As coisas têm valor, podem ser avaliadas e podem ser adquiridas. Agora, uma permuta naquele sítio? No sítio nobre da cidade?

Senhor Presidente, cabe à Assembleia Municipal não deixar cair este assunto.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Como representante desta Assembleia na Comissão de Acompanhamento de Elaboração e de Revisão do Plano Diretor Municipal, prende-me intervir sobre o assunto com alguma preocupação.

Revejo-me no que foi dito aqui pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, *Cristina Passas*. O planeamento é um mecanismo muito importante que temos para fixar as empresas, mas não é só esse planeamento. Temos também uma ferramenta fundamental que é o Plano Diretor.

A Senhora Presidente apresentou uma proposta em Reunião de Câmara do dia 01 de agosto de 2019, com o título “Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela” e que sucintamente no seu ponto 1 se propunha a dar início ao processo de revisão do PDM nos termos do n.º 1 do art.º 76.º do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial e nos termos do n.º 2 que se propunha a fixar o prazo de conclusão do processo em 14 de julho de 2020.

Estamos nós a 28 de fevereiro, ou seja, a menos escassos de cinco meses do final proposto. Pergunto à Senhora Presidente: O prazo de 14 de julho mantém-se? Sinceramente, na minha opinião e como Técnico da área, penso que irá falhar esta data.

Temos percebido ao longo de algumas reuniões, nomeadamente aquando da Aprovação e Discussão do REOT, que os trabalhos de planeamento são muito peculiares, em termos de procedimentos de organização do trabalho, da interação entre várias equipas participantes do mesmo, da qual faço parte e que até ao momento ainda não fui notificado para os trabalhos, mas também de quem tem a responsabilidade e a incumbência de decidir cada etapa do processo, ou seja, o Executivo.

Senhora Presidente, como explica que este processo provavelmente irá derrapar para mais um ano?

Quando a Senhora Presidente se propôs e propôs a esta Assembleia a data de 14 de julho de 2020, seguramente esta informada, sabia da complexidade do processo da revisão. Com base nessa complexidade e com a sua assessoria política e dos técnicos que entendeu mais competentes, tinha de ter pensado na melhor definição de uma estrutura de pessoal afeta ao processo e sua relação funcional e hierárquica com o Executivo para poder cumprir este prazo que já era por si apertado.

Com a possível derrapagem de tempo que vamos ter no prazo inicialmente estipulado, constata-se que a Senhora Presidente ou foi mal informada pelos seus assessores, ou dimensionou mal a equipa interna, ou definiu mal as relações funcionais entre a equipa e a equipa interna e o Executivo, porque não temos conhecimento, nem eu próprio tenho conhecimento, que do lado de fora do Município as entidades externas que intervêm no processo tenham falhado nos seus prazos.

Em suma, podemos concluir que a Senhora Presidente e as pessoas de confiança política falharam num processo que afeta investimentos, investidores e particulares que assim terão de esperar, pelo menos, mais um ano para poderem programar os seus investimentos.

Senhora Presidente, dada a volatilidade do contexto económico português, o que poderia ser rentável em 2020, poderá não ser rentável em 2021 ou 2022.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado *Faustino da Cunha* para uma intervenção complementar, ao abrigo do art.º 35.º.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estava na expectativa de não ter que intervir nesta segunda parte e, por isso, não me inscrevi diretamente nem disse nada.

Um pequeno à parte, vou pedir que faça chegar à Senhora Presidente de Câmara que quando responder ao Senhor Deputado *Rui Sá* que comunique à Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas. Sou Presidente da Assembleia de Freguesia e preocupa-me, principalmente até, uma empresa da Freguesia que, ao que parece, teve que falir e são muitos postos de trabalho. Portanto, estou preocupado com isso.

Vou agora falar do assunto que me trazia cá. Fiquei extremamente satisfeito, porque o Senhor Deputado *Paulo Afonso* veio falar de um assunto, que me é muito querido, da mobilidade entre Mirandela e as aldeias. Ainda bem que esse trabalho estava a ser feito desde 2016, pena é que na altura o PSD “assobiava para o lado”. Embora o Eng.º *António Branco* algumas vezes me dissesse que estava quase a pensar-se no assunto. Portanto, ainda bem que esse trabalho está a ser feito, que pode ser melhorado e que o entregou. Tenho muito gosto em um dia vir a conhecê-lo.

Gostei também da intervenção do Senhor Deputado *Carlos Pires*, na medida em que vem secundar nesse campo, porque quando os Presidentes de Junta não quiserem ou não acharem que é muito importante falarem na mobilidade das suas gentes para o concelho, pergunto: O que estão aqui a fazer?

Há uma questão que me deixa surpreendido. Não sei o que aconteceu. Em fins do ano, em dezembro, houve até arraiais de órgãos de Comunicação Social a dizer que se podia ir a Bragança com 0,60 € e havia pessoas que vinham de Bouça a Mirandela pagando 0,30 €. Possivelmente foram saldos de fim de ano, porque em janeiro isso já não existe, acabou. Então, o que é que se passa? Qual é a política de transportes do concelho? Estamos a brincar, outra vez. Anda-se com descontos, depois aumenta-se.

Senhora Presidente, gostaria de uma pequena palavra sobre isto.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de passar a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas, foi pedido por parte dos Senhores Deputados *Rui Pacheco* e *Agostinho Beça*, porque foram referidos e mencionados em intervenções anteriores, o pedido da Defesa da Honra para a qual o Regimento lhes concede três minutos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes dos Senhores Deputados fazerem as respetivas Defesas da Honra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* também está a pedir o mesmo, deveremos abordar os assuntos que acabaram de ser discutidos.

Quero começar por dizer ao Senhor Deputado *Rui Sá* que registamos a questão que levantou. Naturalmente que a Senhora Presidente lhe vai dar uma resposta. Também acredito que muitas vezes há respostas impossíveis de dar e temos de ser compreensivos para algumas pequenas “cedências” que terão só e apenas tentar evitar embargos de obras que podem fazer parar um projeto durante anos. De qualquer modo, a resposta caberá à Senhora Presidente.



Em relação ao repto lançado pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, sobre levantar o dedo quem tem o dístico do Município, eu não levantei, o Senhor Presidente da União de Freguesia de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, referiu que tinha direito e se calhar terá, quero dizer o seguinte: não vou reivindicar, jamais, um dístico desses, embora faça parte do Município. O Município tem dois Órgãos: Executivo Camarário e Assembleia Municipal.

Penso que isto tem de ser aqui dito. Legalmente só estes dois organismos deveriam, e em serviço, usar esse dístico, muito sinceramente. Sei que já vem de longe a atribuição desses dísticos a outras entidades. Aliás, a Senhora Deputada *Eduarda* levantou o dedo, sendo da Santa Casa da Misericórdia.

Não tenho nada contra o facto de o Executivo facilitar este tipo de dísticos, se entender por bem facultá-los em serviço. O que acho mal é o dístico dizer “Município de Mirandela”. Acho que é fácil, Senhora Presidente, negociar com a polícia, por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia terá direito a dísticos, mas terá como referência “Santa Casa da Misericórdia”, uma Junta de Freguesia terá como referência “Junta de Freguesia” e os Bombeiros terão como referência “Bombeiros”. Isto para não se misturar as coisas e dar aso a este tipo de confrontos que aqui tivemos. Para além de pensar que esse tipo de dísticos só deveriam ser usados em viaturas oficiais. Em viaturas particulares não se compreende tanto, nem é muito usual.

De qualquer modo, penso que corrigir um erro do passado, porque temos que referir que essa atribuição já vem de longe, não seria de mais e iríamos a tempo de corrigir algumas polémicas.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como referido, vamos passar aos pedidos de Defesa da Honra.

Assim, ao abrigo do artigo 37.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, é dada a palavra ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*, para Defesa da Honra.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou ser muito breve para de forma alguma deixar alimentar esta polémica.

As declarações que proferi foram proferidas não em sede de Assembleia Municipal, foram proferidas em sede de rádio num comentário político que faço há algum tempo. Terei todo o prazer em fazer chegar toda a minha argumentação e toda a minha fundamentação para tudo o que disse ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas de forma a não alimentar aqui um assunto que não considero que seja daqui, uma vez que nunca aqui referi nada do que disse naquele programa.

Lamento, de qualquer das formas, que se tenha sentido melindrado e vou fazer questão em lhe explicar todas as situações que fiz tornar públicas.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao abrigo do artigo 37.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, é dada a palavra ao Senhor Deputado *Agostinho Beça* para Defesa da Honra.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamento sinceramente ter de vir defender a honra por este motivo, mas, na verdade, não tenho memória de alguma vez ter imposto disciplina de voto. Aliás, até sou contra as disciplinas de voto. Muito menos tenho memória de que qualquer orientação de voto fosse, porventura, contrária aos interesses de qualquer Freguesia. Não faz parte do meu carácter funcionar assim. Por isso, de facto, lamento profundamente esta atitude que me abstenho de qualificar, note-se.

Sobre a questão dos dísticos, quero informar que não tenho dístico também...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, o tempo que lhe foi concedido foi apenas para fazer a Defesa da Honra quando um Deputado se sente injuriado, desconsiderado relativamente à intervenção de outro Deputado. Creio que a questão dos dísticos não faz parte dessa componente.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bem, peço desculpa.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao abrigo do artigo 37.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, é dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, *José Carlos Teixeira*, para Defesa da Honra.

Faço o mesmo aviso, a intervenção apenas poderá incidir sobre matéria em que sintam que o que foi proferido foram expressões ofensivas da sua honra ou consideração.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



*[Handwritten initials and marks]*

Vinha para defender a honra relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, mas já mais duas pessoas falaram no meu nome.

Começo pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*. Tenho documentação comigo que comprova efetivamente que em determinados dias a determinadas horas passei e verifiquei. Tenho provas disso, mas deixava para a Senhora Presidente mencionar o nome do Senhor Presidente da Junta. Se no final da Sessão ela entender que não quiser dizer, venho aqui, digo quem é a pessoa e posso mostrar as provas.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*, diz que fez um comentário na rádio, que não devia ser para aqui chamado, etc., mas o Senhor Deputado na rádio frisou várias vezes que era na Ata A, na Ata C, foi tudo com base em documentação da Assembleia. Portanto, se não faz sentido eu estar aqui a contrapor aquilo que o Senhor Deputado diz num programa de rádio, não faz sentido levar documentação interna – Atas – também para a rádio, certo?

Em relação ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, tem memória curta. Desculpe que lhe diga. Você não tem objetivos para me qualificar, mas eu qualifico assim: Se bem se recorda – há elementos que o podem provar, não se esqueça que já estive aí sentado – ia pela Bancada acima e dizia “neste ponto é para votar contra, neste é para votar a favor”. Agora é a minha palavra contra a sua, vale o que vale.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só mesmo um pormenor, isso não é disciplina de voto nem é imposição de voto, é orientação de voto, o que é bem diferente.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esclarecida a questão semântica da indicação de voto, damos por terminadas todas as intervenções nas diversas figuras do Regimento, pelo que é concedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para dizer o que se lhe oferece sobre as intervenções proferidas neste ponto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada por todas as questões que foram levantadas, todas elas têm a sua importância.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Pires*, dizer que ouvi as suas preocupações acerca da gravação, com as quais concordo, obviamente. Julgo que a Comissão Permanente terá de ter em conta os cuidados nas gravações das Assembleias Municipais. Agradeço também a intervenção como medidas preventivas nas gravações das Sessões da Assembleia Municipal.

Relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, fez uma intervenção em torno do ambiente e da utilização de herbicidas. Julgo que todos nós temos consciência ambiental. Portanto, quer a Câmara Municipal, quer as Juntas de Freguesia cumprem as normas que estão instituídas, apesar de considerar que estas formações são fundamentais para todos os Técnicos envolvidos e também para os responsáveis políticos.

Em relação ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, agradecer a recomendação que preparou acerca dos parques inclusivos e também à mobilidade. É com satisfação que digo que existe um parque que já está projetado no Conde Feijó. É um projeto de outubro de 2019, que foi para aprovação no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, é um projeto de arquitetura paisagista e especialidades para o parque e trata-se precisamente de um parque inclusivo. Estamos a falar de um parque que vai ser financiado ao abrigo do PEDU que inclui várias temáticas. Tem um espaço de jogos e recreio, um circuito de manutenção, um parque de merendas e também um *dog* parque. Já foi anunciado e está o projeto feito. Este é um parque infantil inclusivo que permite que pessoas portadoras de deficiências possam utilizá-lo.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, *José Carlos Teixeira*, atraiu alguns risos da Bancada do PSD em relação às questões da política baixa. Não me revejo na forma e no formato, como já disse na anterior intervenção que fez. De qualquer forma, compreendo as suas posições que aqui defende.

Quanto às questões das fogueiras tradicionais, dizer que já foi aprovado em Reunião de Câmara a informação da isenção de taxas. Foi uma informação do Serviço Municipal de Proteção Civil que dizia: “O licenciamento de fogueiras tradicionais (Natal e festas populares), de acordo com o artigo 22.º da atual Tabela de Taxas do Município de Mirandela, prevê o pagamento do valor de 10,00€ por cada fogueira que se pretenda realizar. Sabendo-se que, no concelho de Mirandela, as fogueiras são uma prática tradicional, sobretudo no Natal e na passagem de ano, vem propor-se a isenção do pagamento dessa taxa no âmbito do artigo 7.º do Regulamento de Taxas do Município de Mirandela, embora o devido licenciamento tenha que vir a ser efetuado. No final do ano de 2019 e início do ano de 2020, foram cobrados os valores devidos referentes às taxas em vigor, contudo, propõe-se a restituição desses valores de modo a que se proporcionem condições favoráveis à manutenção de práticas ancestrais que pautam no concelho de Mirandela. Considera-se que o proposto deverá merecer deliberação da Câmara Municipal de Mirandela nos termos do número 4 do artigo 7.º do Regulamento de Taxas do Município de Mirandela.”

Este foi o despacho que se remeteu a Reunião de Câmara, datado de 07/02/2020. Portanto, o valor vai ser restituído, de forma global, a todos aqueles que pediram o licenciamento das fogueiras que é uma obrigatoriedade legal.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, no que diz respeito aos encerramentos, dizer que no passado fim-de-semana esteve aqui a Senhora Ministra da Agricultura e foi referida a questão do encerramento do laboratório de análises de Mirandela. Este foi um encerramento no Governo PSD e era um laboratório que tinha 18 postos de trabalho. É sempre mais fácil fechar do que reabrir. Este foi um equipamento deslocalizado para o litoral, Vila do Conde, para o laboratório do Vairão. É fácil “atirar pedras” quando não sabemos a história ou quando, porventura, se tenha esquecido de determinados pormenores.

A força política somos nós que a fazemos ou que a temos. Lamento que de forma tão leviana fale da força política, porque julgo que como mirandelenses devemos assumir que temos de ter força, força de resiliência que todos os transmontanos devem ter, mas

*[Handwritten initials and marks]*

também reconhecer o esforço e o trabalho que todos nós, enquanto Executivo, fazemos para levar a bom porto os nossos projetos e as nossas intenções de projetos.

Quanto à qualificação da Carreira de Tiro, há sempre dois pesos e duas medidas. A Carreira de Tiro esteve abandonada durante décadas, nunca houve um projeto para a Carreira de Tiro e agora está tão preocupado com a Carreira de Tiro. De facto, a Carreira de Tiro é pertença da Guarda Nacional Republicana. Há alguns anos, já no anterior Executivo, a Carreira de Tiro de Macedo de Cavaleiros teve um projeto, porque a Carreira de Tiro deles teve um incêndio. A nossa já está desativada há muitos anos e estranho a forma como fala sobre isto, porque nunca vi preocupação da parte do Executivo PSD em relação à Carreira de Tiro.

Como digo, em dois anos não podemos resolver os problemas de décadas de abandono, quer na Carreira de Tiro, quer até em algumas Juntas, caminhos e estradas municipais.

Quanto às questões levantadas acerca dos percursos pedestres e com contratações, as situações não são comparáveis. A nível de Técnicos da Câmara, sabemos que temos bons Técnicos, nos últimos anos não rejuvenescemos os quadros da Câmara, por isso, temos que recrutar mais jovens, mais pessoas qualificadas. É verdade que a idade nos traz experiência, traz-nos maturidade, mas também sabemos que precisamos de jovens para equilibrar o nosso quadro de pessoal. Daí o recurso a algumas avenças, é verdade. É verdade, porque não temos internamente pessoas que nos façam esses trabalhos.

Em relação ao Advogado, posso dizer que tínhamos contratos milionários caso a caso, ou seja, contratos com escritórios de Advogados de Lisboa, do Porto e de Bragança em que pagávamos peça a peça. Ficava-nos muito mais caro. O valor que cobravam era o valor que tínhamos. Neste momento, temos uma avença mensal relativamente barata para o trabalho que é feito. Portanto, nesse aspeto julgamos estar a fazer uma boa gestão pública. Também há processos jurídicos que vamos perdendo, ainda agora perdemos um processo em Tribunal. Era um processo relativamente a uma indemnização na Torre de Dona Chama relativamente a um muro que na altura o Presidente da Câmara assumiu como tinha sido feito e tínhamos que pagar cerca de 90 mil euros de uma indemnização. São situações que já vêm do passado que assumimos e temos o compromisso de pagar.

No que diz respeito aos Técnicos Superiores da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, dizer que foi solicitado que o convite fosse feito através do Eng.º *Miranda*, Diretor da Associação de Municípios, para convidar todos os Técnicos envolvidos. Esta situação aconteceu na segunda-feira, vésperas de carnaval, possivelmente o Eng.º *Miranda* não teve ocasião de convidar os Técnicos. Eu própria tive ocasião de ligar, no sentido de estarem presentes.

Quanto aos convites dos Gabinetes dos Ministros, poderão não ter sido 100% eficazes. O Protocolo da Câmara Municipal funciona quando os Ministérios nos solicitam a sua colaboração, mas tudo é uma questão de equilíbrio entre a segurança – como sabem, havia uma manifestação de Professores agendada – e a eficácia dos convites. Referi os Técnicos da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana num discurso muito rápido, porque estávamos com muitas crianças. Sempre dei o mérito a quem o tem e de facto, quer os Técnicos da Câmara, quer os Técnicos da Associação de Municípios, quer a Direção da Escola, todos os Professores, Assistentes Operacionais, Auxiliares e comunidade educativa têm um papel fundamental na vida daquela Escola e outras em que fizemos obras. É preciso não usar a Política para criar problemas de entendimento entre os Técnicos e as Direções.

Em relação às eleições internas, nem sequer vou comentar. A importância política é sempre aquilo que nós fazemos e vivemos. Certamente que vive como eu a Política, especialmente a Política local e regional.

Relativamente ao Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, os problemas oncológicos e as acessibilidades dos doentes aos tratamentos e às consultas é sempre uma questão. Estas situações foram levantadas concretamente na reunião com a Ministra da Saúde relativamente ao transporte e às consultas dos doentes oncológicos.

Pedi já há algum tempo à ULSNE para nos fazerem um ponto de situação relativamente ao transporte dos doentes oncológicos e de facto fizeram. Vamos enviar essa informação para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que faça a chegar a todos os Senhores Deputados, porque quer o transporte de doentes oncológicos que são referenciados em rastreios que a Câmara assegura sempre para o IPO do Porto. Aí o transporte é assegurado pela Câmara a pedido da Liga Portuguesa contra o cancro e com conhecimento da Unidade Local de Saúde. Depois, há os transportes para os tratamentos e para as consultas que são pagos pelo Ministério da Saúde. Julgo que uma informação escrita tal qual nos chegou para os Senhores Deputados é fundamental para esclarecer esta temática, porque os bilhetes são 100% pagos, segundo a informação da Saúde.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Afonso*, dizer que quanto aos passadiços do Tua, houve uma candidatura ao Programa Valorizar do Turismo de Portugal. Estamos a aguardar o resultado e espero que seja positivo, porque o financiamento era fundamental para a sua concretização.

Quanto às casas de banho provisórias, devem ser removidas. Existe um projeto de requalificar as casas de banho que já existem na Reginorde para fazermos uns balneários. Uma vez que já temos a infraestrutura em si criada, bastava que houvesse a adaptação para balneários. É esse o projeto que vamos executar.

No que diz respeito aos cuidados dos espaços públicos, o Parque da Cocheira parece-me que é um parque cuidado, não me parece que esteja abandonado. Relativamente à linha de água, existem espécies vegetais que não podem ser retiradas, porque são também uma barreira quando há aumento do leito. Não é aconselhável fazermos a limpeza global, como aconteceu em Carvalhais, por exemplo, em que houve a limpeza global das margens e houve esse problema. Pelo menos é aquilo que os Técnicos aconselham, obviamente que seguimos os conselhos técnicos.

Quanto ao posto de carregamento elétrico, não tenho conhecimento que esteja desligado.

Em relação à mobilidade, muito há que falar sobre a mobilidade e sobre os transportes públicos. A rede municipal de transportes não é uma rede oficial, não existe, pelo menos para a Autoridade Municipal de Transportes. Nunca tivemos o registo na Autoridade, existia até alguma inconformidade, porque os autocarros são da Câmara, os colaboradores são contratados pelo Metro Ligeiro de Mirandela, foram colaboradores que ao longo dos últimos 15 anos passaram por vários locais, já pertenceram aos Bombeiros, já pertenceram a várias instituições e neste momento estão contratados pelo Metro Ligeiro de Mirandela. A bilhética é cobrada pelo Metro Ligeiro de Mirandela e os postos de venda são locais de venda privados, muitas vezes. Portanto, a rede de transportes públicos municipais não existe oficialmente, não está organizada e a Autoridade Municipal de Transportes passou a ser a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes.

Tudo aquilo que vai acontecer relativamente à Metro e aquilo que é previsto acontecer na mobilidade do Tua, faz com que nós, autoridade municipal, seja a Comunidade Intermunicipal e é através da Comunidade Intermunicipal que em princípio vamos fazer a concessão do transporte público, ficando a Câmara Municipal responsável, quer pela definição dos melhores trajetos, quer pela localização e identificação das paragens. Por isso, até ao final do ano este assunto da rede de transportes urbanos de Mirandela ficará registada e incluída na rede da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes com autocarros, em princípio elétricos, que serão concessionados a uma empresa.

Não conheço o estudo de 2016, se nos fizer chegar agradeço. De qualquer forma, é um serviço que vai ser completamente reestruturado.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, quanto aos dísticos, não têm a matrícula do automóvel, deveria ter a matrícula do automóvel para qual é dado o dístico para estacionamento. O tratamento é igual para todas as Freguesias.

Quanto ao estradão, julgo que se refere a um estradão que ficou na dependência de um Serviço Municipal de Proteção Civil. Vou tentar saber o ponto de situação da limpeza do estradão.

No que diz respeito à Ribeira D'Aila, é um projeto que Murça também tem de acarinhar e também a Junta de Freguesia de Palheiros. Tem de ser um projeto conjunto e mesmo que haja um projeto de um possível regadio tem de ser um projeto supramunicipal. Portanto, temos de fazer esta ponte com a Câmara Municipal de Murça e com a Junta de Freguesia de Palheiros.

Em relação à iluminação dos nós, julgo que os nós estarão iluminados, pelo menos houve uma fase em que houve uma avaria relativamente a alguns nós de Vila Real até Mirandela, mas depois teriam sido reativados. Vou confirmar junto da concessionária, pois é a concessionária a responsável pela iluminação.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho, *Carlos Pires*, a estrada de Vilar de Ouro é um projeto que está a ser feito, vamos ver qual é o valor global da estrada.

Quanto à EDP, desde que o Governo PSD privatizou a EDP temos tido vários problemas com esta, uma vez que não executa no prazo que diz que executa as substituições das luminárias que individualmente os nossos municípios reclamam, também os Senhores Presidentes de Junta e a própria Câmara Municipal.

No que diz respeito aos transportes públicos da Freguesia, a Comunidade Intermunicipal fez um estudo. Não sei se já foi feito chegar. Havia um estudo preliminar que não era final, mas posso fazer chegar o estudo que neste momento existe relativamente ao nosso concelho no âmbito da CIM em relação aos transportes públicos. Temos vários tipos de transportes: transportes públicos – autocarro, transportes a pedido – táxi. Esse estudo foi feito por uma empresa contratada pela Comunidade Intermunicipal e que vai entrar em funcionamento no nosso concelho.

De qualquer forma, dizer-lhe que houve um programa de financiamento, por isso é que os bilhetes foram baratos no período de Natal. Como sabe, houve nos grandes centros o apoio à bilhética e aqui também fizemos o apoio à bilhética durante o período de Natal. A Comunidade Intermunicipal, através de um fundo próprio, pagou o restante no período de Natal, no mês de dezembro.

Relativamente à Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador, *Cristina Passas*, a Unidade Móvel de Saúde em relação às doenças oncológicas a única coisa que poderá fazer será algum acompanhamento, normalmente são consultas e tratamentos muito específicos com grupos de Médicos muito especializados.

Quanto às Juntas de Freguesia serem parentes pobres de todo o concelho, não posso de todo concordar. As Juntas de Freguesia são o pilar essencial da nossa Democracia, o pilar essencial da proximidade das nossas populações, das necessidades e da resolução de problemas diários das pessoas.

No que diz respeito à expansão da Zona Industrial, existiu um atraso neste processo. Houve um Estudo de Impacte Ambiental que demorou um ano e meio a ser aprovado. Neste momento houve um reforço, tínhamos 1.600.000,00 € e atualmente houve um reforço de 200 mil euros. Avançaremos com o procedimento de projeto que terá de ir a Tribunal de Contas. É óbvio que as Zonas Industriais são fundamentais. A nível de PDM já estamos a criar uma Unidade de Planeamento e Gestão para Zonas Industriais, em princípio, junto à A4 que será mais fácil de movimentarmos. O terreno que tinha sido adquirido pela Câmara Municipal, para esta expansão da Zona Industrial, é um terreno difícil, com muito declive, que vai ficar mais cara a sua implantação.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Sá*, quanto à questão da obra de Valbom Pitez, vou-lhe fazer chegar, tal como à Assembleia Municipal e à Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, a resposta objetiva e os relatórios técnicos da obra.

Em relação às questões da Proposta de Desafetação do Domínio Público do Município de duas parcelas de terreno com área total de 136,5 m<sup>2</sup> tendo em vista a integração no Domínio Privado para posterior permuta com duas parcelas privadas com área igual a afetar ao Domínio Público do Município, que foi ontem aprovado em Reunião de Câmara, por maioria, com o meu voto de qualidade, este é um processo que resultou da falta de atenção e cuidado do anterior Executivo na elaboração do projeto da empreitada da Reabilitação do Espaço Público da Envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo. Isto porque, por um lado, o próprio santuário, as obras públicas que foram feitas e o investimento público que foi feito pertence também à Diocese, é outra questão que não pertence ao domínio público, não é público, portanto não pode ter investimento público, mas no âmbito desta empreitada, o projeto foi desenvolvido prevendo a ocupação de duas parcelas com uma área total de 136,5 m<sup>2</sup> de um prédio propriedade privada do Senhor *José Fernando Meireles* referente ao espaço envolvente ao estabelecimento de bebidas Sacor, sito na Avenida Nossa Senhora do Amparo e por sua vez a atribuição ao referido particular de igual área de domínio público.

Este é um processo em que temos todas as condições para dar todas as peças processuais. Foi um dos problemas que tivemos na Câmara Municipal relativamente à propriedade à qual foi feito o investimento público e para além da propriedade do Santuário ser da Diocese também esta parte que foi ocupada com investimento público era da Diocese. Portanto, temos todo o gosto em lhe entregar todas as peças processuais deste processo. Ou seja, não foi devidamente e previamente acautelada esta permuta antes da nova configuração urbanística ocorrer e a empreitada neste momento já se encontra terminada, há necessidade de desenvolver o procedimento tendente à desafetação do domínio público das referidas parcelas de terreno para o domínio privado do Município a fim de se proceder à posterior permuta.

O Executivo tem todo o gosto em dar as peças processuais e mostrar aquilo que foi feito de forma pouco cautelosa.

*Handwritten marks:*  
A  
B  
7/12

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, *Nelson Teixeira*, dizer que a revisão está a ser acompanhada pela CCDR-N. Vou pedir à equipa de Coordenação de Acompanhamento do PDM para lhe fazer chegar as convocatórias para as reuniões, uma vez que é o representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento de Elaboração e de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Obviamente que o prazo vai ter de ser alargado até ao próximo ano, não tendo qualquer implicação nos privados e nos investimentos, até porque – não sei se estão recordados – o outro PDM demorou 12 anos a ser concluído. Este tempo recorde de revisão e não uma adaptação está a ser executado por uma equipa interna em colaboração com o Executivo e também com uma empresa que se mantém do anterior PDM. A alteração da escala de 25 mil para 10 mil, que é obrigatória, leva a que também tenhamos de fazer muito trabalho em relação a esta revisão que é obrigatória.

Relativamente ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, dizer-lhe que conheço bem a preocupação que tem com esta mobilidade interfreguesias que já não é de agora, já é uma preocupação antiga. Muito se tem feito, quer a nível de Comunidade Intermunicipal, que é um dos assuntos que mais nos preocupa, quer a nível de Câmara Municipal, no sentido de haver uma verdadeira política de transporte e mobilidade das pessoas, muitas de mobilidade reduzida fruto da idade e pela acessibilidade que podem ter às próprias deslocações.

Em relação à questão que foi aqui referida dos dísticos de estacionamento, sou sincera, não distribuí nenhuns cartões, pelo menos a pessoas para estacionar. Todos os cartões que foram dados, quer à Junta de Freguesia de Mirandela, quer à Santa Casa da Misericórdia, foram dados no anterior Executivo. Foi uma das questões que já levantei junto da Divisão de Administração Geral que os cartões deveriam assinalar a viatura. Aliás, uns cartões que já foram distribuídos pelo Centro de Saúde têm as viaturas de transporte, ou seja, são viaturas oficiais que andam a prestar cuidados de saúde. Sendo entregues a instituições, os cartões – sei que a Santa Casa da Misericórdia, por exemplo, tem para o Senhor Provedor e tem outro – podem ser usados em qualquer viatura, mesmo viaturas privadas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, dizer que o PDM não afeta investimentos públicos, de privados e de particulares não é ser séria.

Vou dar um exemplo muito simples e muito rápido. O loteamento, por exemplo, da SONAE, sabemos muito bem que o loteamento foi dividido em dois e o do lado direito, onde está previsto ser habitação, construção de três edifícios, a ideia de quem tem o terreno já não é essa. Está à espera que o PDM se altere, como foi pedido pelo proprietário para serviços e se o PDM não sair no prazo de um ano nem daqui a dois anos, provavelmente ele não vai saber se vai poder construir serviços ou se vai construir habitação. Portanto, ele vai estar dependente, de investir em Mirandela, do PDM.

Assim, ao alargarmos o prazo mais um ano quando se andou aqui a pedir a esta Assembleia que aprovasse o REOT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território com urgência, eu próprio vim aqui defender que era um documento importante para aprovarmos e a Senhora Presidente referiu que era mesmo isso, alguma coisa se está a passar de errado.

A explicação de que a CCDR-N está a trabalhar connosco e que o PDM à escala de 25 mil... Está tudo entregue, eles cumpriram prazos, nós é que não estamos a cumprir.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda relativamente às obras que referi na minha intervenção, dizer que me alegra, por um lado, se efetivamente aquilo está a ser feito como deve ser e se o Senhor tem de facto o direito de propriedade, se aquilo é sua propriedade, acho bem que o defenda. Aliás, o Código Civil contempla isso por intermédio de ação direta do proprietário a defesa da sua propriedade, mas se assim é, quando aquela obra foi interrompida, a meu ver e bem, para que aquelas árvores lá ficassem e o projeto foi alterado, porque não interromperam também? Porque não suspenderam também a obra para regularizar essa situação? Porque é que essa situação só agora vem aqui à colação? Fica a questão.

Fica também a questão que fiz na minha intervenção. Se de facto o Senhor era proprietário, porque não reivindicou a sua propriedade quando o devia ter feito? Porque deixou que a Câmara fizesse obras naquele espaço? Aquele lancil que lá estava e aquela calçada que lá estava era público e, daquilo que tenho conhecimento, o público não faz obras nos privados. Era aí que ele se devia ter oposto, devia ter reivindicado a sua propriedade naquele momento. Mas como se isso não bastasse, referi aqui uma informação que citei quando fiz a minha intervenção e que estava assinada pelo Senhor Diretor de Departamento último, o Senhor Eng.º *Guedes Marques*. Peço à Senhora Presidente da Câmara que o convidem para vir aqui fazer uma intervenção sobre isso para dizer o que sabe sobre o assunto. Assim, ficaríamos todos mais esclarecidos.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Rui Sá* é um livro aberto. Não vou dizer absolutamente mais nada.

Sobre o PDM de Mirandela, relembro a esta Assembleia que houve uma Sessão Extraordinária de Assembleia Municipal no mês de julho para votarmos o REOT. Quanto custa uma Assembleia Extraordinária Senhor Presidente? É para somar aos 50 mil euros da auditoria da Deloitte...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Posso dizer. 4.500,00 €, sensivelmente.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



*[Handwritten initials and marks]*

Espero que tenham sido bem gastos, porque na altura percebi perfeitamente que era uma preocupação da Câmara Municipal de Mirandela. Não estou aqui a criticar. Perante uma situação de um documento que não nos chegou nos prazos legais, nas 48 horas, não foi votado e houve a necessidade de fazer uma Assembleia Extraordinária. Comungo da preocupação da Senhora Presidente, do Senhor Presidente e desta Assembleia, o PDM é deveras importante e vamos pensar que esses 4.500,00 € não vão ser perdidos.

Senhora Presidente, confesso-lhe uma coisa, quando preparei esta Assembleia Municipal com a minha Bancada tinha a pura convicção que íamos sair daqui relativamente cedo, mas sempre com a responsabilidade de assumir os deveres que nos confere de debatermos os pontos em agenda.

A Senhora Presidente tem o Executivo consigo, tem o Senhor Vereador *Orlando Pires* que tem com ele no computador um manancial de informação, porque ele é bom nisto. Senhora Presidente, o anterior Executivo tinha um Plano de Requalificação de Estradas Nacionais. Vou relembrar, depois não diga que tenho mau feitio.

Estrada de acesso às Pousadas. Está feita?

Estrada de acesso a Vila Verdinho. Está feita?

Estrada de acesso ao Romeu de Cima. Está feita?

Estrada de acesso a Pereira.

Estrada de acesso a Guide.

Estrada de acesso a Miradeses.

Estrada de acesso a Mascarenhas-Avantos.

Estão a ver? Havia de facto um plano do anterior Executivo que estava a executá-lo. Depois parou.

Iniciou-se o acesso à localidade de Navalho.

Senhora Presidente, tem de ser mais rigorosa.

Estava prestes a iniciar-se o acesso a Rego de Vide, a Vale da Sancha, a Regodeiro e São Pedro.

Senhora Presidente, tem de ser mais rigorosa.

Agora há aqui umas palavras, sob pena de ofendermos as pessoas, “não falar a verdade”, “estar a falar mentira”. Agora há uma forma: “está a dizer umas inverdades”. Nem quero utilizar mais estas palavras.

Seja mais rigorosa. Peça tempo. Parámos a Assembleia Municipal, vamos tomar um café e a Senhora Presidente quando responder a esta Assembleia não faça o que fez.

De facto havia um problema na obra de Nossa Senhora do Amparo. Não basta só chegar lá, inaugurar e colocar lá a placa Temos de assumir todos os problemas que ali surgem. Quando a Senhora Presidente parou a obra por causa do abate de árvores tinha resolvido este problema. Agora sob pena de ser mais tarde e aquilo que ali vai fazer vai lesar o erário público, mas que resolva, a bem da cidade, do concelho, da paisagem envolvente que é linda e para a Senhora Presidente também ficar bem, porque de facto também já inaugurou a obra.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, de facto a hora já vai longa, mas gostaria de repor alguma verdade nesta situação, porque posso ter sido mal entendida.

Quando digo que as Freguesias são o parente pobre, não são o parente pobre pela importância que têm na Democracia Portuguesa. Neste caso, é o parente pobre na parte financeira dos recursos que tem e a forma como os gerimos. Gostaria que ficasse salvaguardada esta situação quando digo “o parente pobre”, porque nós, dentro das nossas competências, sabemos a importância que as Freguesias têm junto da sua população.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje não está cá o Senhor Deputado *António Figueiredo*, tenho de fazer o papel dele.

Senhor Presidente, tenho que lamentar duas coisas.

Primeiro, o facto de quando alguém questionou se tinham o cartão para poder estacionar, há aqui na sala duas pessoas que o utilizam e só uma é que levantou o braço. Penso que a outra pessoa não é “maneta”, portanto lamento esse facto.

Lamento também, eu questioneei e gostava que a Senhora Vereadora *Vera Preto* explicasse ao Senhor Deputado *Rui Pacheco* a questão dos 500,00 € da Feira dos Ramos. É uma história longa, agradecia que, em Defesa da Honra, o fizesse.

Quero também dizer, por fim, para compor a situação, a Senhora Presidente diz que a Santa Casa da Misericórdia e a Junta de Freguesia de Mirandela têm o cartão e que o podem utilizar em viaturas particulares. E de empresas, podem? É que a viatura 03-SQ-49 é da Fidelidade, de Seguros.

Se quiserem pôr um processo contra mim, tenho provas para me defender.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda por causa dos dísticos, ouvi dizer que havia a atribuição de dísticos para a Santa Casa da Misericórdia e para a Junta de Freguesia de Mirandela e que já foi no anterior Executivo. E para as Juntas de Freguesia restantes, não houve atribuição?

A Junta de Freguesia de Mirandela não tem o seu próprio espaço, que fica a 100 metros da Câmara, para estacionamento?



Quem vem da Junta de Freguesia do Franco, de Lamas de Orelhão e Navalho, etc. é que tem de obrigatoriamente usar um espaço municipal para vir reunir e defender os interesses das suas Freguesias. Acho uma lógica completamente destituída dar à Freguesia de Mirandela e não dar às outras Freguesias.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *VITOR CORREIA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho aqui para cima, porque de facto quero que vejam bem, que olhem bem para mim e que vejam a minha cara.

Sou uma pessoa honrada, não admito que ninguém, rigorosamente ninguém, coloque aqui em causa a minha honorabilidade. Nunca!

Só venho aqui agora, porque não houve coragem da parte de quem estava a fazer a acusação de mencionar aqui o meu nome, mas como acusou um veículo que eu utilizo e que não é da Fidelidade, a informação é errada. O veículo não é da Fidelidade. O veículo tem um *renting* – pode ir verificar se é verdade ou se é mentira, consulte, pois há meios de o fazer – e esse veículo é utilizado para mim, para todo o serviço, isto é, profissional e pessoal com conhecimento da Fidelidade.

Lamento profundamente que não reparem que, por exemplo, vou a todos os eventos no meu veículo, não utilizo o veículo da Junta de Freguesia. Portanto, há aqui um grande problema. Não sei porque é que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, *José Carlos Teixeira*, veio agora trazer isto aqui à questão. Estamos aqui há mais de dois anos, é do conhecimento dele, veio agora aqui porquê? A pergunta é essa. Não sei...

Quando os nossos colegas falam aqui, e muito bem, que todos devem ter os mesmos direitos, também concordo que sim. Igualdade é uma coisa muito interessante, mas por vezes ela provoca algumas questões. Gostaria mais de falar em Equidade e quando estamos a falar de equidade, estamos a falar de uma coisa um pouco diferente, se calhar nem toda a gente percebe.

Só para lembrar que se calhar, porventura, algumas pessoas não teriam tido aquele gesto que eu tive. Quando cheguei aqui, nunca ninguém veio aqui – melhor, alguém tentou vir aqui, mas eu disse “não vás” – a manifestar o seu apoio por eu estar num regime de completo voluntariado. Isto é, o pecúlio que eu recebo da Junta de Freguesia é todo doado a instituições do nosso concelho. Não posso divulgá-las, era minha intenção divulgá-las, mas como estou ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados não me permite fazer e alguns particulares, nomeadamente. Os meus pares sabem que isto é verdade e a pessoa que está aqui. Agradeço a um Presidente de Junta, que por acaso está na Bancada do PSD, que quis vir aqui fazer esse realce e eu disse “não”, porque eu pactuo-me pelo regime da humildade, não tenho aqui que fazer bandeira política com o que dou. Aprendi em casa que o que a “mão direita dá, a mão esquerda não tem de saber”.

É um pouco complicado de perceber ou possivelmente todos perceberam, porque é que ao fim de dois anos apareceu isto? Porquê? Levantam-se estas questões.

Quando vim aqui e disse que a Junta de Freguesia de Mirandela podia muito bem, pelas condicionantes que tem, poder apenas e só aceitar 25% daquilo que era o FEF quando a todos atribuíram 50%. Isto quis dizer o quê? Quis dizer que nós percebemos que estamos numa Freguesia com características diferentes. Eu podia dizer assim: “Já que todos os outros Presidentes de Junta de Freguesia nos seus locais de trabalho, nas suas Freguesias não pagam taxas, nós também não deveríamos pagar”. Isto era a questão da igualdade, mas não pode ser.

Dizer o seguinte, eu utilizo o dístico, eu Presidente de Junta raramente utilizo, o dístico está ao serviço da Junta de Freguesia. Já agora, já que não sabem, faço também uma confidência. A Junta de Freguesia tem um comando que permite estacionar a viatura no Parque da Câmara, não vai estacionar lá mais, mas não foi este Executivo que o deu. Não! Quando chegamos lá, abri uma gaveta e tinha um dístico e abri outra gaveta e tinha lá um comando. Portanto, não pode ser nada imputado a este Executivo. Claramente que foi uma herança. Não percebo porque é que nós não podemos ter uma igualdade, já que querem falar assim, como, por exemplo, outras instituições de Mirandela. Porque sabemos que o nosso local de trabalho é ali, há dificuldades de estacionamento e eu posso dizer e posso provar, já que estamos aqui a falar em provas, que sou um cliente muito assíduo das multas de estacionamento. É verdade e porquê? Porque muitas das vezes, estou lá a trabalhar, esqueço-me de ir renovar o papel e tenho de pagar multas. Posso provar a toda a gente.

Resumindo aqui muito claramente, fiz questão de me atrasar, porque não houve coragem de dizer assim: “É o Presidente da Junta, é o *Vitor Correia*”. Não. Andaram aqui com subterfúgios. Tinham perguntado logo diretamente e eu claramente vinha aqui e dizia. Deixei para o fim para ver onde isto ia dar.

Deixo aqui uma afirmação e uma pergunta.

Não vou utilizar mais aquele dístico, apesar de legalmente o poder fazer e ter sido atribuído à Junta de Freguesia, embora, é verdade, por um anterior Executivo, digo eu, porque estava lá quando lá chegamos.

Porquê isto agora e de quem está a proferir esta afirmações?

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Acho que utilizar um dístico que alguém nos deu não é ser desonesto, desonesto era se fosse roubado. Isso tenho que o dizer. A mim, se me dessem, também utilizava.

Quanto a sentirmos às vezes algumas desigualdades, também temos o direito de as sentir, porque toda a gente paga multas e todos nós sabemos que quando chegamos ali, muitas vezes esperamos e colocamos moedas e temos de ir a correr colocar mais moedas ou pagamos multas. Portanto, não foi só o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, há outros colegas que também já pagaram.

Daqui deixava um apelo. Não sei se é possível ou não, mas talvez em vez de usarmos dísticos uns e outros, porque não a Câmara reservar um lugar ou dois de estacionamento, onde uma pessoa pudesse ir livremente sem termos de estar a pagar multas ou termos de andar a correr de um lado para o outro ou deixar o carro no parque de estacionamento, como faço muitas vezes, mas em prejuízo

de não podermos ir à Câmara as vezes que queremos resolver os nossos assuntos por falta de tempo e assim seria um tratamento igual para todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria só acrescentar à intervenção de há pouco que não tenho dístico nenhum e, na verdade, até o dispensei. Mais ainda, nunca ou muito raramente utilizo o parque de estacionamento da Câmara. Mais ainda, rarissimamente utilizo viaturas da Câmara e muito menos telemóvel tenho, tenho um telemóvel é isto, como todos sabem. Portanto, esta questão dos dísticos para mim “não tem sumo nenhum”.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, *Nelson Teixeira*, dizer que temos todo o gosto em dar-lhe nota do ponto de situação do PDM. Dizer-lhe que em relação aos investimentos estão assegurados e não existe nenhuma limitação relativamente à Revisão do PDM. Obviamente que as alterações de loteamentos, os investimentos não podem esperar a aprovação do PDM, tem de se fazer alterações aos próprios loteamentos. Julgo que é uma questão que poderemos internamente esclarecer para que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia fique esclarecido em relação à questão do PDM e acompanhar, como tenho a certeza que está interessado, de forma quinzenal as reuniões da equipa do PDM. Certamente que terá dúvidas em relação a isto e temos todo o gosto em o esclarecer. Os Técnicos da Câmara Municipal estão ao corrente desta situação, sendo o representante na Comissão terá todo o interesse e nós também em que esteja presente.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Sá* e ao direito da propriedade, a obra foi interrompida duas vezes, uma pelo corte de árvores e outra pelas condições climáticas. O corte de árvores estava previsto ao longo da margem do rio, sendo suspenso o corte.

O projeto já estava feito, aliás, a Confraria também não reivindicou o espaço, ou seja, a Confraria através da Diocese não reivindicou o espaço e o investimento público foi feito no local. Portanto, nem o privado, nem a Diocese veio reclamar a propriedade do espaço. O investimento foi feito e agora há que resolver.

Quanto à questão do Ex-Diretor, dizer-lhe que levantou problemas que estão assim há 20 anos, ou seja, décadas de problemas relativamente a esta questão da Sacor. Lembrou-se 20 anos depois que existiam estas questões. Posso enviar para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal toda esta polémica. São 20 anos, não estou a falar de dois anos, estou a falar de 20 anos em que houve esta problemática que nunca ficou resolvida na Câmara Municipal e depois vêm os Senhores dizer que a Câmara Municipal terá que resolver problemas de décadas, quando o problema até já tinha prescrito.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer que está tão preocupado com as despesas extraordinárias da Câmara Municipal, acho que também se deveria preocupar nos anteriores Mandatos com as despesas extraordinárias.

Sair cedo não é um objetivo, o objetivo desta Assembleia Municipal é discutir os verdadeiros problemas do concelho e os verdadeiros problemas do concelho vão muito além daquilo que é discutido aqui, porque se de facto há muita preocupação com os dísticos, quem usa os dísticos, quando usa os dísticos e a forma como são tratados, da minha parte com toda a equidade entre todos os Presidentes de Junta de Freguesia, não é agora que vem levantar alguns problemas relativamente às questões das despesas que foram feitas. Posso-lhe mostrar as despesas que são feitas hoje e que eram feitas há três e quatro anos relativamente a algumas situações. Tenho oportunidade de levar à Câmara Municipal, que já disse que levaria, algumas informações muito importantes que eu nunca peguei, mas que de facto as situações que hoje se levantam são de tal forma politicamente complicadas que não me parece que vocês sejam um exemplo.

Quanto a planos, temos muitos planos. Temos planos de requalificação, temos vários planos, projetos, cadernos de encargos, especialidades. Para estradas é preciso termos um projeto e para termos um projeto é preciso Técnicos para fazermos os projetos. Posso ter planos muito bonitos, mas se não tiver um projeto para a execução, se não souber quanto me custa a obra, não consigo executar. Obviamente que temos de fazer projetos e ter projetos.

Relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, *Cristina Passas*, acho ficou respondido.

Em relação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, *José Carlos Teixeira*, realmente levanta muitos risos da Bancada do PSD, julgo que é uma arte essa situação.

Quanto ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, acho que também ficou resolvido.

Relativamente ao estacionamento na Câmara Municipal e no parque de estacionamento da Câmara Municipal, foi decidido ter a cancela levantada para que também possam estacionar lá quem for lá. Sempre que vão à Câmara Municipal podemos ter um ou dois dísticos para os Senhores Presidentes de Junta poderem ter um dístico que os permita estacionar para não terem de pagar estacionamento. Acho que isso já resolve alguns problemas para os Senhores Presidentes de Junta que vão à Câmara Municipal e que estão na Câmara Municipal em reuniões, por isso, poderão utilizar o parque de estacionamento. Esta é uma questão que iremos naturalmente resolver.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6. Público - 2.º Período de Intervenção.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 18 horas e 40 minutos.

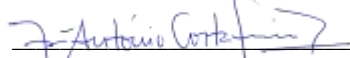
O Presidente da Assembleia Municipal;

  
Luís Augusto de Meló Guimarães

A Primeira Secretária;

  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

  
José António Costa Ferreira